



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB**

**JOSIANE BRAZ DE ASSIS**

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS SEM BARREIRAS  
ATITUDINAIS E APOIADO EM TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Rio de Janeiro, RJ

2018

**JOSIANE BRAZ DE ASSIS**

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS SEM BARREIRAS  
ATITUDINAIS E APOIADO EM TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cládice Nóbile Diniz

Rio de Janeiro, RJ

2018

A848

Assis, Josiane Braz de.

Proposta de diretrizes para atendimento à pessoa com deficiência visual em bibliotecas universitárias sem barreiras atitudinais e apoiado em tecnologias assistivas / Josiane Braz de Assis. – Rio de Janeiro, 2018.

125 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cládice Nóbile Diniz.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

1. Barreira atitudinal. 2. Acessibilidade. 3. Pessoa com deficiência visual. 4. Biblioteca universitária. 5. Tecnologia assistiva. I. Diniz, Cládice Nóbile II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 027.7

**JOSIANE BRAZ DE ASSIS**

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS SEM BARREIRAS  
ATITUDINAIS E APOIADO EM TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em: 31 de outubro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz - Orientadora  
PPGB/UNIRIO

---

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti Miranda - Titular interno  
PPGB/UNIRIO

---

Profa. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes - Titular externo  
UERJ

---

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes - Suplente Interno  
PPGB/UNIRIO

---

Profa. Dra. Neuza Rejane Wille Lima - Suplente Externo  
UFF

Dedico este trabalho ao meu  
filho Gabriel, o meu maior  
incentivo para não desistir dos  
meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo.

Ao meu marido e a minha família por estarem sempre presentes e pelo apoio nos momentos difíceis, mas necessários para a conclusão do mestrado.

À professora e orientadora Cládice Nóbile Diniz pela parceria na conclusão de mais uma etapa na minha vida.

Aos professores do PPGB pelos ensinamentos durante as aulas, em especial à professora Geni Chaves Fernandes por suas esclarecedoras e valiosas orientações durante o curso.

Aos membros da banca por todas as observações e correções no presente trabalho.

À turma 2016 pela disposição em ajudar, esclarecer dúvidas, compartilhar material e todo apoio durante essa nossa longa jornada.

A todos da Biblioteca da Faculdade de Direito, da Universidade Federal Fluminense, pelo incentivo e compreensão.

Muito obrigada a todos!

## Quem pode

Quem pode amanhã ser mais do que foi hoje.  
Quem pode chorar esta noite e acordar sorrindo.  
Quem pode jogar água abaixo os seus ódios.  
Quem pode orar por alguém que lhe machuca a alma.  
Quem pode ser você, pode ser você.  
Pode ser, pode ser...  
Quem pode ser você, pode ser você.  
Pode ser...  
Quem pode pintar a sua dor num quadro.  
Quem pode explicar com calma o que já aprendeu.  
Quem pode enxergar o brilho em qualquer um.  
Quem pode esperar e ouvir a frase concluída.  
Quem pode se pôr no lugar do outro.  
Quem pode querer o melhor pra si e pra todos.  
Quem pode trocar velhas atitudes.  
Quem pode escolher que pensamento pensar.  
Quem pode fazer a ponte no abismo.  
Quem pode trilhar e deixar seu rastro bom.  
Quem pode dizer uma palavra de otimismo.  
Quem pode agora decidir sorrir.

Sara Bentes

## RESUMO

A pesquisa discute a barreira atitudinal no atendimento às pessoas com deficiência em bibliotecas das universidades federais brasileiras. O objetivo geral é apresentar diretrizes para atendimento aos usuários com deficiência visual nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense para ser utilizado pelos bibliotecários da instituição. A deficiência visual foi escolhida para a relação de diretrizes porque algumas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (campo de estudo e posteriormente de aplicação das diretrizes) já possuem tecnologia assistiva para a conversão de materiais em formato digital. Como objetivos específicos relaciona os procedimentos adotados nas universidades federais do Brasil no atendimento aos alunos com deficiência, destacando a Universidade Federal Fluminense e suas práticas de acessibilidade em bibliotecas. Apresenta as tecnologias assistivas e os tipos de barreiras atitudinais presentes no dia a dia da pessoa com deficiência. A metodologia é descritiva apoiada em pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas barreira atitudinal e acessibilidade nas universidades federais brasileiras. A investigação guiou-se em seu desenvolvimento conceitual pelas determinações da Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O embasamento teórico apresenta o modelo social que se contrapõe ao modelo médico da deficiência. Relaciona as principais categorias de tecnologias assistivas disponíveis e identifica as existentes nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense. A partir da análise dos sites de 63 universidades federais, relacionadas na Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano 2016, a pesquisa apresenta a diversidade de documentos disponíveis para o público em geral que permite localizar quais bibliotecas dispõe de produtos e serviços para pessoas com deficiência. Os setores de acessibilidade das universidades e sua diversidade de denominações são apresentados com a finalidade de divulgar as iniciativas existentes nas universidades federais brasileiras. São apresentadas diretrizes para um bom atendimento as pessoas com deficiência nas universidades brasileiras, por meio de um atendimento de qualidade sem barreiras atitudinais, apoiado em tecnologias assistivas e com material acessível disponível para todos.

**Palavras-chave:** Barreira atitudinal. Acessibilidade. Pessoa com deficiência visual. Biblioteca universitária. Tecnologia assistiva.



## ABSTRACT

The research discusses the attitudinal barrier for the care of handicapped people in libraries of Brazilian federal universities. The general objective, is to present guidelines for the care of visual impairment users in the libraries of the Universidade Federal Fluminense to be used by librarians of the institution. Visual impairment was chosen for the guidelines relationship because some libraries of the Universidade Federal Fluminense (field of study and later application of the guidelines) already have assistive technology for converting materials to the digital format. As specific objectives, it relates the procedures adopted in the federal universities of Brazil in the care of handicapped students, highlighting the Universidade Federal Fluminense and its accessibility practices in libraries. It also presents the assistive technologies and types of attitudinal barriers present in the daily life of the handicapped people. The methodology is descriptive supported by bibliographic and documentary research on the themes attitudinal barrier and accessibility in Brazilian federal universities. The investigation was guided in its conceptual development by the determinations of Law 13.146/2015, which instituted the Brazilian Law of Inclusion of the handicapped person (Statute of the handicapped person) The theoretical basis presents the social model that contrasts with the medical model of disability. It lists the main categories of available assistive technologies and identifies those in the libraries of the Universidade Federal Fluminense. Based on the analysis of the websites of 63 federal universities, related in the Synopsis of Higher Education of the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira in 2016. The research presents the diversity of documents available for the public that allows you to locate which libraries have products and services for handicapped people. The accessibility sectors of the universities and their diversity of denominations are presented with the purpose of publicizing the existing initiatives in the Brazilian federal universities. Guidelines are presented for a good care of handicapped people in Brazilian universities, through quality in the care without attitudinal barriers, supported by assistive technology and accessible material available to all.

Keywords: Attitudinal barrier. Accessibility. Visual impairment person. University library. Assistive technology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programa jornalístico diário criado para a comunidade de Surdos	72
Figura 2 - Librivox	72
Figura 3 - Apresentação do Sistema Pergamum	82
Figura 4 - Pesquisa Modo Acessibilidade	83
Figura 5 - Consulta no Sistema de Bibliotecas da UFF- Opção Alto contraste	84
Figura 6 - Consulta no Sistema de Bibliotecas da UFF - Opção: Aumentar o tamanho da fonte	84
Figura 7 - <i>Scanner</i> com voz	90
Figura 8 - Impressora em braile	91
Figura 9 - Lupa eletrônica de mesa	91
Figura 10 - Mesa tátil	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lei, decretos e norma relacionados na pesquisa sobre a pessoa com deficiência	24
Quadro 2 - Tipos de Barreiras atitudinais	28
Quadro 3 - Categorias de Tecnologias assistivas	32
Quadro 4 - Comparativo IFLA e Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia	38
Quadro 5 - Órgãos de acessibilidade	46
Quadro 6 - Documentos (variedade de denominações)	49
Quadro 7 - Relação das universidades federais brasileiras	50
Quadro 8 - Oferta de produtos e serviços nos setores de acessibilidade das bibliotecas	69

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Material encontrado nos sites das Universidades Federais	68
Gráfico 2- Acessibilidade nos sites das universidades	73
Gráfico 3 – Alunos com deficiência matriculados na Universidade Federal Fluminense	74
Gráfico 4 – Condições de acessibilidade nas bibliotecas da UFF	80
Gráfico 5 – Tecnologia assistiva disponível nas bibliotecas da UFF	81

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>Censup</b>	Censo da Educação Superior
<b>CIF</b>	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
<b>DAI</b>	Divisão de Acessibilidade e Inclusão
<b>SECADI</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
<b>SEESP</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>SESu</b>	Secretaria de Educação Superior
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>IFLA</b>	International Federation of Library Associations and Institutions
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PROAES</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
<b>TA</b>	Tecnologia assistiva
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UPIAS</b>	Union of the Physically Impaired Against Segregation

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1 O Conceito de deficiência</b> .....	<b>18</b>
<b>2.2 O Modelo social</b> .....	<b>19</b>
<b>2.3 Conceito e tipologia de barreiras</b> .....	<b>26</b>
<b>2.4 A Barreira atitudinal</b> .....	<b>26</b>
<b>2.5 A Tecnologia assistiva</b> .....	<b>30</b>
2.5.1 A definição legal e as categorias de Tecnologia assistiva.....	31
2.5.2 A Tecnologia assistiva em bibliotecas .....	34
<b>2.6 As Competências do bibliotecário</b> .....	<b>36</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>43</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>46</b>
<b>4.1. Um panorama do processo de inclusão nas universidades federais brasileiras</b> .....	<b>46</b>
<b>5. UM PANORAMA DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</b> .....	<b>74</b>
<b>5.1 As bibliotecas da Universidade Federal Fluminense</b> .....	<b>77</b>
<b>5.2 As condições de acessibilidade e a tecnologia assistiva na UFF</b> .....	<b>80</b>
<b>6 DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E ORIENTAÇÕES SOBRE AS BARREIRAS ATITUDINAIS NO USO NAS BIBLIOTECAS DA UFF.</b> .....	<b>86</b>
<b>6.1 Apresentação</b> .....	<b>86</b>
<b>6.2. Atendimento aos estudantes com deficiência</b> .....	<b>87</b>
<b>6.3. Como se dirigir a pessoa com deficiência visual</b> .....	<b>89</b>
<b>6.4 Tecnologia assistiva</b> .....	<b>90</b>
<b>6.5 Softwares</b> .....	<b>92</b>
<b>6.6 Como organizar eventos</b> .....	<b>92</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>94</b>
<b>8 RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>98</b>
<b>ANEXO A - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO</b> .....	<b>112</b>
<b>ANEXO B – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO</b> .....	<b>119</b>
<b>ANEXO C – ORIENTAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE DOCUMENTO ACESSÍVEL NO WORD</b> .....	<b>120</b>

**ANEXO D – RECOMENDAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE UM DOCUMENTO EM PDF  
ACESSÍVEL ..... 123**

**ANEXO E – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE APRESENTAÇÕES COM  
POWER POINT EM FORMATO ACESSÍVEL ..... 125**

## 1 INTRODUÇÃO

Em bibliotecas, destacam-se a rota acessível até a porta de entrada, o balcão de atendimento, a organização das estantes e mesas e a tecnologia assistiva, como alguns dos itens que devem ser especialmente pensados para torná-la acessível aos usuários com deficiência. A literatura especializada destaca que é importante os bibliotecários saberem se relacionar com a pessoa com deficiência e possam ensinar o usuário a operar as tecnologias assistivas nas bibliotecas para facilitar-lhe a autonomia.

No entanto, além de adaptar os espaços, é necessário que os profissionais de bibliotecas estejam preparados para desenvolver o seu trabalho nesse ambiente inclusivo, o que exige que eles sejam aptos no equipamento assistivo e não venham a ter contato com a tecnologia assistiva apenas quando o aluno já está cursando as disciplinas e a requer.

Algumas mudanças nos procedimentos adotados no atendimento ao aluno com deficiência podem fazer a diferença no seu processo de aprendizagem na universidade. Entre elas, o conhecimento da operação dos equipamentos utilizados como tecnologias assistivas. Sendo assim, urge pensar em meios que possam favorecer o processo de capacitação dos bibliotecários e sendo essa a preocupação central da pesquisa, coloca-se a questão: como oferecer atendimento adequado aos usuários com deficiência evitando barreiras atitudinais nas bibliotecas da UFF?

As barreiras atitudinais representam um grande entrave para a eficácia do atendimento ao aluno com deficiência em bibliotecas, aqui em especial o aluno com deficiência visual. Muitas vezes essas barreiras estão presentes de forma imperceptível para o bibliotecário, por não ter conhecimento da proporção que sua fala, seus gestos ou forma de pensar pode ter em algumas ocasiões. O tema do presente trabalho se justifica por esclarecer quais são essas barreiras, possibilitando uma visão abrangente sobre o tema deficiência e desse modo diminuir a insegurança quanto a maneira de proceder no atendimento a pessoa com deficiência em bibliotecas universitárias.

A pesquisa visou alcançar como objetivo geral uma proposta de diretrizes para o atendimento aos usuários com deficiência visual em bibliotecas da UFF, considerando o uso de tecnologias assistivas usualmente oferecidas pela instituição nesses casos e apresentando orientações para evitar barreiras atitudinais no atendimento ao usuário com deficiência.

Como objetivos específicos se propôs a descrever as tecnologias assistivas em geral, e em especial as utilizadas em bibliotecas da UFF; enumerar as competências necessárias aos



bibliotecários da universidade e identificar protocolos, manuais ou cartilhas de atendimento a usuários cegos utilizados por universidades federais brasileiras.

A pesquisa apoiou-se na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) – baseando-se em suas definições no Título I- Disposições preliminares, Capítulo I, artigo 3º considerações sobre acessibilidade, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, barreiras e barreiras atitudinais; no Capítulo IV- Do direito à educação, artigo 28º; no Capítulo IX- Do direito à Cultura, ao Esporte , ao Turismo e ao Lazer, artigo 42º; Título III- Da Acessibilidade – Capítulo II – Do Acesso à informação e a Comunicação, artigo 68; Capítulo III – Da tecnologia assistiva. No referencial legal, investigando-se os conceitos, leis e normas a partir do ano 2000 sobre acessibilidade e a pessoa com deficiência no ensino superior nos limites indicados.

O levantamento documental nos sites de instituições restringiu-se as 63 universidades federais brasileiras relacionadas na Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano 2016, pois o relatório estava consolidado. E o censo de 2017 só foi disponibilizado em 2018.

A pesquisa apresenta a descrição da tecnologia assistiva e não se propôs a desenvolver ou apresentar manuais de operação de tecnologias assistivas e programas de capacitação ou normas de uso.

A investigação teve como foco principal o atendimento a pessoa com deficiência visual nas bibliotecas da UFF.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: na seção 1, a introdução apresentando o procedimento da biblioteca e da Divisão de acessibilidade da UFF com o aluno com deficiência e a necessidade de aprimorá-lo. Nesta seção estão incluídos os objetivos, a justificativa e a delimitação da pesquisa e seu marco legal.

Na seção 2 é descrito o marco teórico conceitual sobre o tema deficiência, abrangendo o modelo social. São apresentados os tipos de barreiras e a seguir a barreira atitudinal, objeto central desta pesquisa. Também são apresentadas nesta seção as tecnologias assistivas, as que são mais presentes nas bibliotecas e as competências do bibliotecário.

A seção 3 descreve a metodologia adotada para realizar a pesquisa e a seleção dos documentos para a composição da pesquisa e das diretrizes.

Na seção 4 apresenta os resultados obtidos na pesquisa e sua análise. Apresenta a descrição dos produtos e serviços das bibliotecas das universidades, os documentos encontrados e os recursos de usabilidade dos *sites*

Na seção 5 são descritas as políticas de acessibilidade da UFF e apresentadas as bibliotecas que compõem o sistema da Universidade.

Na seção 6 são apresentados os dados coletados na pesquisa sobre convivência com pessoas com deficiências, sob a forma de diretrizes

A seção 7 traz as considerações finais. E a seção 8 as recomendações do trabalho.

## 2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

Nesta seção apresenta-se a conceituação de deficiência, o modelo social, as barreiras e especificamente, as barreiras atitudinais, a tecnologia assistiva e enumera as competências do bibliotecário no atendimento a pessoa com deficiência.

### 2.1 O Conceito de deficiência

“Pessoa com deficiência”, “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais”, e outros conceitos tornaram-se constantes temas de discussões. De acordo com Sasaki (2005a, p. 1) os termos são considerados corretos em função dos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Na década de 1980 utilizavam-se expressões como defeituosos e inválidos. A partir de 1981, surgiu a expressão pessoa deficiente. Aos poucos adotou-se a expressão pessoa portadora de deficiência (termo proposto para substituir pessoa deficiente). Por volta da metade da década de 1990, um novo termo “necessidades especiais” e então, pessoas com necessidades especiais ou portador de necessidades especiais, substituindo a palavra deficiência (SASSAKI, 2003, p. 3). Esses termos são encontrados na terminologia politicamente correta, onde está também a visão capacitista e a incapacitista. Seguem o modelo médico da deficiência e o paradigma da integração, no qual somente são aceitas na sociedade as pessoas com deficiência que comprovam ser capazes de participar em igualdade com as outras pessoas – superando ou contornando as barreiras (SASSAKI, 2014, p. 10).

No modelo médico a deficiência deve ser tratada e estudada como o foco principal. E a integração é um esforço unilateral da pessoa com deficiência. Ela deve se tornar “normal” para a sociedade. E não atingir esse objetivo, continuará excluída. Já a inclusão objetiva englobar as pessoas com deficiência e a sociedade para encontrarem soluções dos problemas encontrados por ambas (WALBER; SILVA, 2006, p. 36)

Sasaki (2014, p. 10) explica que o capacitismo ressalta as supostas capacidades da pessoa sem deficiência, os “normais”, para mostrar as supostas limitações das pessoas com deficiência. E o incapacitismo, faz o inverso, focaliza nas supostas limitações das pessoas com deficiência, a fim de ressaltar as supostas capacidades da pessoa sem deficiência. O incapacitismo dá ênfase a suposta “anormalidade” das pessoas com deficiência.

O termo que permanece até os dias de hoje é pessoa com deficiência e foi oficializado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 quando se elaborou o documento com essa decisão, o qual foi assinado em 2007, por vários países, entre os quais o Brasil que o ratificou no Congresso Nacional em 2008 e o promulgou no ano seguinte. O propósito deste texto legal foi proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade.

## **2.2 O Modelo social**

O modelo social ficou conhecido na década de 1960, por intermédio do sociólogo Paul Hunt, seus primeiros trabalhos compreendiam o fenômeno sociológico da deficiência por meio do conceito de estigma de Erving Goffman (DINIZ, 2007, p.13)

Goffman (2015, p. 14) descrevia três tipos de estigma: as abominações do corpo (as várias deformidades físicas); as culpas de caráter individual (a desonestidade, a prisão, vício, homossexualismo...) e os estigmas tribais de raça, nação e religião. Segundo o autor, o indivíduo não era bem recebido na relação com a sociedade pois possuía um traço que destruía a possibilidade de atenção para outros atributos. Ele possuía um estigma.

A explicação do que é esse “modelo social” pode ser apreendida em Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 74) que segue:

O modelo social da deficiência desafiou as narrativas do infortúnio, da tragédia pessoal e do drama familiar que confinaram o corpo com impedimentos ao espaço doméstico do segredo e da culpa. As propostas de igualdade do modelo social não apenas propuseram um novo conceito de deficiência em diálogo com as teorias sobre desigualdade e opressão, mas também revolucionaram a forma de identificação do corpo com impedimentos e sua relação com as sociedades

A Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980, baseou-se no modelo médico de deficiência e foi criticado, recebendo reivindicações para a descrição da deficiência como uma questão de direitos humanos e não apenas ética.

Segundo a ICIDH, ficava definido que lesão era a perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica de uma estrutura ou função; deficiência é qualquer restrição ou perda

de capacidade de executar uma atividade da forma considerada normal para seres humanos; e *handicap* é a desvantagem individual, resultante de lesão ou deficiência (DINIZ, 2007, p. 40).

Essa relação de causalidade representava a soberania da linguagem biomédica, um retrocesso.

Em 1972, Paul Hunt propôs, por carta ao jornal *The Guardian*, a organização de um grupo que levasse ao parlamento as ideias das pessoas com deficiência que viviam em instituições precárias. A carta provocou várias reações.

Quatro anos depois estava constituída a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), primeira organização sobre deficiência formada por deficientes. Michael Oliver respondeu a carta e é considerado o principal idealizador do modelo social da deficiência. Os outros participantes foram Paul Abberley e Vic Finkelstein (DINIZ, 2007, p. 14).

O principal objetivo da UPIAS, traduzida para o português como Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação, era redefinir a deficiência em termos de exclusão social, assim a deficiência passou a ser entendida como uma forma de opressão social, como a sofrida pelas mulheres e os negros (DINIZ, 2007, p. 17).

A definição de deficiência proposta pela UPIAS foi revisada e tinha como objetivo recusar o modelo médico. Deficiência foi definida como: “desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social” (DINIZ, 2007, p. 37).

As instituições tinham como objetivo afastar as pessoas com deficiência do convívio social ou normalizá-las para posteriormente serem devolvidas a família. Foi provocado um debate no meio biomédico. Já que para o modelo médico a deficiência era como uma doença, considerando-a a partir de elementos intrínsecos, adstritos ao indivíduo que a possui (NOZU, 2015, p. 52).

Nesse modelo a pessoa é que deve se adequar a sociedade. E a doença deve ser combatida com remédios e tratamentos.

França (2013, p.60) destaca que no modelo médico a deficiência levaria o indivíduo a desvantagens no meio social e que este deveria ser submetido a intervenções para promover o melhor funcionamento do corpo e assim reduzir essas desvantagens.

Em 1980, a rejeição ao modelo médico e à ideia de que a deficiência precisa ser “corrigida” ganha força, assim como a defesa de que os “ajustamentos” não deveriam ser dos indivíduos deficientes, mas da sociedade, pois ela que era desajustada em relação a estes. Entendia-se que a opressão social e a

exclusão dos deficientes não resultavam de suas limitações físico-mentais e que a experiência da desigualdade apenas se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilos de vida. Neste contexto, marcado pela “primeira geração” dos acadêmicos e ativistas da deficiência, os estudiosos atentam para a complexidade do conceito de deficiência que, longe de ser sinônimo de um corpo com lesão, também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa que apresenta um corpo atípico. Em contraposição ao modelo médico da deficiência, cresce o modelo social da deficiência (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, p. 3063).

O psicólogo bielo-russo Lev Semenovitch Vygotsky em seus estudos sobre deficiência analisa que:

[...] o olhar tradicional partia da ideia de que o defeito significa menos, falha, deficiência, limita e estreita o desenvolvimento da criança, o qual era caracterizado, antes de mais nada, pelo ângulo da perda dessa ou daquela função. Toda a psicologia da criança anormal foi construída, em geral, pelo método da subtração das funções perdidas em relação à psicologia da criança normal (VYGOTSKY, 2011, p. 869).

Nessa ótica, os obstáculos servem de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação. Não se deve considerar apenas características negativas da deficiência, mas o retrato positivo da personalidade que representa um quadro dos complexos caminhos do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2011, p. 869). Assim, deficiência não deveria ser entendida como um “problema pessoal”, ou uma tragédia. Mas, sim como questão social.

Sobre o modelo social, Bampi (2010, p.822) destaca:

A adoção do modelo social traz como consequência a compreensão de que as pesquisas e as políticas públicas, direcionadas à deficiência, não podem concentrar-se apenas nos aspectos corporais dos indivíduos para identificar a deficiência. Além disso, ao separar a deficiência da lesão, o modelo social abre espaço para mostrar que, a despeito da diversidade de lesões, há um fator que une as diferentes comunidades de deficientes em torno de um projeto político único: a experiência da exclusão. Todos os deficientes experimentam a deficiência como restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral para utilizar a linguagem de sinais, da falta de material em braille ou das atitudes públicas hostis das pessoas que não têm lesões corporais visíveis.

França (2013, p. 71) acentua que no âmbito acadêmico, o modelo social pode ser inovador e pouco conhecido e que a deficiência, como objeto sociológico fomenta importantes debates e pode revelar os meios pelos quais o princípio normalizador permeia a sociedade.

Dessa forma, o modelo social enfatiza pelo ponto de vista conceitual:

[...] uma mudança de perspectiva quanto ao peso que características corporais têm na experiência da deficiência, mudança que tem

consequências para a formulação de políticas: o reconhecimento da “sociedade deficiente” é tão ou mais importante para a formulação de políticas públicas que a identificação da “pessoa deficiente”. O modelo social jamais ignorou o papel que as perdas de funcionalidade têm na experiência da deficiência, mas enfatiza que, em muitos casos, essa experiência só ocorre por motivos eminentemente sociais. É perfeitamente possível, por exemplo, que, em uma sociedade devidamente ajustada, uma pessoa com algum tipo de limitação funcional não experimente a deficiência (MEDEIROS; DINIZ, 2004. p.16).

O modelo social compreende a deficiência sob uma dimensão multicausal, destacando os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais (NOZU, 2015, p.53).

Apesar das conquistas sociais e dos avanços no que diz respeito aos direitos que estão sendo assegurados aos deficientes nos parece importante manter e aprimorar as críticas sobre os enfoques médico e social da deficiência. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência deve ser médica e social; enquanto a primeira enfatiza as funções e estruturas do corpo para caracterizar a deficiência, a segunda pondera sobre os fatores ambientais e pessoais envolvidos. Ambas, diz o Estatuto, devem levar em consideração a limitação do desempenho das atividades segundo suas especificidades. (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, p. 3062)

Destaca-se que o termo autonomia aparece na maioria das definições legais sobre deficiência e acessibilidade relacionados no Quadro 1, com exceção do Decreto nº 7.611/2011 que foi arrolado por tratar da estruturação de núcleos de acessibilidade.

A Lei nº 13.146/2015 em seu art. 3º, apresenta a seguinte definição para o termo acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance, para utilização com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015a)

A norma técnica NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos estabelece os critérios e parâmetros técnicos para a elaboração de projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações para serem observados em relação a acessibilidade.

Esses critérios visam proporcionar autonomia, ao maior número de pessoas independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção em edificações,

mobiliário e equipamentos urbanos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.1).

Porém ressalta-se que a consideração da autonomia como conceito chave para caracterizar uma condição corporal atípica como normal ou patológica é um dos eixos para análise sobre deficiência, assim retira-se a deficiência da noção de doença.

Um outro eixo é quando a deficiência é indicada como impedimento para realizações pessoais. Nesse caso, é necessário redefinir a ideia de autonomia para suavizar a fronteira entre eficiência e deficiência (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, p. 3068).

Para Magalhães e Cardoso (2010. p.60):

[...] a construção das identidades sempre envolve conflito. Assim, uma atitude reflexiva ajuda a entender que, da mesma forma que uma professora pode ser folião no carnaval, um cego pode ser atleta, pai, amigo, trabalhador e folião. A ausência da visão não pode ser negada, tampouco exacerbada. Esse pode ser o fio condutor para outra compreensão da diversidade no contexto social e escolar.

A seguir, o quadro 1 apresenta as principais Leis, decretos e normas relacionados para a presente pesquisa sobre pessoa com deficiência no Brasil.



Quadro 1 - Lei, decretos e norma relacionados na pesquisa sobre a pessoa com deficiência

Documento	Assunto
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis: Lei nº 10.048/2000 (dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências). Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.) No capítulo VI- Do acesso à informação e à comunicação, art. 47, o decreto estabelece a obrigatoriedade de acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet) para as pessoas com deficiência visual.
Decreto Legislativo nº 186/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 2007. O documento obteve equivalência de emenda constitucional. Propósito da Convenção: promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
Decreto nº 6.949/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.611/2011	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no art. 5º, § 2º: VII- estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. E no § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). No capítulo 3 – Da Tecnologia Assistiva, art. 74. Destaca que é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.
NBR 9050/2015	Estabelece acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Outro ponto muito discutido é a questão da independência. O modelo social defendido permitiria a demonstração da capacidade e potencialidade do indivíduo, através da eliminação de barreiras. Mas essa ideia foi criticada pelas teóricas feministas, consideradas a segunda geração de estudiosos da deficiência. Elas defendiam a ampliação do conceito de deficiência para condições como envelhecimento e doenças crônicas. Afirmar que uma sociedade sem barreiras trazia independência para o deficiente fez com que as feministas lutassem pelo reconhecimento de cuidados por outras pessoas com deficiência, pois para alguns indivíduos essa meta não seria alcançada mesmo eliminando barreiras. (DINIZ, 2007, p. 61). As teóricas feministas introduziram a ideia da igualdade na interdependência. Assim:

Esvaziar as noções de capacidade individual e independência e fortalecer as ideias de interdependência e relação interpessoal como critérios de julgamento da condição variante permitem que o julgamento seja revitalizado (GAUDENZI, 2016, p. 3066).

Como resultado as duras críticas recebidas a ICIDH a revisão do documento teve início na década de 1990 e em 2001 foi encerrada com a aprovação da Classificação internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde. Pelo vocabulário proposto pela CIF, a deficiência não se resumia a um diagnóstico biomédico.

Segundo a CIF deficiência caracteriza-se pelo resultado de um relacionamento complexo entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais externos (DINIZ, 2007, p. 48).

A CIF baseia-se na integração do modelo médico e do modelo social, utilizando uma abordagem “biopsicossocial”, na tentativa de sintetizar uma visão coerente sobre as variadas perspectivas da saúde: a biológica, a individual e a social (SARTORETTO; BERSCH, 2017).

Santos destaca que:

A deficiência sai da exclusividade dos aspectos individuais e corporais para que sua caracterização permita ser possível por meio da apreciação dos fatores ambientais. Tanto a CIF quanto a Convenção já tinham tais princípios como prerrogativas a serem observadas com força normativa para influenciar, por exemplo, as políticas públicas brasileiras. Mas, o assinalado na LBI não deixa dúvidas para gerar obrigação a todas as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e, principalmente, estabelecendo prazo para o cumprimento dessa prerrogativa (2016, p. 3011).

A Lei n.º 13.146/2015 esclarece em seu art. 2º, que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar considerando os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores

socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação. Os fatores socioambientais podem ser entendidos como as barreiras que serão apresentadas a seguir.

### **2.3 Conceito e tipologia de barreiras**

A Convenção da ONU tornou-se referência para o país quanto a questão da acessibilidade, destacando as barreiras existentes como determinantes para a participação do indivíduo na sociedade apoiando-se principalmente no modelo social ao destacar que as condições que limitam aspectos do funcionamento humano, somente se tornam uma deficiência, se a pessoa tem que enfrentar barreiras de acesso em seu meio ambiente físico e/ou social.

A Lei nº 13.146/2015, no art. 3º define barreiras como: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Essas barreiras são classificadas como: barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação: barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas (BRASIL, 2015a).

Concentrando-se nas barreiras atitudinais, resume-se da literatura apresentada que as atitudes ou comportamentos podem impedir ou prejudicar a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais e oferecer-se uma biblioteca com acessibilidade, implica em reduzir ou remover as barreiras que dificultem o acesso da pessoa com deficiência aos serviços e produtos oferecidos.

A seguir apresenta-se o conceito de barreira atitudinal e as variadas formas como ela pode se apresentar.

### **2.4 A Barreira atitudinal**

Lima; Silva (2008) explicam que as barreiras atitudinais surgem de acordo com o contexto em que a sociedade está inserida, e destacam que anteriormente as pessoas eram selecionadas, mas também selecionavam por grupos, e nesse processo alguns eram deixados

para trás e questionam se o mundo contemporâneo não continua a categorizar os “bons” e os “fracos”.

De acordo com Ribeiro; Simões; Paiva (2017, p. 210):

As atitudes negativas relacionadas a ações entre sujeitos podem ser caracterizadas de diversas formas. Muitas ações podem ser percebidas em discursos de generalizações e estereótipos relacionados a particularidades em pessoas que não são pertencentes ao grupo dominante. Estas ações promovem preconceitos e exclusões. Estes são os elementos norteadores das barreiras atitudinais. A discriminação pode ser entendida, neste contexto, como habitus culturalmente concebido, gerador de sujeitos com atitudes preconceituosas com atores sociais não pertencentes ao mesmo campo social. Os hábitos discriminadores concebem atitudes limitantes para o diferente, tal qual uma barreira que demarca o espaço social de cada ator.

A Convenção da ONU em seu art. 8º – Conscientização, já trazia formas de combater barreiras atitudinais:

Conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência;  
 Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida;  
 Promover a conscientização sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

A busca pela sociedade inclusiva, muitas vezes produz essas barreiras, já que:

[...] O maior problema das barreiras atitudinais está em não as removermos, assim que são detectadas. Exemplos de algumas dessas barreiras atitudinais são a utilização de rótulos, de adjetivações, de substantivação da pessoa com deficiência como um todo deficiente, entre outras (LIMA; SILVA, 2008).

Amaral (1998), em seu texto sobre diferenças físicas e preconceitos, cujo título: “Sobre crocodilos e avestruzes...” já resumia todo o conceito das barreiras atitudinais, já que os crocodilos representam os preconceitos, estereótipos e estigmas e os avestruzes os mecanismos de defesa acionados diante da diferença. Ou seja, é mais fácil atravessar a ponte acima dos crocodilos, conhecendo-os a uma distância segura e evitando contato direto com eles do que enfrentá-los e se mesmo assim nos depararmos com uma situação considerada difícil devido ao desconhecimento dos fatos, simplesmente escondemos a cabeça na areia tal qual fazem os avestruzes. Essa é uma reflexão que deveríamos fazer a todo instante.

Assim, os crocodilos, ou mitos são os que induzem a fazer, por exemplo, uma correlação linear, baseada na lógica do “se.... então”- se uma pessoa com deficiência realiza tal atividade, então todas as pessoas com deficiência poderão realizá-la, ou o inverso. Para Amaral (2008)

barreiras atitudinais são “[...] anteparos interpostos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais. ” A referida autora destaca os estereótipos da particularização (como o cego ser sensível, ou o surdo ser isolado, etc.) e os generalistas (o herói que supera as barreiras; a vítima, que é impotente e o vilão que é destrutivo). E esses estereótipos são empregados a todos considerados diferentes, como judeus, negros e homossexuais. Lima e Silva (2008, p. 27) identificaram as barreiras atitudinais que se apresentam na escola, mas também podem estar presentes em outros espaços da sociedade (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipos de Barreiras atitudinais.

Barreira atitudinal	Atitude que caracteriza a barreira
Ignorância	Desconhecimento da potencialidade da pessoa com deficiência.
Medo	Temer “fazer ou dizer algo errado. ”
Rejeição	Não interagir com a pessoa com deficiência.
Avaliação depreciativa	Denominada pelos autores com percepção de menos-valia.
Inferiorização	Comparar o desempenho das pessoas com e sem deficiência.
Piedade	Superproteção ao ponto de realizar a atividade pela pessoa.
Adoração do herói	Achar especial, extraordinário qualquer tarefa que a pessoa com deficiência realiza.
Exaltação do modelo	Utilizar a deficiência da pessoa como comparativo, um modelo a ser seguido.
Percepção de incapacidade intelectual	Acreditar que a presença da pessoa com deficiência irá atrapalhar os demais.
Propagação	Supor que a pessoa por ter uma deficiência, tem outras. Imprimir ao outro o que ele não possui). Por exemplo: achar que uma pessoa com deficiência auditiva não fala.
Estereótipos	Comparar pessoas com a mesma deficiência criando representações sociais que podem ser negativas ou positivas.
Compensação	Facilitar as coisas para a pessoa com deficiência, oferecendo vantagens.
Negação	Não considerar os limites reais impostos pela deficiência.

Fonte: Lima e Silva (2008)

(continua)

Quadro 2 - Tipos de Barreiras atitudinais

(Continuação)

Barreira atitudinal	Atitude que caracteriza a barreira
Substantivação	Se referir a pessoa com deficiência pelos termos: o deficiente mental, o cego. Refletindo na perda da identidade em detrimento a deficiência.
Comparação	Comparar pessoas com e sem deficiência. A Comparação não privilegia os ganhos, apenas ressalta as “falhas”.
Segregação	Acreditar que pessoas com deficiência só devem conviver com os da mesma faixa etária. E devem estudar em escolas especiais.
Particularização	Supor que pessoas com deficiência necessitam ser tratadas a parte do todo da comunidade. Uma pessoa com deficiência só aprenderá com outra com a mesma deficiência.
Baixa expectativa	Afirmar que a pessoa com deficiência é incapaz de atingir uma meta. Levando a pessoa a não descobrir suas habilidades e se auto julgar incapaz.
Generalização	Generalizar aspectos de uma pessoa com deficiência em relação a outra com a mesma deficiência
Padronização	Oferecer serviços do mesmo modo para todas as pessoas com deficiência, considerando assim que terão os mesmos avanços, as mesmas dificuldades.
Assistencialismo e Superproteção	Impedir que a pessoa com deficiência de tome suas próprias decisões, por medo que experimente o fracasso.

Fonte: Lima e Silva, (2008)

As barreiras atitudinais são nutridas por ações cotidianas, por exemplo, acreditar que só familiares e amigos de pessoas com deficiência devem buscar a inclusão, já que incluir se refere a todos os grupos vulneráveis, com o objetivo de construirmos uma sociedade mais humana. (LIMA; SILVA, 2008, p. 29). É importante salientar que:

Não existe e nunca existirá um vocabulário 100% inócuo e desvinculado de estigmas para tratar do assunto; partindo do referido princípio de que a superação da deficiência sempre tem por base a sua aceitação, a melhor solução parece-nos a seguinte: utilizar a terminologia “convencional” (“deficiente”, “cego”, “surdo”, “paraplégico” etc.) – isso já demonstra a coragem de encarar o problema de frente, e representa metade do caminho andado rumo à superação. Não dispomos de definições perfeitamente fechadas; as coisas serão sempre muito mais do que as palavras que usamos para evocá-las (OLIVEIRA; BORGES, 2016, p. 4).

Buscar se familiarizar com a terminologia é um modo de evitar as barreiras atitudinais. Na fala de muitos que procuram incluir pode acontecer a exclusão. A negação, por exemplo, é um mecanismo de defesa que não deve ser acionado. E pode se apresentar através da compensação, da simulação e da atenuação.

Amaral (1998, p. 20) exemplifica a compensação por um outro aspecto e apresenta falas que caracterizam mais duas formas de barreiras atitudinais, a atenuação e a simulação:

Compensação – “é parálitico, mas tão inteligente”;

Atenuação – “não é tão grave assim”;

Simulação – “é cego, mas é como se não fosse”.

Sasaki (2005<sup>a</sup>, p. 2) exemplifica com a frase: “apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”. O preconceito está embutido já que nesse entendimento: ‘A pessoa com deficiência não pode ser um ótimo aluno’. Corrigida a frase seria: “ele tem deficiência e é um ótimo aluno”.

Dessa forma:

as pessoas com deficiências acabam sendo evidenciadas por estereótipos e rejeitadas por não serem acreditadas como sujeitos capazes de méritos sociais. Tendem a desenvolver estratégias para superar as barreiras impostas pelo ambiente social e provar que conseguem ir além, aproximando-se ao máximo do que consideram como a normalidade construída nos campos para se sentirem aceitas socialmente (RIBEIRO; SIMÕES; PAIVA, p. 223).

A universidade e qualquer outra instituição dependem da mudança de postura para ser modificada. Entendendo o outro como um ser capaz de aprender, mudar e transformar. A lei, por si só não garante a política de inclusão (MACHADO, 2008).

## 2.5 A Tecnologia assistiva

Criado em 1988 o termo *assistive technology*, foi retirado da legislação norte-americana e traduzido no Brasil como tecnologia assistiva para identificar todos os recursos e serviços que contribuem para promover ou ampliar habilidades funcionais da pessoa com deficiência. (SARTORETTO; BERSCH, 2017, online).

Os recursos incluem *softwares*, auxílios visuais, etc. podendo variar do simples ao mais elaborado. Já os serviços são as avaliações, experimentações e treinamentos de novos equipamentos. Esses serviços são prestados profissionalmente e envolvem profissionais de diversas áreas, tais como: fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação, psicologia, enfermagem, medicina, engenharia, arquitetura, design e outros (SARTORETTO; BERSCH, 2017, online).

Ajudas técnicas, tecnologia de apoio, tecnologia adaptativa e adaptações são variações de terminologia para tecnologia assistiva. Assim, torna-se necessário apresentar essas definições presentes na legislação para tecnologia assistiva.

### 2.5.1 A definição legal e as categorias de Tecnologia assistiva

A Lei n.º 13.146/2015, art. 3º define tecnologia assistiva (TA) ou ajuda técnica - os termos são utilizados como sinônimos nesse documento legal, como:

[...] produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (BRASIL, 2015a).

A TA se divide em categorias específicas para: auxílio de tarefas cotidianas, produtos para comunicação; recursos para computador; auxílio de controle de ambiente; projetos arquitetônicos acessíveis, órteses e próteses; adequações de postura/funcional; auxílio de mobilidade; auxílio para pessoas cegas ou com visão subnormal; auxílio para pessoas surdas ou com deficiência auditiva e adaptações em veículos; esporte e lazer (Quadro 3).

Os produtos mais comuns de TA são as bengalas, andadores, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e próteses.

Já recursos são o uso do sistema braile, os recursos óticos e os caracteres ampliados; a adoção da Língua Brasileira de Sinais e da janela de Libras (espaço delimitado numa imagem projetada, para tradução simultânea em Libras); a audiodescrição; os livros em áudio e/ou em braile; os livros digitais que possam ser reconhecidos por leitores de tela.



Quadro 3: Categorias de Tecnologias assistivas

<b>Categoria</b>	<b>Função</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Auxílios para a vida diária e vida prática</b>	Favorecer o desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou facilitar o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais.	Talheres modificados, suportes para utensílios domésticos, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, abotoadores, velcro, recursos para transferência, barras de apoio, etc. Também estão incluídos nesta categoria os equipamentos que promovem a independência das pessoas com deficiência visual na realização de tarefas como: consultar o relógio, usar calculadora, verificar a temperatura do corpo, identificar chamadas telefônicas, escrever etc.
<b>CAA – Comunicação Aumentativa e Alternativa</b>	Atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever.	Pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (BLISS, PCS e outros), vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou o computador com <i>softwares</i> específicos e pranchas dinâmicas em computadores tipo <i>tablets</i> .
<b>Recursos de acessibilidade ao computador</b>	Tornar o computado acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras.	Dispositivos de entrada: os teclados modificados, os teclados virtuais, mouses especiais e acionadores diversos, <i>software</i> de reconhecimento de voz, dispositivos apontadores que valorizam movimento de cabeça, movimento de olhos, ondas cerebrais, órteses e ponteiras para digitação, entre outros. Dispositivos de saída: <i>softwares</i> leitores de tela, <i>software</i> para ajustes de cores e tamanhos das informações (efeito lupa), os softwares leitores de texto impresso (OCR), impressoras braile e linha braile, impressão em relevo, entre outros.
<b>Sistemas de controle de ambiente</b>	Ligar, desligar e ajustar aparelhos eletroeletrônicos como a luz, o som, televisores, ventiladores, executar a abertura e fechamento de portas e janelas, receber e fazer chamadas telefônicas, acionar sistemas de segurança, entre outros.	O controle remoto pode ser acionado de forma direta ou indireta. Os acionadores (localizados em qualquer parte do corpo) podem ser de pressão, de tração, de sopro, de piscar de olhos, por comando de voz etc.
<b>Projeto arquitetônico acessível</b>	Garantir o acesso, e a mobilidade a todas as pessoas, independentemente de sua condição física e sensorial	Rampas, elevadores, adaptações em banheiros, mobiliário entre outras.

Elaborado pela autora, 2018  
Fonte: BERSCH (2013, p.5-11).

(continua)

Quadro 3: Categorias de Tecnologias assistivas

(Continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Função</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Órteses e próteses</b>	Próteses- Substituem partes ausentes do corpo. Órteses- são colocadas junto a um segmento corpo, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função.	São normalmente confeccionadas sob medida.
<b>Adequação Postural</b>	Garantir posturas alinhadas, estáveis, confortáveis e com boa distribuição do peso corporal.	Sistemas especiais de assentos e encostos, almofadas especiais entre outros.
<b>Auxílios de mobilidade</b>	Melhoria da mobilidade pessoal.	Bengalas, muletas, andadores, carrinhos, cadeiras de rodas manuais ou elétricas, <i>scooters</i> , entre outros.
<b>Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação para pessoas com baixa visão ou cegas.</b>	Auxiliar o acesso à informação	Auxílios ópticos, lentes, lupas manuais e lupas eletrônicas; os softwares ampliadores de tela. Material gráfico com texturas e relevos, mapas e gráficos táteis, software OCR em celulares para identificação de texto informativo, etc.
<b>Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo.</b>	Facilitar a comunicação.	Equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado-teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, celular com mensagens escritas e chamadas por vibração, software que favorece a comunicação ao telefone celular transformando em voz o texto digitado no celular e em texto a mensagem falada. Livros, textos e dicionários digitais em língua de sinais. Sistema de legendas ( <i>close-caption/subtitles</i> ).
<b>Mobilidade em veículos</b>	Possibilitar a pessoa com deficiência física dirigir um automóvel, e embarque e desembarque com facilidade.	Elevadores para cadeiras de rodas, rampas para cadeiras de rodas, serviços de autoescola para pessoas com deficiência.
<b>Esporte e Lazer</b>	Favorecer a prática de esporte e participação em atividades de lazer.	Cadeira de rodas/basquete, bola sonora, auxílio para segurar cartas e prótese para escalada no gelo.

Elaborado pela autora, 2018.

Fonte: BERSCH, Rita (2013, p.5-11)

## 2.5.2 A Tecnologia assistiva em bibliotecas

Os recursos de TA mais utilizada são impressora braile<sup>1</sup>; *scanner com voz*; máquina de escrever braile; lupa eletrônica além de computadores com *softwares* e aplicativos instalados para auxiliar as pessoas com deficiência visual.

Os *softwares* mais conhecidos são: DosVox, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (leitor de tela, compatível com outros programas de computador para pessoa com deficiência visual); Braille Fácil, desenvolvido pela UFRJ (transcreve documentos em texto para o braile); Virtual Vision, desenvolvido pela empresa “Micro Power” (leitor de tela que funciona sobre os aplicativos mais comuns); “MecDaisy”, outra ferramenta desenvolvida pela UFRJ, converte texto para o padrão internacional Daisy (*Digital Accessible information System*) e após a conversão, permite manusear o texto sonoro de forma semelhante ao texto escrito e o NVDA (leitor de tela gratuito para o sistema operacional “Windows”)

A biblioteca acessível e inclusiva de fato, deve possuir acervo em formato acessível como livros em braile (impressos em relevo a partir do sistema braile; audiolivros ou livros falados (livro em formato de áudio); livro em braile e tinta (apresenta simultaneamente texto em tinta e em braile); livro com fonte ampliada impresso com fonte maior e com contraste entre a fonte e o fundo); livro digital Daisy - combinando texto e áudio, o sistema possibilita fácil navegação pelas seções, pesquisa palavras, define contraste, etc.; livros digitais ( em arquivos nos formatos txt e pdf); livros audiovisuais bilíngues (Português/Libras); livro em leitura fácil (livro que segue diretrizes da IFLA em relação a linguagem, conteúdo e forma; livro áudio visual acessível que apresenta a combinação de vários formatos em uma mesma obra. (FORTALECIMENTO..., 2016)

Este último pode atender simultaneamente todas as pessoas, atendendo o princípio do Desenho Universal. A NBR 9050/2015, define Desenho Universal como aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.

---

<sup>1</sup> Braile: A palavra "braile" foi aportuguesada do vocábulo francês "braille", que por sua vez veio do nome "Braille". Portanto, "braile" é um substantivo comum masculino. A palavra braile é utilizada em duas situações: a) com a função de adjetivo formando um conjunto: sistema braile, máquina braile, relógio braile, dispositivo eletrônico braile, biblioteca braile etc.; b) como substantivo, antecedido pela preposição "em": escrita em braile, cardápio em braile, placa metálica em braile, livro em braile, jornal em braile, texto em braile etc. (SASSAKI, 2005b). No texto da presente pesquisa foi adotada a terminologia recomendada por Sasaki. Porém foi mantida no texto a grafia utilizada por cada autor, nas citações e quando o substantivo nomear, por exemplo, um programa de computador.

O Desenho Universal possui sete princípios que devem ser considerados na concepção dos produtos e serviços para pessoas com deficiência. São eles: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico, dimensão e espaço para aproximação e uso. Mauch (2016) vinculou os princípios as atividades desenvolvidas na mediação de leitura acessível e inclusiva, que podem ser aplicados em qualquer biblioteca:

1 - **Equiparação nas possibilidades de uso:** [...]. Os livros em diferentes formatos acessíveis (por exemplo a mesma obra em versão audiovisual, que conta com narração do texto, descrição das imagens, legenda, interpretação em Libras)

2 - **Flexibilidade no uso:** [...]. Ao pensar em atividades de livro e leitura, é importante planejar estratégias que possam atender a todos os públicos (por exemplo, construir com os alunos os personagens e o cenário do livro, ensinar os principais sinais em Libras dos personagens, usar fantasias...)

3 - **Uso simples e intuitivo:** o uso é fácil de entender e de compreender, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário (por exemplo, desenvolver estratégias complementares, por meio de uma comunicação simples)

4 - **Informação Perceptível:** comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais.

5 - **Tolerância ao erro:** minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.

6 - **Pouco esforço físico:** pode ser utilizado com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável (portas com maçanetas de alavanca proporcionam a abertura por pessoas com condições funcionais diferentes. Possibilita tanto a autonomia de usuários e funcionários com mobilidade reduzida quanto para profissionais que estejam com as mãos ocupadas com livros, cena comum do cotidiano de escolas e bibliotecas.) Recomenda-se evitar as maçanetas redondas ou de bolas.

7 - **Dimensão e espaço para uso e interação:** oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário. (MAUCH, 2016, p.32)

O Tratado Internacional de Marraqueche, celebrado em 2013, ratificado no Brasil pelo Decreto n.º 261/2015, criado para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso ao texto impresso, define:

“exemplar em formato acessível” significa a reprodução de uma obra de uma maneira ou forma alternativa que dê aos beneficiários acesso à obra, inclusive para permitir que a pessoa tenha acesso de maneira tão prática e cômoda como uma pessoa sem deficiência visual ou sem outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. O exemplar em formato acessível é utilizado exclusivamente por beneficiários e deve respeitar a integridade da obra original, levando em devida consideração as alterações necessárias para tornar a obra acessível no formato alternativo e as necessidades de acessibilidade dos beneficiários (BRASIL, 2015b).

A Lei n.13.146/2015 apresenta a seguinte definição:

Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille (BRASIL, 2015a).

A Lei 13.146/2015 trata também da formação dos acervos nas bibliotecas e destaca no Título III – Acessibilidade, Capítulo II, art. 68, § 1º que:

os editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis. (BRASIL, 2015a)

Outros *softwares* amplamente utilizados são: o “OpenBook” que é um software de captura e leitura de documentos eletrônicos ou impressos e permite escolher entre os dois sintetizadores de voz: o “RealSpeak Solo” (vozes naturais humanas) ou o “Eloquence” (utilizado para edição e leitura corrida de documentos), e o “Jaws” que é utilizado com programas como “Microsoft Excel” e “Power Point”. Pode ser utilizado para pesquisar páginas na internet, ler ou escrever *e-mail*.

Considerando a quantidade de softwares e recursos disponíveis para as bibliotecas oferecem, torna-se cada vez mais necessário que os bibliotecários busquem aprimorar suas competências para um bom desempenho no atendimento a pessoa com deficiência, o que será abordado a seguir.

## **2. 6 As Competências do bibliotecário**

Para Gasque (2012, p.34) o termo competência evidencia a capacidade dos indivíduos de resolver problemas e realizar tarefas específicas e circunscritas. Segundo Gasque:

[...] propõe-se que ‘competência’ seja utilizado como expressão do ‘saber fazer’, derivada das relações entre o conhecimento que o sujeito detém, a experiência adquirida pela prática e a reflexão sobre a ação. Por sua vez, habilidade é a realização de cada ação específica e necessária para se alcançar determinada competência. (GASQUE, 2012, p. 36)

O fazer de forma valorizada é conceituado como “feito com competência”. Desse modo “a competência implica um saber-fazer valorizado, exigindo conhecimentos, habilidades e atitudes adequados. Essa adequação é trazida pelo saber-ser” (DINIZ, 2008, p. 2)

Diniz (2008, p. 3) analisa que:

[...]as características e qualidades criadoras da conceituação da competência não são adquiridas pelo indivíduo apenas com a capacitação direcionada para conhecimentos, habilidades e atitudes prestigiados em determinado momento. A competência requer o domínio de um “*timing*” no agir, o que é mais fruto de talento e vivência, isto é, da forma como consegue articular a sua “bagagem interior” ao colocar-se perante a questão da vida.

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em seu relatório profissional do ano 2009, intitulado Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento destacava que os catálogos *on-line* permitem aos usuários navegar independentemente, utilizando tecnologia adaptativa. Mais que esses catálogos com as coleções, as bibliotecas necessitam de bibliotecários treinados aptos a acessar e autenticar recursos baseados na *web* eficientemente (IFLA, 2009, p. 45).

Desse modo, por exemplo, um estudante universitário cego pode realizar pesquisa na Internet, com auxílio de um leitor de telas.

O relatório da IFLA evidencia as habilidades atribuídas aos bibliotecários, destacando que os treinamentos constantes devem ser valorizados durante o planejamento de recursos humanos.

A busca por aprimoramento contínuo também aparece nas Diretrizes curriculares nacionais do curso de Biblioteconomia estabelecidas por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação:

A IFLA destaca que os valores da biblioteca ou organização deveriam refletir uma visão iluminada sobre a deficiência e enfatizar que as atitudes são frequentemente, uma barreira muito maior do que os problemas físicos enfrentados pelas pessoas deficientes. Porém a temática acessibilidade não é mencionada nas Diretrizes curriculares do curso.

A seguir apresenta-se no quadro 4 comparativos das competências e habilidades gerais enumeradas nas Diretrizes curriculares nacionais com as recomendações da IFLA.

Quadro 4 – Comparativo IFLA e Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia

Recomendações da IFLA	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Liderança e motivação.</li> <li>➤ Desenvolvimento de relacionamentos efetivos com as agências governamentais e de financiamento.</li> <li>➤ Manutenção de um conhecimento sobre a legislação pertinente, incluindo copyright e legislação para deficientes.</li> <li>➤ Planejamento, desenvolvimento e implantação de políticas.</li> <li>➤ Construção e manutenção de redes com outras organizações.</li> <li>➤ Negociação financeira e orçamentária.</li> <li>➤ Gerenciamento dos recursos e dos funcionários da biblioteca.</li> <li>➤ Planejamento e desenvolvimento de sistemas de bibliotecas.</li> <li>➤ Gerenciamento de tecnologias adaptativas e de interfaces para usuários.</li> <li>➤ Gerenciamento de mudanças em um ambiente dinâmico.</li> <li>➤ Facilitação de marketing, de promoção, de advocacia e do <i>lobbying</i>. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Outras habilidades:</li> </ul> </li> <li>➤ Sistemas de informação.</li> <li>➤ Dispositivos tecnológicos de auxílio.</li> <li>➤ Narradores para a gravação de áudios.</li> <li>➤ Braillistas e profissionais especialistas em percepção ao tato.</li> <li>➤ Desenvolvimento de <i>web</i> e de publicação eletrônica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;</li> <li>➤ Formular e executar políticas institucionais;</li> <li>➤ Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;</li> <li>➤ Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;</li> <li>➤ Desenvolver e utilizar novas tecnologias;</li> <li>➤ Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;</li> <li>➤ Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar,</li> <li>➤ Prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;</li> <li>➤ Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.</li> </ul>

Fonte: IFLA, 2009; BRASIL, 2001

Destaca-se dois pontos em comum entre as diretrizes curriculares e o relatório da IFLA: a implantação/formulação de políticas e o gerenciamento/desenvolvimento e utilização de tecnologia, onde poderíamos incluir as TA. De um modo específico não identificamos nas diretrizes competências claramente relacionadas as questões de acessibilidade e inclusão. E desse modo, durante ou após a graduação, o bibliotecário necessita ter interesse e motivação individual para se especializar.

As Diretrizes foram aceitas pelos acadêmicos, elas indicam as competências e as atribuições que o bibliotecário dever ter ao sair do curso, e oferecem liberdade para as escolas construírem seus currículos direcionados a atender as demandas regionais. (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 10)

Braga e Bahia (2018) realizaram uma análise das matrizes curriculares dos 24 cursos de Biblioteconomia das universidades federais brasileiras e constataram a existência de 36 disciplinas ligadas a temática da inclusão, identificadas pelas palavras-chave: inclusão, acessibilidade e diversidade. Destas apenas 6 disciplinas são obrigatórias, reforçando a ideia de iniciativa pessoal do bibliotecário em incluir essa especialização em sua formação acadêmica.

Desse modo, Santos (2000, p.114) destaca que para minimizar lacunas de conhecimento é necessário um projeto de carreira individual. E exemplifica a tecnologia como uma das necessidades do aprendizado contínuo. Para a autora: “o domínio de tecnologias avançadas para o acesso, tratamento e recuperação de informações inicia-se nos cursos de graduação e seu aprimoramento depende, mais uma vez, de um projeto pessoal”.

Nesse sentido, o bibliotecário irá desenvolver habilidades específicas que visam o acesso à informação de maneira facilitada para todos os tipos de usuários. Como define Cunha (2003, p. 46) a missão do bibliotecário é facilitar o acesso à informação e possibilitar, o desejo de aprender, de discutir, enfim, a formação do conhecimento ou o conhecimento em formação.

Campello (2009) destaca que:

Na evolução das práticas biblioteconômicas, o atendimento ao usuário se formalizou inicialmente no trabalho de referência e, com sua criação, a função educativa da biblioteca tornou-se mais explícita. O trabalho de referência designa o processo de assistência direta e pessoal do bibliotecário ao leitor que busca informação, pressupondo, portanto, intervenção ativa desse profissional no processo de busca de informação, distinta da ação de adquirir, selecionar, organizar e colocar o acervo à disposição dos usuários. (CAMPELLO, 2009, p.30).

Targino (2010, p. 122) analisa que as leis da Biblioteconomia, publicadas em 1931 pelo bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, permanecem essenciais para aqueles que



visualizam a chance de exercer a cidadania e lutar pelo acesso universal na Biblioteconomia; e que suas Cinco Leis são percussoras dos movimentos liderados pelos bibliotecários ditos de linha de frente, sendo elas:

1. Os livros são para usar.
2. A cada leitor o seu livro.
3. A cada livro seu leitor.
4. Poupe o tempo do leitor.
5. A biblioteca é um organismo em crescimento.

Ranganathan apresentou considerações sobre a antítese do normal e o excepcional, demonstrando que há condições excepcionais de todo tipo:

[...]. Há o analfabetismo, que é uma condição passível de ser eliminada. Temos o prisioneiro recuperável atrás das grades, enquanto os deficientes visuais, auditivos e da fala formam as classes dos que são comumente descritos como excepcionais. A palavra ‘todo’ em LIVROS PARA TODOS abrange cada um deles. A Segunda lei não conhece qualquer exceção (RANGANATHAN, 2009, p.81).

Targino (2010, p. 123) acrescenta que a segunda lei - A cada leitor seu livro - enfatiza a multiplicidade de usuários a que a instituição pode atingir, concluindo que “é a ação do profissional e a vontade política que, sempre, determinam o desempenho das instituições” (TARGINO, 2010, p. 124).

Cabe ao bibliotecário realizar uma autoavaliação de seus conhecimentos e habilidades, para não haver barreiras no atendimento ao usuário com deficiência (SILVA; COSTA; CRIVELLARI, p. 2745).

O Relatório Global da Unesco, publicado em 2014, e que foi fundamentado na Convenção da ONU trata do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no acesso as informações as pessoas com deficiência. O relatório destaca a necessidade de promover o desenvolvimento e adaptação de estratégias abertas adequadas para maximizar a proporção da população com deficiência capaz de usar softwares e tecnologias assistivas (UNESCO, 2014, p. 59).

O relatório da UNESCO aponta a indispensabilidade de se criar um ambiente favorável para melhorar capacitação e competência, através dos seguintes pontos:

Investir em capital institucional e em seres humanos com conhecimento e habilidades na área de Tecnologias Assistivas e TIC. Por exemplo, por meio de centros e estruturas de recursos que possam promover a conscientização sobre treinamentos específicos para alunos e educadores; e

Melhorar o ensino por meio do treinamento dos profissionais da educação, pessoal administrativo e gerencial das instituições educacionais, assim como equipes de TI, mídia, bibliotecas, entre outros;  
Desenvolver programas e oportunidades pelos quais os aprendizes venham a se tornar treinadores de outras pessoas (UNESCO, 2014, p. 60)

Por meio da prática do desenvolvimento de novas competências, o profissional se torna apto a melhor interagir com os usuários e assim atender suas necessidades.

Farias e Soares (2009, p.63) no seu estudo sobre competências dos bibliotecários de referência das bibliotecas universitárias, ressaltaram que:

A habilidade, por parte do bibliotecário de referência, de se comunicar bem, não deve se restringir somente à comunicação com os auxiliares e demais funcionários que estejam atuando na biblioteca, mas deve ser expandida, sobretudo, para a interação com o usuário. Estando atento às demandas deste e conhecendo bem os recursos informacionais que a biblioteca dispõe, o bibliotecário de referência terá mais condições de agir com pertinência, ao atender à necessidade do usuário em um curto espaço de tempo.

Para Milanesi (2002, p. 21) o desafio é formar profissionais que inventem novas possibilidades de atender as necessidades existentes. O autor destaca que o bibliotecário exerce funções de educador e que as informações sejam em que suporte for, devem conduzir e seduzir o educando, capacitando-o para que ele desenvolva reflexão própria, e crie seu próprio discurso.

O relatório da IFLA discute questões relacionadas a existência de barreiras e o modelo médico:

Ao invés de adotar o modelo médico (“O que está errado com essas pessoas? ”), os funcionários da biblioteca precisam ser treinados para adotar o modelo social (“Como nós podemos remover as barreiras que impedem essas pessoas de utilizar nossos serviços?”) (IFLA, 2009, p. 69).

Costa (2015, p. 91) descreve que alguns bibliotecários já tiveram contato com aluno com deficiência nas bibliotecas, mas a maior parte dos profissionais, nunca atendeu a um usuário com deficiência ou que em alguns casos, relutam em falar do tema, denominando de outras formas. No entanto, a autora destaca que “na percepção dos usuários com deficiência, os entrevistados relataram, por um lado, insegurança dos profissionais ou das pessoas em geral com quem se relaciona pela primeira vez; por outro lado, atenção e desdobramento em ajudar”.

Stroparo (2014, p. 149) relata que existe “necessidade de formação profissional contínua frente ao desconhecimento de como lidar com os alunos com deficiência [...].”

os serviços das bibliotecas para alunos com deficiência permeiam todos os recursos: espaço, acervo, profissionais, sistemas automatizados que necessitam de estabelecimento de objetivos, metas, planejamentos, procedimentos para garantir a sua qualidade” (STROPARO, 2014, p.151).

O profissional da informação necessita conforme ressaltam Motta e Oliveira (2011), além de capacitação contínua, possuir entre outras características: senso crítico, criatividade, empreendedorismo, dinamismo e liderança.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia selecionada para alcançar o objetivo geral de proposição das diretrizes de atendimento aos usuários com deficiência visual nas bibliotecas da UFF possui fins descritivos sobre quais atitudes tomar frente a situações comuns no atendimento interpessoal ao usuário com deficiência e ao uso por meio de tecnologias assistivas disponíveis, de forma a constituir as diretrizes para os bibliotecários da UFF.

O universo da pesquisa foi constituído de documentos sobre acessibilidade disponíveis nos sites das 63 universidades federais brasileiras.

O estudo apoiou-se em pesquisa bibliográfica e documental. A obra de Diniz (2007), foi referencial para apresentação do modelo social da deficiência. Para a pesquisa sobre barreiras atitudinais e atendimento ao usuário com deficiência foi realizada consulta aos periódicos brasileiros Qualis A e B nas áreas de psicologia, educação e ciência da informação com leitura integral dos artigos que indicaram discussão conceitual. Dos artigos que indicaram estudo de casos, apenas os relatos de bibliotecas universitárias federais brasileiras foram selecionados para análise (já que estes ajudaram a verificar as ações relacionadas a acessibilidade e inclusão nas unidades).

Foi realizada pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos anais de encontros científicos, como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD) e o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) e publicação da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

A leitura destacou quais universidades tem se preocupado com a acessibilidade e traz um comparativo das recomendações da IFLA (2009) com as Diretrizes curriculares para o curso de biblioteconomia no Brasil. Destaca também as recomendações de Ranganathan (2009) na Segunda Lei da Biblioteconomia, sobre o direito de acesso por todos.

A revisão bibliográfica como define Gil (2016) tem como propósito dar fundamentação teórica ao trabalho e identificar o estágio atual do conhecimento referente ao tema. E a principal vantagem segundo o autor é permitir uma cobertura mais ampla do que a se poderia pesquisar diretamente.

Para identificar protocolos, manuais ou cartilhas de atendimento a usuários cegos utilizados por universidades federais brasileiras, foi realizada pesquisa documental onde foram

consultadas a legislação vigente, as normas da ABNT, os documentos das instituições federais e os tipos de tecnologias assistivas.

Os *sites* oficiais de 63 instituições federais de ensino superior brasileiras, relacionadas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) ano 2016, foram pesquisados durante o mês de dezembro de 2017 e revisados entre maio e junho de 2018 e foram elencados no quadro 7 - Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis). O relatório de 2016 escolhido pois já estava consolidado.

Optou-se por pesquisar apenas instituições federais, pois o objetivo final do trabalho é a elaboração de um documento que possa ser aplicado na Universidade Federal Fluminense, e posteriormente em outras universidades. Desse modo, a pesquisa limitou-se a instituições da mesma natureza, reconhecidas pelo MEC.

A consulta inicial buscou nos *sites* informações sobre os órgãos responsáveis pela acessibilidade nas instituições e a partir deles buscar os documentos para a construção das diretrizes. Quando estes não estavam disponíveis na página inicial e/ou seus *links* não estavam claramente apresentados optou-se por utilizar a ferramenta de busca no *site* pela palavra-chave acessibilidade. Essa busca gerava uma lista de ocorrências que enfim mencionavam a identificação do órgão promotor da acessibilidade.

A existência de núcleos de acessibilidade, documentos sobre acessibilidade e inclusão foram destacados. Essa etapa da pesquisa localizou documentos como cartilhas, manuais, livros e artigos sobre acessibilidade das pessoas com deficiência.

Com a recorrente percepção dos recursos de acessibilidade nos *sites*, apesar de não ser este o foco da pesquisa, optou-se por verificar também a usabilidade dos sites e listar seus recursos para facilitar a busca posterior de outros pesquisadores e criar um referencial para apresentação dos produtos e/ou serviços oferecidos pelas bibliotecas, e divulgá-los de uma forma mais clara, para toda a comunidade acadêmica e seu grande público externo.

Posteriormente, buscou-se localizar as bibliotecas ou a biblioteca da instituição e enumerar as práticas de acessibilidade nas mesmas.

Foram selecionadas 9 bibliotecas que possuem setores de acessibilidades localizados em seu interior, o que possibilita uma oferta maior de produtos e serviços, pois as solicitações são realizadas de forma direta.

A pesquisa também elencou os recursos de acessibilidade nas bibliotecas da UFF, em especial as tecnologias assistivas (TA) em uso nas bibliotecas. As informações foram coletadas através de solicitação a Superintendência de Documentação (SDC), do último levantamento sobre acessibilidade que foi enviado ao MEC<sup>2</sup>. Nesse ponto, houve um olhar participante, devido ao fato da pesquisadora estar diariamente inserida no universo das bibliotecas da UFF.

Utilizou-se os dados do Censo da Educação Superior (Censup), realizado anualmente pelo INEP. Foram elencados os censos dos anos de 2015, 2016 e 2017. O levantamento que demonstrou a quantidade de alunos com deficiência matriculados na UFF, foi necessário para fundamentar a necessidade de capacitação dos bibliotecários da universidade.

No referencial teórico foram apresentadas as TA por categorias (auxílios para a vida diária, auxiliares na comunicação, recursos de computador e outros). O texto foi apoiado na obra de Bersch (2013).

As funções e particularidades das TA existentes na UFF foram explicados, de modo a esclarecer as dúvidas em relação as mesmas com descrição do *site* da empresa Tecassistiva (Teca – Tecnologia e Acessibilidade), empresa especializada em produtos e serviços para pessoas com deficiência.

Ao final da pesquisa apresenta-se as informações consideradas relevantes para um bom atendimento ao usuário com deficiência nas bibliotecas da UFF, reunidas nas diretrizes.

---

<sup>2</sup> A superintendência de Documentação (SDC) forneceu cópia da planilha de dados de acessibilidade nas bibliotecas da UFF para utilização na presente dissertação

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira etapa dos resultados da pesquisa apresenta um levantamento dos núcleos de acessibilidade existentes nas universidades federais brasileiras.

Na segunda etapa foram elencadas em cada universidade a quantidade de bibliotecas, seus serviços para a pessoa com deficiência, os recursos de acessibilidade disponíveis nos sites e os documentos disponíveis sobre acessibilidade.

A terceira etapa da pesquisa apresenta os recursos de acessibilidade utilizados nas bibliotecas da UFF e as tecnologias assistivas utilizadas.

Os documentos foram posteriormente selecionados e utilizados para construção das diretrizes para atendimento ao usuário com deficiência visual e orientações sobre as barreiras atitudinais no uso das bibliotecas da UFF, apresentado ao final do trabalho (APÊNDICE A).

### 4.1. Um panorama do processo de inclusão nas universidades federais brasileiras

As 63 universidades federais estão distribuídas pelo país da seguinte forma: 19 no Sudeste, 18 no Nordeste, 11 no Sul, 10 no Norte e 5 no Centro-Oeste. Verificou-se que nestas instituições há uma variedade de denominações dos órgãos promotores de acessibilidade e /ou inclusão, descritas a seguir no quadro 5:

Quadro 5 – Órgãos de acessibilidade

Órgãos de Acessibilidade	Universidades
Comissão de Acessibilidade	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Comissão de Inclusão e Acessibilidade	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Comissão Permanente de Acessibilidade	Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Comitê de Inclusão e Acessibilidade	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Fonte: A Autora, 2018

(continua)

Quadro 5 – Órgãos de acessibilidade

Órgãos de Acessibilidade	Universidades
Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Coordenação de Qualidade de Vida	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Coordenadoria de Acessibilidade	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Coordenadoria de Acessibilidade Educacional	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Divisão de Acessibilidade e Inclusão	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Divisão de Ações Inclusivas	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Fórum Permanente Acessível e Inclusiva	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Núcleo de Acessibilidade	Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Núcleo de Acessibilidade e Inclusão	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de São Paulo (USP); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Núcleo de Acessibilidade Inclusão Acadêmica	Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Fonte: A Autora, 2018

(continua)



Quadro 5 – Órgãos de acessibilidade

(continuação)

Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Núcleo de Apoio a Acessibilidade e Inclusão	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Núcleo de Apoio à Inclusão	Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Núcleo de Educação Inclusiva	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Núcleo de Inclusão e Acessibilidade	Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS)
Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho	Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)
Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas	Fundação Universidade federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Núcleo Multidisciplinar para Inclusão e Acessibilidade	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais	Universidade de Brasília (UNB)
Secretaria de Acessibilidade	Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Ceará (UFC)
Setor de Acessibilidade	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Setor de Inclusão e Assuntos Comunitários	Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Fonte: A Autora, 2018

Desse modo, como descrito por Diniz, Assis e Alves (2018), a denominação de um órgão sinaliza o escopo de suas atribuições em uma organização, a forma de tomada de decisão e seu alcance, além de sua posição hierárquica e seu papel. A denominação mais encontrada foi Núcleo de Acessibilidade: Para um melhor entendimento dessa variedade de denominações torna-se necessário uma específica investigação futura.

Em 33 dos 63 sites das universidades pesquisadas não foi localizado nenhum documento sobre o tema acessibilidade. Nas instituições restantes o que foi localizado também apresentou uma infinidade de variação nas denominações, apresentadas no quadro 6:

Quadro 6 – Documentos (variedade de denominações)

Cartilha de acessibilidade	Fundação Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre
<i>Check list</i> de acessibilidade	Universidade Federal de Pelotas
Dicas de convivência	Fundação Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre; Universidade Federal de Sergipe
Orientação acadêmica	Universidade Federal da Grande Dourados
Material de apoio	Universidade Federal da Paraíba
Manual de rotinas	Universidade da Integração internacional da Lusofonia afro-Brasileira
Orientações para apoiadores	Universidade Federal da Paraíba
Plano de acessibilidade	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Plano de ação	Universidade Federal da Grande Dourados
Política de acessibilidade	Universidade Federal de Goiás
Política institucional de acessibilidade e inclusão	Universidade Federal Fluminense

Fonte: A Autora, 2018

Alguns são de natureza específica (orientações para eventos e dicas de convivência, por exemplo), outros apresentam os diferentes estágios de implementação da acessibilidade na instituição (plano de acessibilidade, política de acessibilidade...). A seguir o quadro 7 apresenta a pesquisa com os dados completos.

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<p><b>Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)</b> <a href="https://www.ufgd.edu.br/">https://www.ufgd.edu.br/</a></p>	<p>Núcleo Multidisciplinar para Inclusão e Acessibilidade (NuMIAC)- criado em 2015 <a href="https://portal.ufgd.edu.br/setor/numiac/index">https://portal.ufgd.edu.br/setor/numiac/index</a></p>	<p><b>Biblioteca Central, Biblioteca setorial da FADIR e a Biblioteca setorial do HU</b> <a href="https://www.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/index">https://www.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/index</a></p>	<p>Regimento do NuMIAC. Plano de ação do Núcleo.  Orientação acadêmica e profissional dos estudantes com deficiência nas universidades italianas. (Disponíveis no site do núcleo)</p>	<p>Aumento de fonte Alto contraste  Diretrizes do e-MAG</p>
<p><b>Fundação Universidade Federal De Ciências Da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)</b> <a href="https://www.ufcspa.edu.br/">https://www.ufcspa.edu.br/</a></p>	<p>Não foi localizado núcleo específico</p>	<p><b>Biblioteca Paulo Lacerda de Azevedo</b> <a href="https://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/">https://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/</a></p>	<p>Dicionário Gaúcho da Língua de Sinais FADERS TV INES Cartilha: Dicas de Convivência com Pessoas com Deficiência - Faders/Assembleia Legislativa Cartilha de Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística - Município legal é município acessível Repórter Visual Manual de Redação: mídia inclusiva Livros e artigos sobre Libras para download gratuito LibriVox - Livros em áudio (Disponíveis no site da biblioteca) <a href="https://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/acessibilidade.php">https://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/acessibilidade.php</a></p>	<p>Alto contraste. Aumento da fonte  Repórter visual: <a href="http://tvbrasil.ebc.com.br/visual">http://tvbrasil.ebc.com.br/visual</a></p>
<p><b>Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)</b> <a href="https://www.unir.br/">https://www.unir.br/</a></p>	<p>Não foi localizado núcleo específico. Mas a instituição oferece acompanhamento de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.</p>	<p><b>Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires</b> <a href="http://www.bibliotecacentral.unir.br/">http://www.bibliotecacentral.unir.br/</a></p>	<p>Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.</p>	<p>VLibras.</p>

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)</b> <a href="http://www.ufabc.edu.br/">http://www.ufabc.edu.br/</a>	Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA)- criada em 2017  <a href="http://proap.ufabc.edu.br/a-proap/comissoes/copa">http://proap.ufabc.edu.br/a-proap/comissoes/copa</a>	<b>Biblioteca Santo André</b> <a href="http://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/">http://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/</a>	Resolução ConsUni nº 175 - Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA) da UFABC.  (Disponível no site do núcleo)	Alto contraste  Teclas de acesso  Diretrizes do e-MAG
<b>Fundação Universidade Federal Do Pampa - Unipampa (UNIPAMPA)</b> <a href="http://novportal.unipampa.edu.br/novoportal/">http://novportal.unipampa.edu.br/novoportal/</a>	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA)- criado em 2008  <a href="http://porteiras.s.unipampa.edu.br/nina/">http://porteiras.s.unipampa.edu.br/nina/</a>	Sistema de Bibliotecas Unipampa - SISBI Unipampa (composto por 10 bibliotecas) <b>Biblioteca Campus Alegrete</b>  <a href="http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/">http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/</a>	Inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA – Relatório Técnico (pdf)  Convenção da Guatemala  Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior Cartilha: A liga dos super direitos: super-heróis em defesa dos direitos das pessoas com deficiência  A página do núcleo apresenta vasta legislação sobre o tema e também um Minidicionário Libras.	Alto contraste  VLibras
<b>Fundação Universidade Federal Do Tocantins (UFT)</b> <a href="http://ww2.uft.edu.br/">http://ww2.uft.edu.br/</a>	Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (Paei)  Comitê e Comissão de Acessibilidade  (OBS: Comissão Criada em 11.04.2018)	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins -Sisbib/UFT (compreende bibliotecas de 7 campus)  <a href="http://ww2.uft.edu.br/index.php/sisbib">http://ww2.uft.edu.br/index.php/sisbib</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade. OBS: o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI) está em processo de implantação e será realizado em parceria com o Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (Paei/UFT).	Alto contraste  VLibras

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Fundação Universidade Federal Do Vale Do São Francisco (UNIVASF)</b>  <a href="http://portais.univasf.edu.br/">http://portais.univasf.edu.br/</a>	Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas (NPSI) <a href="http://portais.univasf.edu.br/npsi">http://portais.univasf.edu.br/npsi</a>	Sistema Integrado de Bibliotecas da Univasf (composto por 6 bibliotecas)  <a href="http://portais.univasf.edu.br/sibi">http://portais.univasf.edu.br/sibi</a>	Orientações para eventos acadêmicos inclusivos e acessíveis às pessoas com deficiência.  (Disponível no site do núcleo)	Alto contraste  Teclas de acesso  VLibras  Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)</b>  <a href="http://www.unilab.edu.br/">http://www.unilab.edu.br/</a>	Setor de Acessibilidade (Seace) <a href="http://www.unilab.edu.br/nucleo-de-acessibilidade-nace/">http://www.unilab.edu.br/nucleo-de-acessibilidade-nace/</a>	Sistema de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI) Composto por duas bibliotecas no Ceará (Biblioteca Setorial Campus da Liberdade e Biblioteca Setorial da Unidade Acadêmica dos Palmares) e por uma biblioteca na Bahia (Biblioteca Setorial Campus dos Malês).  <a href="http://www.unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab/">http://www.unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab/</a>	Manual de rotinas do Setor de Acessibilidade.  (Disponível no site do setor)	Alto contraste  Aumento da fonte  Teclas de acesso  Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade de Brasília (UNB)</b>  <a href="http://www.unb.br/">http://www.unb.br/</a>	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) <a href="http://www.ppne.unb.br/">http://www.ppne.unb.br/</a>  Tem projetos em parceria com a Biblioteca Digital e Sonora. A biblioteca foi criada para atender a demanda dos deficientes visuais (da UnB e da comunidade em geral).	<b>Biblioteca Central (BCE)</b> <a href="https://www.bce.unb.br/">https://www.bce.unb.br/</a>  A UNB, possui 5 bibliotecas setoriais	Disponíveis na página do programa: pesquisas, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e teses, artigos e trabalhos apresentados em congressos científicos sobre as temáticas deficiência e educação inclusiva, particularmente na Universidade de Brasília;  Legislação  Curta: Barreiras invisíveis, sobre as dificuldades dos/as estudantes cegos/as no Campus Darcy Ribeiro. Disponível em: <a href="http://www.youtube.com/watch?v=Pa0DIR_fz8">http://www.youtube.com/watch?v=Pa0DIR_fz8</a>	Alto contraste  Aumento de fonte  VLibras.

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</b> <a href="https://www.ufba.br/">https://www.ufba.br/</a>	Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE) <a href="http://www.napeacessivel.ufba.br/">http://www.napeacessivel.ufba.br/</a>	Sistema Universitário de Bibliotecas – SIBI (composto por 21 bibliotecas) <a href="http://www.sibi.ufba.br/">http://www.sibi.ufba.br/</a>	Disponibiliza diversos links sobre o tema.	Alto contraste Aumento de fonte (site do SIBI) VLibras, Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</b> <a href="https://www.uffs.edu.br/">https://www.uffs.edu.br/</a>	Setor de acessibilidade da UFFS – Campus Chapecó.  Disponível em: <a href="https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/setor-de-acessibilidade-se-fortalece-para-aprimorar-atendimento-a-comunidade-academica">https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/setor-de-acessibilidade-se-fortalece-para-aprimorar-atendimento-a-comunidade-academica</a>	Possui 6 bibliotecas distribuídas em 5 campus. <a href="https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas">https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste  VLibras  Diretrizes de Acessibilidade ao conteúdo da Web (WCAG v.2.0)
<b>Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)</b> <a href="https://www.unila.edu.br/">https://www.unila.edu.br/</a>	Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão Disponível em: <a href="https://www.unila.edu.br/noticias/acessibilidade-e-inclusao">https://www.unila.edu.br/noticias/acessibilidade-e-inclusao</a>	Biblioteca Latino-Americana (BIUNILA) que possui duas unidades: <a href="https://www.unila.edu.br/biunila">https://www.unila.edu.br/biunila</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Aumento de fonte.  Alto contraste.
<b>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)</b> <a href="http://www.ufpb.br/">http://www.ufpb.br/</a>	Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).- criado em 2013 <a href="http://www.ufpb.br/cia">http://www.ufpb.br/cia</a> O Comitê possui quatro grupos de trabalho: Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônica; Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal; Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica e Grupo de Trabalho de Acessibilidade de Comunicação.	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba – SISTEMOTECA. Composto por 17 bibliotecas no Campus I – João Pessoa; 1 no Campus II – Areia; 2 no Campus III – Bananeiras; 2 no Campus IV - Rio Tinto E Mamanguape	Relatórios do Comitê Orientações para Apoiadores Deficiência Visual Material de Apoio para Docentes de pessoas com deficiência visual Livro: Pesquisas em Educação Inclusiva Livro: Audiodescrição-práticas-e-reflexões Disponibiliza materiais sobre surdez total e parcial, deficiência física, deficiência intelectual, déficit de atenção, hiperatividade, autismo e paralisia cerebral e outros. (Disponíveis no site do Comitê)	Alto contraste  Aumento de fonte  Teclas de acesso  VLibras.  Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal De Alagoas (UFAL)</b> <a href="http://www.ufal.edu.br/">http://www.ufal.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade (NAC) <a href="https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/nucleo-de-acessibilidade">https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/nucleo-de-acessibilidade</a>	Sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (SIBI-UFAL), formado por 13 bibliotecas <a href="http://www.sibi.ufal.br">http://www.sibi.ufal.br</a>	Legislação Documentos relacionados a promoção da cidadania da pessoa com deficiência (Disponíveis no blog: <a href="http://nucleodeacessibilidadeufal.blogspot.com/p/legislacao.html">http://nucleodeacessibilidadeufal.blogspot.com/p/legislacao.html</a> )	VLibras
<b>Universidade Federal De Alfenas (UNIFAL-MG)</b> <a href="http://www.unifal-mg.edu.br/portal/">http://www.unifal-mg.edu.br/portal/</a>	Incluir –Núcleo de Acessibilidade e inclusão <a href="http://www.unifal-mg.edu.br/acessibilidade/">http://www.unifal-mg.edu.br/acessibilidade/</a>	A universidade possui 4 bibliotecas, a central e outras 3 no campus Santa Clara, Poços de Caldas e Varginha <a href="http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/">http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/</a>	Declaração de Caracas Decreto nº 5296/ 2004 Apresenta diversos links sobre o tema. (Disponíveis no site do Núcleo)	Alto contraste VLibras Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal De Campina Grande (UFCG)</b> <a href="http://www.ufcg.edu.br/index1.php">http://www.ufcg.edu.br/index1.php</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão ( NAI) <a href="http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_im_prensa/mostra_noticia.php?codigo=18262">http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_im_prensa/mostra_noticia.php?codigo=18262</a>	Sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Campina Grande – SISTEMOTECA Composto por 9 bibliotecas <a href="http://www.ufcg.edu.br/~biblioteca/">http://www.ufcg.edu.br/~biblioteca/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	VLibras
<b>Universidade Federal De Goiás (UFG)</b> <a href="https://www.ufg.br/">https://www.ufg.br/</a>	Núcleo de acessibilidade (SiNAce) <a href="https://acessibilidade.ufg.br/">https://acessibilidade.ufg.br/</a>  O Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) é fruto de uma parceria entre o Sistema de Bibliotecas (Sibi) e o Núcleo com o objetivo de oferecer serviços e equipamentos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.	Sistema de bibliotecas (SIBI) formado por 9 unidades <a href="https://bc.ufg.br/">https://bc.ufg.br/</a>	Política de acessibilidade da UFG Relatórios Legislação Apresenta diversos links sobre o tema. Livros e artigos sobre inclusão e acessibilidade. Vídeos Programas para deficientes visuais <u>Nitrous Voice Flux ; Dosvox</u> Site da biblioteca e do Núcleo	Alto contraste Teclas de acesso Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal De Itajubá - (UNIFEI)</b>  <a href="https://unifei.edu.br/">https://unifei.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) (Localizado dentro da biblioteca Mauá)  <a href="https://2015.unifei.edu.br/noticia/n%C3%BAcleo_de_acessibilidade_e_inclus%C3%A3o_da_unifei_realiza_m%C3%BAltiplas_a%C3%A7%C3%B5es">https://2015.unifei.edu.br/noticia/n%C3%BAcleo_de_acessibilidade_e_inclus%C3%A3o_da_unifei_realiza_m%C3%BAltiplas_a%C3%A7%C3%B5es</a>	Possui duas bibliotecas (uma em Itajubá e outra em Itabira) <a href="https://unifei.edu.br/ensino/bibliotecas/">https://unifei.edu.br/ensino/bibliotecas/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste;  Aumento de fonte.  Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal De Juiz De Fora (UFJF)</b>  <a href="http://www.ufjf.br/ufjf/">http://www.ufjf.br/ufjf/</a>	Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional (Caefi) <a href="http://www.ufjf.br/acessibilidade/">http://www.ufjf.br/acessibilidade/</a>  Comissão Permanente de Acessibilidade da UFJF Campus GV <a href="http://www.ufjf.br/campusgv/atendimento/comissao-acessibilidade/">http://www.ufjf.br/campusgv/atendimento/comissao-acessibilidade/</a>	Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) – (formado por 18 bibliotecas- a Biblioteca Central e 17 bibliotecas setoriais)  <a href="http://www.ufjf.br/biblioteca/">http://www.ufjf.br/biblioteca/</a>	Diversos links para livros sobre o tema (Disponíveis no site da coordenação)	Teclas de acesso;  Alto contraste;  VLibras
<b>Universidade Federal De Lavras (UFLA)</b>  <a href="http://www.ufla.br/porta/">http://www.ufla.br/porta/</a>	Núcleo de Acessibilidade -NAUFLA  <a href="http://praec.ufla.br/acessibilidadecoor/nucleo-de-acessibilidade-naufla">http://praec.ufla.br/acessibilidadecoor/nucleo-de-acessibilidade-naufla</a>	Biblioteca da Universidade Federal De Lavras <a href="http://biblioteca.ufla.br/site/">http://biblioteca.ufla.br/site/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	VLibras
<b>Universidade Federal De Mato Grosso (UFMT)</b>  <a href="http://www.ufmt.br/ufmt/site/">http://www.ufmt.br/ufmt/site/</a>	Não foi localizado núcleo específico. Porém, a instituição realizou no mês de setembro/2017 o I Fórum de Acessibilidade e Inclusão da UFMT que discutiu durante os cinco dias os diferentes aspectos da acessibilidade: a atitudinal, a digital, na comunicação e na arquitetura.	Biblioteca Central <a href="http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=bibliotec">http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=bibliotec</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste, Aumento de fonte.  VLibras
<b>Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul (UFMS)</b>  <a href="https://www.ufms.br/">https://www.ufms.br/</a>	Não foi localizado núcleo específico.	Sistema composto por 10 bibliotecas <a href="https://biblioteca.ufms.br/">https://biblioteca.ufms.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste, Aumento de fonte;  VLibras



Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</b> <a href="https://ufmg.br/">https://ufmg.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e inclusão (NAI) <a href="https://www.ufmg.br/nai/">https://www.ufmg.br/nai/</a>	Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB) – 25 bibliotecas <a href="https://www.ufmg.br/biblioteca/">https://www.ufmg.br/biblioteca/</a>	CADV: Centro de Apoio ao Deficiente Visual (cartilha) <a href="https://www.ufmg.br/nai/downloads/cadv-cartilha-editavel.pdf">https://www.ufmg.br/nai/downloads/cadv-cartilha-editavel.pdf</a>	Alto contraste; Aumento da fonte; Teclas de acesso
<b>Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)</b> <a href="http://www.ufop.br/">http://www.ufop.br/</a>	Núcleo de Educação Inclusiva (NEI). <a href="http://www.nei.ufop.br/">http://www.nei.ufop.br/</a>	Sistema de Bibliotecas e Informação SISBIN (responsável pela gestão de 12 bibliotecas setoriais divididas entre Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) <a href="http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/">http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/</a>	Relatórios de execução de atividades do Núcleo de Educação Inclusiva Legislação Textos sobre o tema. (Disponíveis no site do núcleo)	Alto contraste; Teclas de acesso
<b>Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)</b> <a href="http://portal.ufpel.edu.br/">http://portal.ufpel.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) <a href="https://wp.ufpel.edu.br/nai/">https://wp.ufpel.edu.br/nai/</a>	Sistema de Bibliotecas (SisBi) composto por nove bibliotecas: <a href="https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/">https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/</a>	Legislação Checklist de acessibilidade manual para Deficientes Visuais Livro: orientação e mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual Links interessantes: artigos, notícias, dissertação e outros. Disponibiliza links de programas para download: Leitor de tela Jaws para Windows; Leitor de tela NVDA para Windows Leitor de tela Orca para Linux; Leitor de tela Virtual Vision para Windows; Windows; DOSVOXs.	Alto contraste; Teclas de acesso; VLibras
<b>Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)</b> <a href="https://www.ufpe.br">https://www.ufpe.br</a>	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE) <a href="https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade">https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade</a>	Sistema Integrado de Bibliotecas - SIB-formado pela Biblioteca Central e mais 13 unidades	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Site com recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal de Roraima (UFRR)</b> <a href="http://ufrr.br/">http://ufrr.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Núcleo Construir) - criado em 2007, com o apoio do Programa Incluir (MEC) <a href="http://ufrr.br/construir">http://ufrr.br/construir</a>	Possui uma Biblioteca Central e duas setoriais <a href="http://www.bc.ufrr.br/">http://www.bc.ufrr.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</b> <a href="http://ufsc.br/">http://ufsc.br/</a>	Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE/SAAD), vinculado à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) da Universidade Federal de Santa Catarina <a href="http://cae.ufsc.br/">http://cae.ufsc.br/</a>	Sistema composto pela biblioteca central, 10 bibliotecas setoriais e uma sala de leitura.  A Biblioteca Central possui o Setor de Acessibilidade Informacional para atender as demandas informacionais de estudantes com deficiência da UFSC.	Legislação Artigos: Folders em formatos acessíveis aos softwares leitores Apresenta links sobre o tema. (Site da Coordenadoria)	Alto contraste; VLibras Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)</b> <a href="http://site.ufsm.br/">http://site.ufsm.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade- criado em 2007. A universidade também possui uma Comissão de Acessibilidade composta por representantes das Unidades Universitárias, dos Órgãos Suplementares, dos Órgãos Executivos e das Pró-Reitorias da UFSM. <a href="http://w3.ufsm.br/acessibilidade/">http://w3.ufsm.br/acessibilidade/</a>	Biblioteca Central e 12 setoriais. <a href="http://w3.ufsm.br/biblioteca/">http://w3.ufsm.br/biblioteca/</a>	Legislação Livros; Ações de atenção à Aprendizagem no Ensino Superior Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade Apresenta diversos links sobre o tema, incluído um Dicionário de Libras. (Site do núcleo)	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)</b> <a href="http://www2.ufscar.br/">http://www2.ufscar.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade da UFSCar (INCLUIR)  A universidade também possui uma Comissão de Acessibilidade composta por representantes da UFSCar (alunos, professores, pedagogas e técnicos administrativos). <a href="http://www.incluir.ufscar.br/">http://www.incluir.ufscar.br/</a>	Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi-UFSCar) composta por quatro bibliotecas – Campus São Carlos (BCo), Campus Araras (B-Ar), Campus Lagoa do Sino (B-LS) e Campus Sorocaba (BSO).	Legislação Bibliografia recomendada com teses e dissertações selecionadas através das palavras chave: cegueira, baixa visão, deficiência visual. Apresenta diversos links sobre o tema, incluindo o projeto Dosvox Dicionário de Libras (Site do núcleo)	Alto contraste; VLibras. Orientações do WCAG 2.0

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)</b> <a href="https://www.ufsj.edu.br/">https://www.ufsj.edu.br/</a>	SINAC- Setor de inclusão e assuntos comunitários  NACE- Núcleo de pesquisa em acessibilidade, diversidade e trabalho Comissão de acessibilidade (criada em 2010) <a href="https://ufsj.edu.br/incluir/nace_-_nucleo_de_pesquisa.php">https://ufsj.edu.br/incluir/nace_-_nucleo_de_pesquisa.php</a>	A Divisão de Biblioteca da UFSJ é composta por 6 Bibliotecas <a href="http://www.dibib.ufsj.edu.br/wordpress/">http://www.dibib.ufsj.edu.br/wordpress/</a>	Apresenta diversos links sobre o tema. Legislação Livros Cartilha (Site do Núcleo).	Aumento de fonte;  VLibras.
<b>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)</b> <a href="http://www.unifesp.br/">http://www.unifesp.br/</a>	NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) – criado em 2008	Possui 7 bibliotecas no sistema <a href="http://www.biblioteca.unifesp.br">www.biblioteca.unifesp.br</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; Aumento de fonte;  VLibras,
<b>Universidade Federal De Sergipe (UFS)</b> <a href="http://www.ufs.br/">http://www.ufs.br/</a>	Divisão de Ações Inclusivas (Dain) <a href="http://proest.ufs.br/pagina/20079-divisao-de-aco-es-inclusivas-dain">http://proest.ufs.br/pagina/20079-divisao-de-aco-es-inclusivas-dain</a>	Possui 7 bibliotecas no sistema (SIBIUFS) <a href="http://bibliotecas.ufs.br/pagina/152-bibliotecas-da-ufs">http://bibliotecas.ufs.br/pagina/152-bibliotecas-da-ufs</a> A biblioteca central conta com o espaço acessibilidade	Apresenta diversos links sobre o tema Cartilha: Dicas de Convivência com Pessoas com Deficiência - Faders/Assembleia Legislativa  (Site da Divisão)	Alto contraste, Aumento de fonte.
<b>Universidade Federal de Uberlândia (UFU)</b> <a href="http://www.ufu.br/">http://www.ufu.br/</a>	Não foi localizado núcleo específico.	Sistema de Bibliotecas (SISBI) – composto por oito bibliotecas, sendo seis universitárias, uma escolar e uma especializada.  <a href="http://www.bibliotecas.ufu.br/">http://www.bibliotecas.ufu.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras.  Diretrizes do e-MAG

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

<b>Universidade</b>	<b>Acessibilidade</b>	<b>Bibliotecas</b>	<b>Documento disponível na web</b>	<b>Recursos de acessibilidade</b>
<b>Universidade Federal de Viçosa (UFV)</b>  <a href="https://www.ufv.br/">https://www.ufv.br/</a>	Não foi localizado núcleo específico.	Biblioteca Central  <a href="http://www.bbt.ufv.br/">http://www.bbt.ufv.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Aumento de fonte.
<b>Universidade Federal do Acre (UFAC)</b>  <a href="http://www.ufac.br/">http://www.ufac.br/</a>	Núcleo de apoio à inclusão (NAI) - criado em 2008.	Biblioteca Central  <a href="http://www.ufac.br/site/nucleos/biblioteca-central">http://www.ufac.br/site/nucleos/biblioteca-central</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras.  Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal Do Amapá (UNIFAP)</b>  <a href="http://www.unifap.br/public/">http://www.unifap.br/public/</a>	Núcleo de Acessibilidade E Inclusão (NAI) - criado em 2010  <a href="http://www2.unifap.br/nai/">http://www2.unifap.br/nai/</a>	Biblioteca Central <a href="http://www2.unifap.br/biblioteca/">http://www2.unifap.br/biblioteca/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	VLibras.
<b>Universidade Federal do Amazonas (UFAM)</b>  <a href="http://www.ufam.edu.br/">http://www.ufam.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade Euapoio, vinculado a Comissão de Inclusão e Acessibilidade da Ufam  nucleoeuapoiocoari@gmail.com	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas, constituído da Biblioteca Central, e Bibliotecas Setoriais e de Extensão (8 bibliotecas na capital e 4 no interior*) (* ) O <i>site</i> não permite estimativa confiável. Em telefonema, obteve-se o quantitativo indicado.	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	VLibras (apenas no site da Biblioteca)

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal do Cariri (UFCA)</b>  <a href="https://www.ufca.edu.br/portal/">https://www.ufca.edu.br/portal/</a>	Secretaria de acessibilidade (Não foi localizado site específico, localizado pela busca em notícias)	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Cariri - formado por cinco bibliotecas: Biblioteca do Campus de Juazeiro, Biblioteca do Campus de Barbalha, Biblioteca do Campus do Crato, Biblioteca do Campus de Icó e Biblioteca do Campus de Brejo Santo. <a href="https://www.ufca.edu.br/portal/diretorias-da-ufca/sibi">https://www.ufca.edu.br/portal/diretorias-da-ufca/sibi</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	VLibras
<b>Universidade Federal do Ceará (UFC)</b>  <a href="http://www.ufc.br/">http://www.ufc.br/</a>	Secretaria de Acessibilidade - UFC Inclui <a href="http://www.acessibilidade.ufc.br">http://www.acessibilidade.ufc.br</a>	Sistema de bibliotecas – composto por 19 bibliotecas <a href="http://www.biblioteca.ufc.br/">http://www.biblioteca.ufc.br/</a>  Biblioteca Acessível Digitalização e/ou Conversão de Materiais Bibliográficos em formato acessível	Jornal Folha Acessibilidade em versão digital e versão digital acessível (Site da Secretaria)  O site da secretaria apresenta orientações para a criação de documentos acessíveis.  Legislação Vídeo: Descobrindo a Biblioteca em Libras: apresentação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas para a comunidade acadêmica por uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). (Site da Biblioteca)	Alto contraste; Aumento de fonte; VLibras
<b>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</b>  <a href="http://www.ufes.br/">http://www.ufes.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes). (Não foi localizado site específico, localizado pela busca em notícias)	O sistema integrado de bibliotecas (SIB) é composto da Biblioteca central e oito bibliotecas setoriais. <a href="http://www.biblioteca.ufes.br/">http://www.biblioteca.ufes.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste; Aumento de fonte; VLibras. Diretrizes do e-MAG

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal do Estado Do Rio De Janeiro (UNIRIO)</b>  <a href="http://www.unirio.br">http://www.unirio.br</a>	Comissão de Acessibilidade <a href="http://www.unirio.br/acessibilidade">http://www.unirio.br/acessibilidade</a>	Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI) - Biblioteca central e sete setoriais <a href="http://www.unirio.br/news/bibliotecacentral">http://www.unirio.br/news/bibliotecacentral</a> A Biblioteca possui o scanner Sara para usuários com deficiência visual.	Plano de Acessibilidade da UNIRIO Legislação Listagem dos trabalhos apresentados na área de acessibilidade na graduação e na pós-graduação na UNIRIO. (Site da Comissão)	Alto contraste; Aumento de fonte; VLibras. Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal do Maranhão (UFMA)</b>  <a href="http://portais.ufma.br/PortalUfma/">http://portais.ufma.br/PortalUfma/</a>	Núcleo de Acessibilidade (NUACES) <a href="http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=43">http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=43</a>  (Não foi localizado site específico, resultado por busca em notícias)	Núcleo integrado de bibliotecas (NIB) - Biblioteca Central, e dezessete setoriais, <a href="http://portais.ufma.br/PortalUnidade/nib/index.jsf">http://portais.ufma.br/PortalUnidade/nib/index.jsf</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG
<b>Universidade Federal Do Oeste Da Bahia (UFOB)</b>  <a href="https://www.ufob.edu.br/">https://www.ufob.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e inclusão (NAI)	Possui uma biblioteca central e 5 centros multidisciplinares. <a href="https://www.ufob.edu.br/ensino/biblioteca">https://www.ufob.edu.br/ensino/biblioteca</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	VLibras.
<b>Universidade Federal do Oeste Do Pará (UFOPA)</b>  <a href="http://www.ufopa.edu.br/">http://www.ufopa.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade- criado em 2016  <a href="http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/nucleo-de-acessibilidade-2/">http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/nucleo-de-acessibilidade-2/</a>	Sistema Integrado de Bibliotecas da UFOPA (SIBI/UFOPA) - composto por 6 bibliotecas <a href="http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/orgaos-suplementares/sistema-de-bibliotecas/">http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/orgaos-suplementares/sistema-de-bibliotecas/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste; Aumento de fonte; VLibras; Diretrizes WCAG v.1.0

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal do Pará (UFPA)</b>  <a href="https://portal.ufpa.br/">https://portal.ufpa.br/</a>	Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess/SAEST), anteriormente chamado de Núcleo de Inclusão Social (NIS) – criado em 2012	Sistema de Bibliotecas da UFPA (SIBI/UFPA) -composto por 36 bibliotecas <a href="http://bc.ufpa.br/sistema-de-bibliotecas/">http://bc.ufpa.br/sistema-de-bibliotecas/</a>	Legislação Apresenta links sobre o tema, incluindo Dicionário de exatas em Libras -Matemática, Física, Química (sinalário e glossário)	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</b>  <a href="http://www.ufpr.br/portalfpr/">http://www.ufpr.br/portalfpr/</a>	Núcleo de atendimento as pessoas com necessidades especiais (NAPNE)  <a href="http://napneufpr.blogspot.com.br/">http://napneufpr.blogspot.com.br/</a>	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR) - constituído por 20 bibliotecas. Através do projeto “Laboratório de acessibilidade da Biblioteca de Ciência e Tecnologia: inclusão de pessoas com deficiência”, a Biblioteca de Ciência e Tecnologia, atende aos usuários com deficiência	Na página da biblioteca, link para: “Primeira Mão” (um jornal bilíngue para surdos e ouvintes) <a href="http://tvines.ines.gov.br/?page_id=14485">http://tvines.ines.gov.br/?page_id=14485</a> Apresenta também diversos links sobre o tema, entre eles: a cartilha de acessibilidade em eventos e	Alto contraste; VLibras Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal do Piauí (UFPI)</b>  <a href="http://www.ufpi.br/">http://www.ufpi.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU) – criado em 2014 <a href="http://www.ufpi.br/quem-somos-nau">http://www.ufpi.br/quem-somos-nau</a>	Sistema de Bibliotecas (Sibi/Ufpi) - composto por uma biblioteca comunitária e nove bibliotecas setoriais:	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal do Recôncavo Da Bahia (UFRB)</b>  <a href="https://ufrb.edu.br/portalfpr/">https://ufrb.edu.br/portalfpr/</a>	Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONDIP) – criado em 2012  <a href="https://ufrb.edu.br/portalfpr/noticias/4369-novos-integrantes-do-conselho-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-tomam-posse">https://ufrb.edu.br/portalfpr/noticias/4369-novos-integrantes-do-conselho-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-tomam-posse</a>	Possui 6 bibliotecas. <a href="https://ufrb.edu.br/portalfpr/bibliotecas-e-acervos">https://ufrb.edu.br/portalfpr/bibliotecas-e-acervos</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<p><b>Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)</b></p> <p><a href="https://ufrj.br/">https://ufrj.br/</a></p>	<p>Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva – criado em 2016 <a href="https://acessibilidade.ufrj.br/">https://acessibilidade.ufrj.br/</a></p> <p>ReAbilitArte (Instituto de Pesquisa e Reabilitação Neurolocomotora) -coordenado por um grupo de voluntários que atuam em projetos transdisciplinares e também um projeto pluri-institucional de Extensão da UFRJ <a href="http://www.reabilitarte.org/quemsomos.htm">http://www.reabilitarte.org/quemsomos.htm</a></p>	<p>Sistema de bibliotecas e informação (SIBI) - composto por 45 bibliotecas</p>	<p>O Instituto Tércio Pacitti (NCE/UFRJ) desenvolve projetos na área de acessibilidade como: Dosvox, TecnoAssist, Braille Fácil, entre outros. José Antônio Borges (responsável) <a href="http://intervox.nce.ufrj.br/">http://intervox.nce.ufrj.br/</a> A página do Instituto apresenta vários links dos seus projetos para download.</p>	<p>VLibras Site da Biblioteca com alto contraste e aumento de fonte</p>
<p><b>Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</b></p> <p><a href="https://www.furg.br/">https://www.furg.br/</a></p>	<p>Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas (NEAI)</p>	<p>Sistema de Bibliotecas (SiB) - composto por 1 Biblioteca central e 7 Bibliotecas Setoriais. A Biblioteca Central possui setor de acessibilidade</p>	<p>Não apresenta documentos relativos a acessibilidade</p>	<p>VLibras. Site da Biblioteca com alto contraste</p>
<p><b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</b></p> <p><a href="http://www.ufrn.br/">http://www.ufrn.br/</a></p>	<p>Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais- CAENE Criado em 2010  <a href="http://www.caene.ufrn.br/">http://www.caene.ufrn.br/</a></p>	<p>Sistema de Bibliotecas (SISBI) – composto pela Biblioteca Central e por 21 bibliotecas setoriais. <a href="http://www.sisbi.ufrn.br/pagina.php?a=historico#.W1fHdmBKjcc">http://www.sisbi.ufrn.br/pagina.php?a=historico#.W1fHdmBKjcc</a></p> <p>A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), possui Laboratório de Acessibilidade</p>	<p>Legislação. Apresenta diversos links sobre o tema. Site do Caene e Site do Laboratório de Acessibilidade <a href="https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/index.php?option=com_k2&amp;view=item&amp;id=3:trabalhos-publicados">https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/index.php?option=com_k2&amp;view=item&amp;id=3:trabalhos-publicados</a></p>	<p>VLibras.</p>



Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</b>  <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial">http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial</a>	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Incluir) – criado em 2014  <a href="https://www.ufrgs.br/incluir/">https://www.ufrgs.br/incluir/</a>	Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS) – composto pela Biblioteca Central, 28 bibliotecas setoriais, 1 biblioteca de ensino fundamental e médio e 1 biblioteca depositária da documentação da ONU (Organização das Nações Unidas) <a href="https://www.ufrgs.br/bibliotecas/sbufrgs/o-sbufrgs/">https://www.ufrgs.br/bibliotecas/sbufrgs/o-sbufrgs/</a>	Apresenta diversos links sobre o tema. (Site do Núcleo)	Aumento de fonte; VLibras
<b>Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)</b>  <a href="http://www.ufsb.edu.br/">http://www.ufsb.edu.br/</a>	Coordenação de qualidade de vida. Divide-se em dois setores: Setor de Acessibilidade e Promoção à Saúde (SAPS) e Setor Cultural, Esportes, Lazer e Eventos. <a href="http://ufsb.edu.br/prosis/dace/setores-dace">http://ufsb.edu.br/prosis/dace/setores-dace</a>	Sistema de bibliotecas composto por quatro bibliotecas.  <a href="http://www.ufsb.edu.br/biblioteca/apresentacao-biblioteca">http://www.ufsb.edu.br/biblioteca/apresentacao-biblioteca</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)</b>  <a href="https://www.unifesspa.edu.br/">https://www.unifesspa.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – Naia/Unifesspa  <a href="https://naia.unifesspa.edu.br">https://naia.unifesspa.edu.br</a>	Sistema de Bibliotecas da Unifesspa (SIBI/UNIFESSPA) - composto por Bibliotecas setoriais II e III e pela biblioteca Josineide Tavares. <a href="https://sibi.unifesspa.edu.br/">https://sibi.unifesspa.edu.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)</b>  <a href="http://www.ufvjm.edu.br/">http://www.ufvjm.edu.br/</a>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI) - criado em 2008  <a href="http://www.ufvjm.edu.br/proace/naci.html">http://www.ufvjm.edu.br/proace/naci.html</a>	Sistema de bibliotecas (SISBI) composto por cinco bibliotecas. <a href="http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/">http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	VLibras
<b>Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)</b>  <a href="http://www.uftm.edu.br/">http://www.uftm.edu.br/</a>	Setor de Acessibilidade  <a href="http://www.uftm.edu.br/proace/setor-de-acessibilidade">http://www.uftm.edu.br/proace/setor-de-acessibilidade</a>	A universidade possui uma Biblioteca central e duas setoriais. <a href="http://www.uftm.edu.br/biblioteca">http://www.uftm.edu.br/biblioteca</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; VLibras. Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal Fluminense (UFF)</b>  <a href="http://www.uff.br/">http://www.uff.br/</a>	Divisão de Acessibilidade e Inclusão (DAI) - Sensibiliza UFF- criado em 2009  Política Institucional de Acessibilidade Inclusão <a href="http://uffacessivel.sites.uff.br/politica-uff-acessivel/">http://uffacessivel.sites.uff.br/politica-uff-acessivel/</a>	Sistema de bibliotecas e Arquivos –composto por 30 bibliotecas, um Centro de memória e a Coordenação de Arquivos. <a href="http://www.bibliotecas.uff.br/">http://www.bibliotecas.uff.br/</a>	Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense e o Plano de Acessibilidade e Inclusão – UFF Acessível. Legislação OBS: Desde 2013 o Instituto de Biologia da universidade oferece o curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, com o objetivo formar profissionais para atuação em área interdisciplinar envolvendo diversidade e inclusão.	VLibras. Alto contraste e aumento de fonte (site de pesquisa no sistema de bibliotecas)  Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7– Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

(Continua)

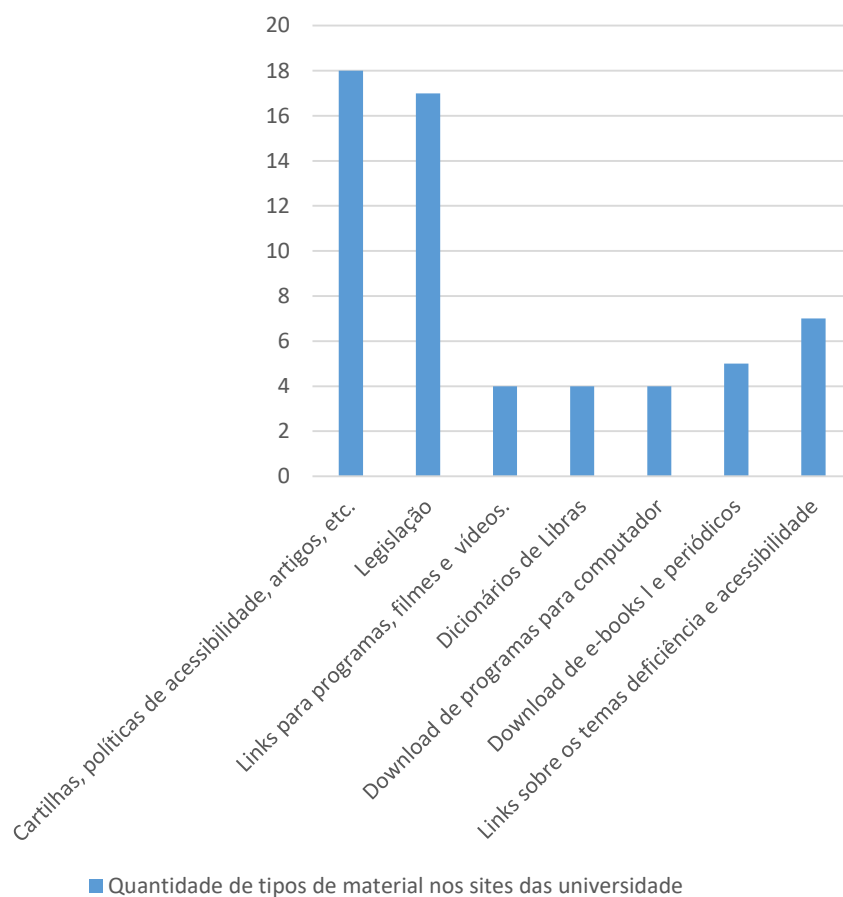
Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)</b>  <a href="https://novo.ufra.edu.br/">https://novo.ufra.edu.br/</a>	Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia – ACESSAR – criado em 2012 <a href="https://accessar.ufra.edu.br/">https://accessar.ufra.edu.br/</a>	Possui uma Biblioteca Central e cinco bibliotecas no interior. <a href="http://www.portalbiblioteca.ufra.edu.br/">http://www.portalbiblioteca.ufra.edu.br/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)</b>  <a href="http://www.ufrpe.br/br">http://www.ufrpe.br/br</a>	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE) - criado em 2016  <a href="https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade">https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade</a>	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (SiBi/UFRPE) - formado pela biblioteca sede administrativa e coordenação técnica (BC), 03 bibliotecas setoriais e uma biblioteca de ensino médio e profissionalizante. Biblioteca central	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade.	Alto contraste; Aumento de fonte; VLibras.
<b>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</b>  <a href="http://portal.ufrj.br/">http://portal.ufrj.br/</a>	Núcleo de Apoio a Inclusão da UFRRJ (NAI-Rural)  <a href="http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-rural-nairural-rj/">http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-rural-nairural-rj/</a>	Biblioteca Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro <a href="http://institucional.ufrj.br/biblioteca/">http://institucional.ufrj.br/biblioteca/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	VLibras. Diretrizes do e-MAG.

Quadro 7 – Relação das universidades federais brasileiras (núcleos de acessibilidade, bibliotecas, recursos de acessibilidade na web e documentos disponíveis)

Universidade	Acessibilidade	Bibliotecas	Documento disponível na web	Recursos de acessibilidade
<b>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)</b>  <a href="https://ufersa.edu.br">https://ufersa.edu.br</a>	Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS) – criada em 2012  <a href="https://caadis.ufersa.edu.br/noticias/">https://caadis.ufersa.edu.br/noticias/</a>	Sistema de Bibliotecas da Ufersa - Composto por quatro bibliotecas. <a href="https://bibliotecas.ufersa.edu.br/">https://bibliotecas.ufersa.edu.br/</a>	Link para a revista Includere (área da inclusão, diversidade, ações afirmativas e acessibilidade)	Alto contraste; VLibras Diretrizes do e-MAG.
<b>Universidade de Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)</b>  <a href="http://portal.utfpr.edu.br/">http://portal.utfpr.edu.br/</a>	NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas  <a href="http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/departamento-de-educacao/nucleo-de-apoio-as-pecoas-com-necessidades-especificas">http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/departamento-de-educacao/nucleo-de-apoio-as-pecoas-com-necessidades-especificas</a> Não foi localizado site específico, encontrado em notícias)	Sistema de Bibliotecas (SIBI) - composto por treze bibliotecas <a href="http://portal.utfpr.edu.br/biblioteca/">http://portal.utfpr.edu.br/biblioteca/</a>	Não apresenta documentos relativos a acessibilidade	Alto contraste; VLibras

Algumas das 31 universidades relacionadas apresentam vários tipos de documentos em seus sites. O gráfico 1 demonstra a diversidade de materiais encontrados nos sites das bibliotecas e dos órgãos de acessibilidade.

Gráfico 1- Material encontrado nos sites das Universidades Federais



Fonte: A Autora, 2018.

Na análise destacaram-se também 9 bibliotecas com setores de acessibilidade localizados em seu ambiente interno com recursos variados, possibilitando uma oferta maior de produtos e serviços ao usuário com deficiência, como apresentado a seguir, no quadro 8. A Universidade Federal do Ceará através da biblioteca e da Secretaria de Acessibilidade da instituição, apresentam seus serviços de maneira objetiva, possibilitando que outras instituições possam futuramente, fornecer serviços semelhantes. A solicitação de edição e digitalização de materiais, por exemplo, é apresentada passo a passo.

Quadro 8 – Oferta de produtos e serviços nos setores de acessibilidade das bibliotecas

(continua)

Universidades	Produtos e serviços					
	Acervo em braille	Impressora braille	Computadores com softwares leitores	Livros em áudio	Digitalização e/ou conversão de material em formato acessível	Outros serviços ou produtos
<b>Universidade Federal da Paraíba</b> Seção Braille da Biblioteca Central	X	X	X			
<b>Universidade de Brasília</b> Biblioteca Digital e Sonora				X		Material adaptado para leitores de tela (Capítulos, artigos, periódicos)
<b>Universidade Federal de Goiás</b> Laboratório de Acessibilidade informacional (LAI) - Biblioteca Central		X	X		X	Lupa digital portátil, assinadores, scanner, folheador de páginas, reglete, ampliação de material bibliográfico impresso e digital
<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b> Acessibilidade informacional- Biblioteca Central	X		X	X	X	Orientação ao usuário, adaptação de material para braille, empréstimo de equipamentos: lupa, DVD, notebook, teclado, mouse, aparelho mp3, gravador e outros; Audiodescrição, serviço leitor, transcrição de textos em braille. Projetos: Café com tato (troca de experiências dos envolvidos com acessibilidade na instituição) Seminário de Acessibilidade na universidade- realizado de dois em dois anos

Fonte: A Autora, 2018.

Quadro 8 – Oferta de produtos e serviços nos setores de acessibilidade das bibliotecas

(continua)

Universidades	Produtos e serviços					
	Acervo em braile	Impressora braile	Computadores com softwares leitores	Livros em áudio	Digitalização e/ou conversão de material em formato acessível	Outros Serviços ou produtos
<b>Universidade Federal de Sergipe</b>  Espaço Acessibilidade – Biblioteca Central	X	X	X	X	X	Empréstimo de livros em braile e áudio livro, lupa eletrônica e portátil, tradutor e intérprete de Libras
<b>Universidade Federal do Ceará</b>		X			X	Levantamento bibliográfico e orientação a pesquisa bibliográfica para usuários com deficiência visual (treinamento de uso das bases de dados on-line do Portal Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD e livros eletrônicos, com auxílio de softwares leitores de tela). Transcrição de textos em Braile. Apresentação dos serviços da Biblioteca por um interprete de Libras- recurso de acessibilidade
<b>Universidade Federal do Paraná</b>  Laboratório de Acessibilidade Biblioteca de Ciência e Tecnologia			X			Impressora de relevo tátil, linha braile para tradução de textos eletrônicos, lupa eletrônica, fone de ouvido, mesa tátil. Possui elevadores com sinalização sonora e braile, piso tátil, portas e interiores com medidas padronizadas, espaço entre as estantes, treinamentos e cursos de acessibilidade aos servidores.
<b>Universidade Federal do Rio Grande</b>  Setor de Acessibilidade Biblioteca Central	X	X	X	X	X	Dicionário de Libras ilustrado, <i>handmouse</i> (o comando do cursor é feito com a cabeça, olhos e boca), computador com ampliador de caracteres e lupa para pessoas com baixa visão

Fonte: A Autora, 2018

Quadro 8 – Oferta de produtos e serviços nos setores de acessibilidade das bibliotecas

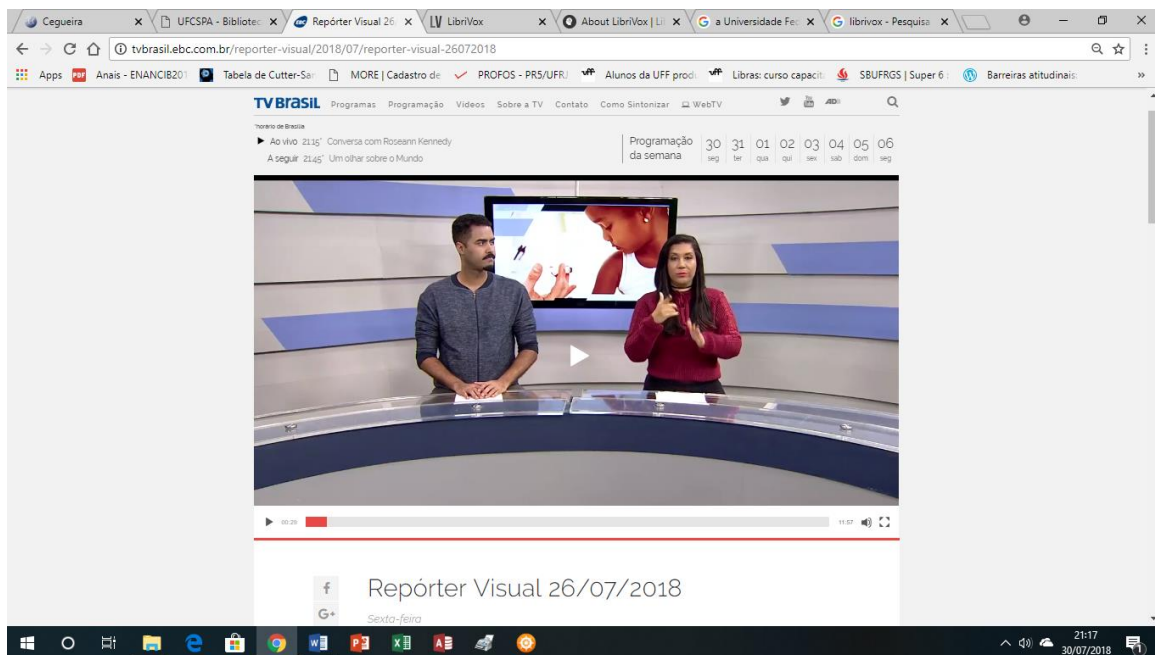
Universidades	Produtos e serviços					
	Acervo em braille	Impressora braille	Computadores com softwares leitores	Livros em áudio	Digitalização e/ou conversão de material em formato acessível	Outros Serviços ou produtos
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>  Laboratório de Acessibilidade Biblioteca Central					X	Produção de material em formato acessível (incluindo a descrição de imagens), empréstimo de tecnologia assistiva, orientação bibliográfica e normalização de trabalhos, orientação e mobilidade na UFRN, visita guiada, revisão braille, treinamento e capacitação, repositório de informação acessível (RIA)

Fonte: A autora, 2018



O site da Biblioteca da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), traz vários links relativos ao tema acessibilidade. Entre eles o link para o Repórter Visual -primeiro programa jornalístico diário criado para a comunidade de Surdos (Figura 1), e o link para a página do Librivox – projeto sem fins lucrativos que tem por objetivo disponibilizar audiobooks de obras clássicas, na internet de forma gratuita. (Figura 2)

Figura 1- Programa jornalístico diário criado para a comunidade de Surdos



FONTE: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-visual/2018/07/reporter-visual-26072018>

Figura 2- Librivox

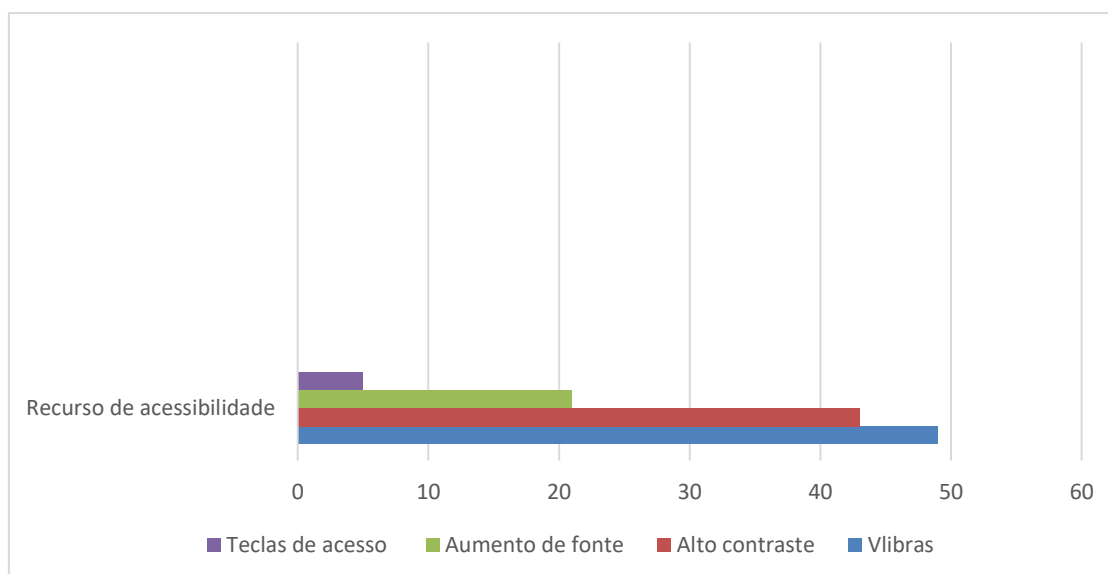
SECTION	CHAPTER	AUTHOR	SOURCE	READER	TIME	LANGUAGE
01	Cântico Negro	José Regio	Etext	Leni	00:02:26	pt
02	Quase	Mário de Sá-Carneiro	Etext	Leni	00:02:00	pt
03	Este Livro	Florbela Espanca	Etext	Daniel Barbosa	00:00:45	pt

FONTE: <https://librivox.org/colecao-de-poemas-em-portugues-001/>

A usabilidade dos sites foi testada por se tratar de atendimento a pessoa com deficiência. Não era o ponto central da pesquisa, mas por ter grande relevância para a consulta do acervo foi considerada como requisito de acesso. Considerando também que o usuário com deficiência, através das informações disponibilizadas no site da instituição poderá identificar quais serviços estarão disponíveis em cada unidade.

Nas 63 universidades pesquisadas, foram observados em seus *sites* as opções de acessibilidade: “Aumento da fonte”; “Alto contraste”; “Teclas de Acesso” e “VLibras”. Em alguns *sites* o recurso “teclas de acesso” depende do navegador escolhido. O VLibras é o recurso mais utilizado atualmente, seguido de aumento de fonte, com demonstra o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Acessibilidade nos sites das universidades



Fonte: A autora, 2018

O VLibras é constituído por ferramentas computacionais que traduzem conteúdos digitais para a Língua brasileira de Sinais (LIBRAS). Alguns sites destacam que seguem as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). Outros optaram por seguir as recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C. Contudo, o e-MAG estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais, alinhado aos padrões internacionais.

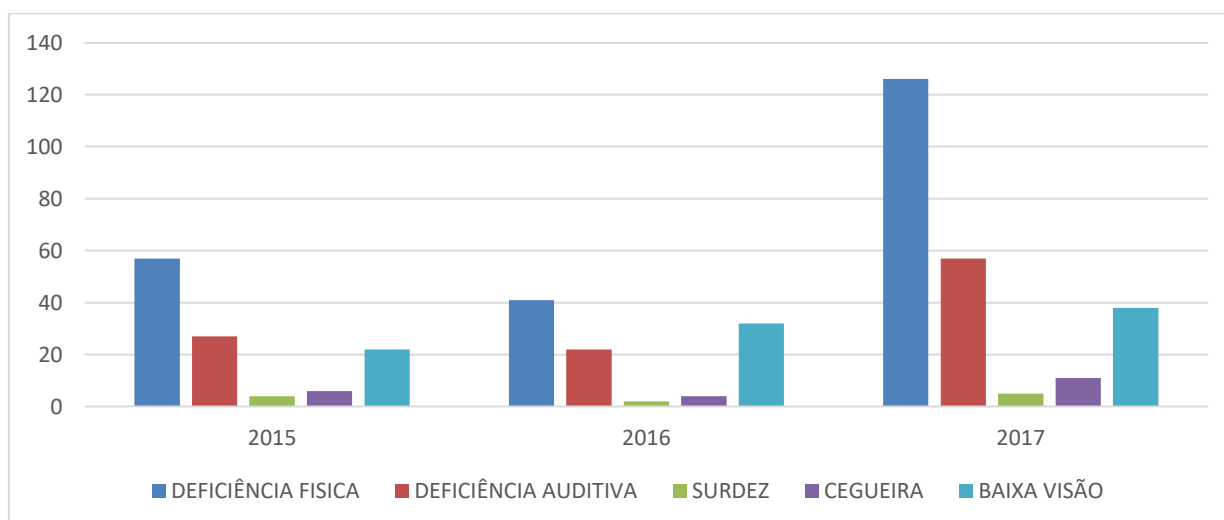
## 5. UM PANORAMA DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A UFF ao longo dos anos vem envidando esforços para a criação de ambientes acessíveis, visando proporcionar aos alunos um espaço cada vez mais inclusivo. O Censo da Educação Superior (Censup), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), revelou que em 2015 a UFF registrou 57 alunos com deficiência física, 27 com deficiência auditiva, 22 com baixa visão, 6 cegos, 4 surdos e 2 com Síndrome de Asperger entre os seus 128 alunos matriculados com deficiência e altas habilidade e/ou superdotação. Destes, 86 participavam de cursos presenciais nas unidades de Campos, Macaé, Niterói, Pádua e Volta Redonda. Os 42 restantes estavam matriculados nos cursos a distância (INEP, 2015).

Já no ano seguinte a Universidade registrou um total de 104 alunos com deficiência. Dos quais 68 alunos matriculados em cursos presenciais e 36 nos cursos a distância. Desses 04 alunos com cegueira, 32 com baixa visão, 2 com surdez, 22 com deficiência auditiva e 41 com deficiência física (INEP, 2016). Nota-se que apesar de um número menor no ano seguinte o número de matrículas manteve-se expressivo.

Em 2017 foram 254 matriculados, 115 em cursos presenciais e 139 a distância. Com deficiência física foram 126 alunos, 57 com deficiência auditiva, 5 com surdez, 38 com baixa visão e 11 com cegueira (INEP, 2017). Observa-se, de acordo com o gráfico 3, que o número de matriculados aumentou consideravelmente e que a Universidade deve ampliar os investimentos visando garantir a permanência desses alunos.

Gráfico 3 – Alunos com deficiência matriculados na Universidade Federal Fluminense



Fonte: INEP (2015, 2016, 2017)

Porém, é importante tratar de pessoas e não apenas de números. Não se pode proclamar inclusão, sem de fato ser inclusivo. Segundo Machado (2008, p.47):

Muitos educandos têm suas matrículas aceitas por força da legislação e tornam-se um número nas estatísticas educacionais. Frequentam as aulas, são integrados nas salas de aula, mas não são incluídos, e muitas vezes tornam-se “invisíveis” aos olhos dos colegas e de muitos educadores, que não atendem às suas especificidades e singularidades, contribuindo para o fracasso e a exclusão escolar e social desses cidadãos.

A UFF iniciou sua política institucional voltada para as pessoas com deficiência no ano de 2009, com a inauguração do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (NAIS-UFF), com apoio do Programa Incluir (MEC/ Sesu).

O Programa Incluir - acessibilidade na educação superior, foi criado em 2005 e implementado até 2011, por meio de chamadas públicas, realizadas pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Superior (SESu), e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade.

Pelo intermédio do auxílio prestado pelo Programa Incluir, as IFES podiam então criar e consolidar núcleos de acessibilidade. Estes, por sua vez, ficavam responsáveis pela organização de ações institucionais para fomentar a inclusão de pessoas com deficiência, propiciar a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, com vistas ao cumprimento dos requisitos legais relacionadas à acessibilidade. O programa, até 2010, disponibilizava recursos a partir da inscrição das universidades nos específicos editais, sendo selecionadas algumas proposições a serem beneficiadas com repasses financeiros. Em 2012, a seleção deixou de ocorrer, sendo então disponibilizada dotação orçamentária para cada universidade federal que já tivesse sido contemplada, com projeto aprovado, nos anos anteriores (MARTINS; LEITE, 2015, p. 998).

O MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da SESu, passa, em 2012, a apoiar projetos das IFES, com aporte de recurso financeiro, diretamente, previsto na matriz orçamentária das Instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFF passou a ser denominado Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) – DAI/CAS, pela Portaria da UFF nº 49.388, de 10 de maio de 2013, que ratifica e aprova a reestruturação administrativa relativa à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES).

Vinculado à PROAES, a divisão tem como objetivo garantir o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência, e proporcionar uma trajetória acadêmica produtiva e sem obstáculos.

Em 2017 a Portaria da UFF nº 59.085 instituiu o Grupo de trabalho responsável por elaborar a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, que consta na Proposta de Resolução (ANEXO A).

O plano decorrente dessa política será denominado UFF- Acessível, que apresenta entre seus objetivos:

- promover ações de capacitação de servidores, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas.
- realizar ações de sensibilização do corpo acadêmico e funcional, difundindo uma cultura de inclusão na Universidade e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2017)

Silva, Costa e Crivellari (2014) apontam os núcleos de acessibilidade como fundamentais para o processo de inclusão nas universidades públicas. E destacam que a participação do bibliotecário nas ações dos núcleos é fundamental.

Estudo realizado por Pletsch e Melo (2017) apontou várias ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade presentes nas instituições da Região Sudeste, tais como: participação em processos seletivos, aquisição, disponibilização e orientações para uso de recursos tecnologia assistiva por estudantes com deficiência, orientações à família, atendimento educacional especializado, entre outros. O estudo dos autores apontou que a acessibilidade atitudinal se apresenta no nível regular na maioria das instituições.

A formação continuada sobre acessibilidade e inclusão e o assessoramento pedagógico aos professores e coordenadores de curso foram citados por Saraiva (2015, p.115) como algumas das ações dos núcleos de acessibilidades das universidades federais do Nordeste. Os núcleos são auxiliares para que a universidade se torne mais acessível no meio físico e social. Na UFF fica evidente a necessidade da parceria constante entre o sistema de bibliotecas e a Divisão de Acessibilidade da universidade para um bom atendimento ao aluno com deficiência.

Em seu relatório do ano de 2017 a Superintendência de Documentação da UFF informa entre suas ações positivas a conscientização e a responsabilidade social das bibliotecas em relação a acessibilidade com objetivo de apoiar e consolidar políticas e tecnologias inclusivas

no Sistema de Bibliotecas e Arquivos e na UFF. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018).

A universidade organiza ao longo do ano, eventos que podem ser de grande valia para os leigos e para os mais familiarizados como o assunto. Podemos citar a Primavera da Inclusão (evento para celebrar ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência), o Simpósio Além do olhar da UFF, organizado pelo Curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão (CMPDI), do Instituto de Biologia da Universidade.

O mestrado também realiza o Encontro em Diversidade e Inclusão da UFF; o Simpósio de Altas Habilidades ou Superdotação da UFF e o Simpósio de Deficiência Física da UFF, entre outros. Nesses eventos são distribuídos materiais de divulgação sobre a Divisão de Acessibilidade e folhetos para conscientização da comunidade acadêmica. (ANEXO B)

## **5.1 As bibliotecas da Universidade Federal Fluminense**

O atendimento aos usuários com deficiência visual nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF) é apoiado pelo uso de tecnologias assistivas (TA) e por práticas empíricas que orientam os bibliotecários a como interagir no cotidiano dos serviços.

As bibliotecas da instituição visam prover à comunidade acadêmica acesso aos recursos de informação e fornecer subsídios para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O atendimento adequado aos usuários com deficiência pelos bibliotecários depende de preparo para lidar com as tecnologias assistivas disponíveis e intermediar o acesso as informações com agilidade e competência.

A UFF conta com 30 bibliotecas (21 delas localizadas na cidade de Niterói e 09 em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro) com uma gestão centralizada na Superintendência de Documentação (SDC) e funcionamento em sistema integrado. São elas:

- Biblioteca Central do Gragoatá – BCG
- Biblioteca Central do Valonguinho – BCV
- Biblioteca da Escola de Enfermagem – BENF
- Biblioteca da Escola de Engenharia e Ciência da Computação – BEE
- Biblioteca da Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda – BEM
- Biblioteca da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – BAC
- Biblioteca da Faculdade de Direito – BFD
- Biblioteca da Faculdade de Economia – BEC
- Biblioteca da Faculdade de Farmácia – BFF
- Biblioteca da Faculdade de Medicina – BFM

- Biblioteca da Faculdade de Nutrição e Odontologia – BNO
- Biblioteca da Faculdade de Veterinária – BFV
- Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo - BAU
- Biblioteca de Macaé – BMAC
- Biblioteca de Nova Friburgo – BNF
- Biblioteca de Pós-Graduação em Geoquímica – BGQ
- Biblioteca de Rio das Ostras – BRO
- Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda – BAVR
- Biblioteca do Campus Petrópolis – BCPE
- Biblioteca do Instituto Biomédico – BIB
- Biblioteca do Instituto de Educação de Angra dos Reis – BIAR
- Biblioteca do Instituto de Física – BIF
- Biblioteca do Instituto de Geociências – BIG
- Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística – BIME
- Biblioteca do Instituto do Noroeste Fluminense - BINF
- Biblioteca Flor de Papel - BFP
- Biblioteca Monteiro Lobato – BML
- Biblioteca Universitária de Campos dos Goytacazes - BUCG
- Centro de Memória Fluminense – CEMEF
- Centro de Obras Raras e Especiais – CORES

O discente com deficiência ao ingressar na UFF torna-se usuário de todos os serviços oferecidos pela universidade, incluindo os da biblioteca, tais como: o acesso ao acervo bibliográfico, o empréstimo domiciliar e o empréstimo entre bibliotecas.

Quando a instituição recebe um aluno com deficiência os equipamentos são disponibilizados pela Divisão de Acessibilidade (DAI). O processo em todas as unidades vem se dando de forma gradual e de acordo com a demanda de cada curso

A DAI acompanha o aluno com deficiência desde o seu ingresso de modo a garantir sua permanência e trata da aquisição e disponibilização de materiais didáticos acessíveis e adaptados, além de equipamentos de tecnologia assistiva. Também disponibiliza monitores que auxiliam na sala de aula e nas demais atividades do meio acadêmico.

Alguns professores da universidade disponibilizam o material instrucional das suas disciplinas digitalizado, porém nem todos estão em formato acessível para alunos com deficiência visual, como por exemplo, encontram-se imagens em PDF ilustrando textos.

Entenda-se por formato acessível os arquivos de texto com a extensão txt e rtf, pois são acessíveis a leitores de tela e as ilustrações, gráficos e fotografias devem vir acompanhadas de

descrição. Assim, cabe as bibliotecas a aquisição de áudio livros e/ou livros em braile, de forma a complementar o material didático das disciplinas.

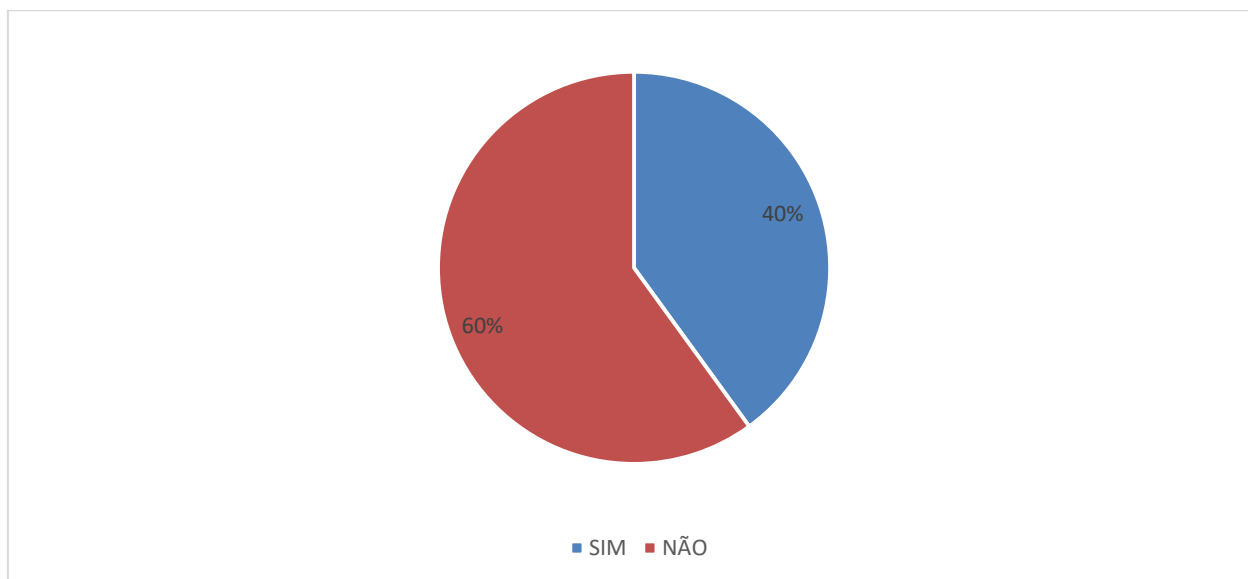


## 5.2 As condições de acessibilidade e a tecnologia assistiva na UFF

No levantamento sobre acessibilidade nas bibliotecas realizado pela Superintendência de Documentação em março de 2018, atendendo solicitação do MEC, para realização do Censo da Educação Superior, foram encontrados os dados exibidos nos gráficos 4 e 5. Os dados incluem rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e/ou bebedouro acessível.

Nos gráficos são apresentadas as bibliotecas com atendimento aos cursos universitários. Não estão incluídas as bibliotecas: CEMEF- Centro de Memória Fluminense (Centro de Documentação voltado principalmente para a história da cidade de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro (localizado na Biblioteca Central do Gragoatá), BML- Biblioteca Monteiro Lobato (localizada no Colégio Universitário Geraldo Reis - Coluni), BFP- Biblioteca Flor de Papel (biblioteca infantil pertencente a Creche UFF) e a CORES- Centro de Obras Raras e Especiais (localizada na SDC)

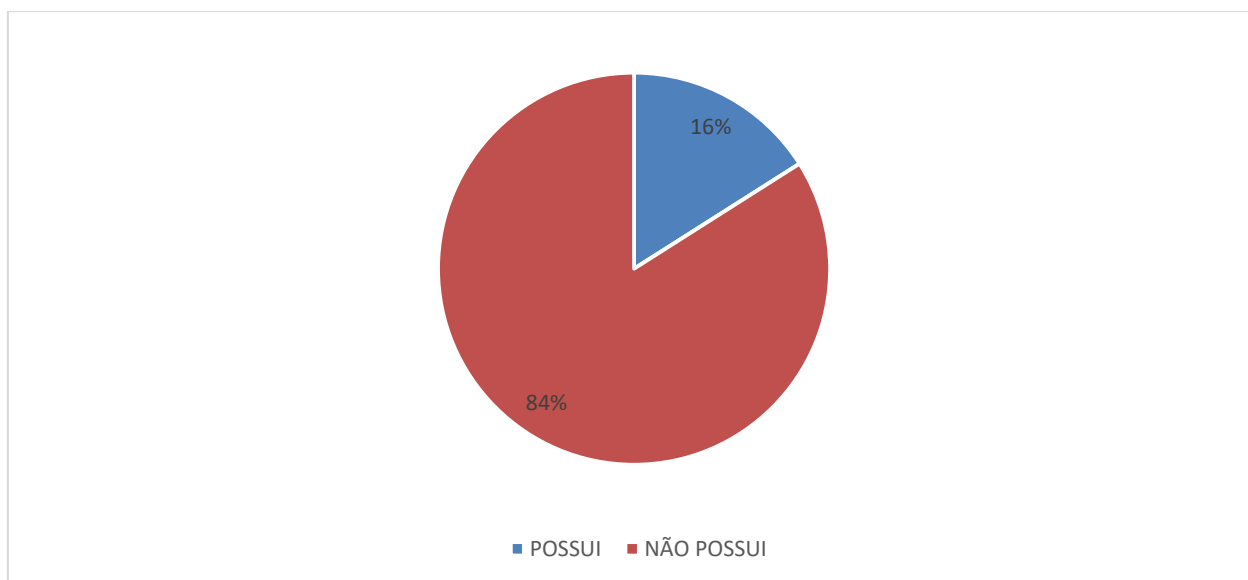
Gráfico 4 – Condições de acessibilidade nas bibliotecas da UFF



FONTE: Superintendência de Documentação (SDC), Universidade Federal Fluminense, 2018.

Percebe-se de acordo com o gráfico 4, que menos da metade das bibliotecas possui condições ideais de acessibilidade, apesar do crescente número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior. Isso demonstra a necessidade de melhorias nesse aspecto.

Gráfico 5 – Tecnologia assistiva disponível nas bibliotecas da UFF



FONTE: Superintendência de Documentação (SDC), Universidade Federal Fluminense, 2018.

Outro ponto destacado é a tecnologia assistiva. De acordo com o gráfico 5, o total de 84 % das bibliotecas não possui tecnologia assistiva. Possivelmente, devido ao alto custo de aquisição essas só são adquiridas e instaladas de acordo com a demanda de cada curso.

A instalação do equipamento, o treinamento para saber utilizá-lo e a pesquisa dos programas que podem auxiliar nos estudos do usuário com deficiência entre outras providências são tomadas ao mesmo tempo em que se conhece o aluno. Um profissional se aconselha com outro que já recebeu os equipamentos em sua biblioteca. Portanto, caso o aluno necessite de algum material assim que entra na universidade, a biblioteca não tem como ajudá-lo de forma imediata.

A Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) foi equipada com *software* leitores de tela, *scanner* com voz que converte documentos impressos em áudio, lupa eletrônica para pessoas com baixa visão, impressora braile, mesa tátil, mesa para pessoas com nanismo e possui piso tátil.

A Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis (BAC) conta com sintetizadores de voz, fones de ouvido e *scanner* com voz e os usuários surdos dispõem no terminal acessível, de recursos como o Dicionário de Libras e outros aplicativos.

A Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda recebeu o *scanner* com voz e mesa adaptada para cadeirantes.

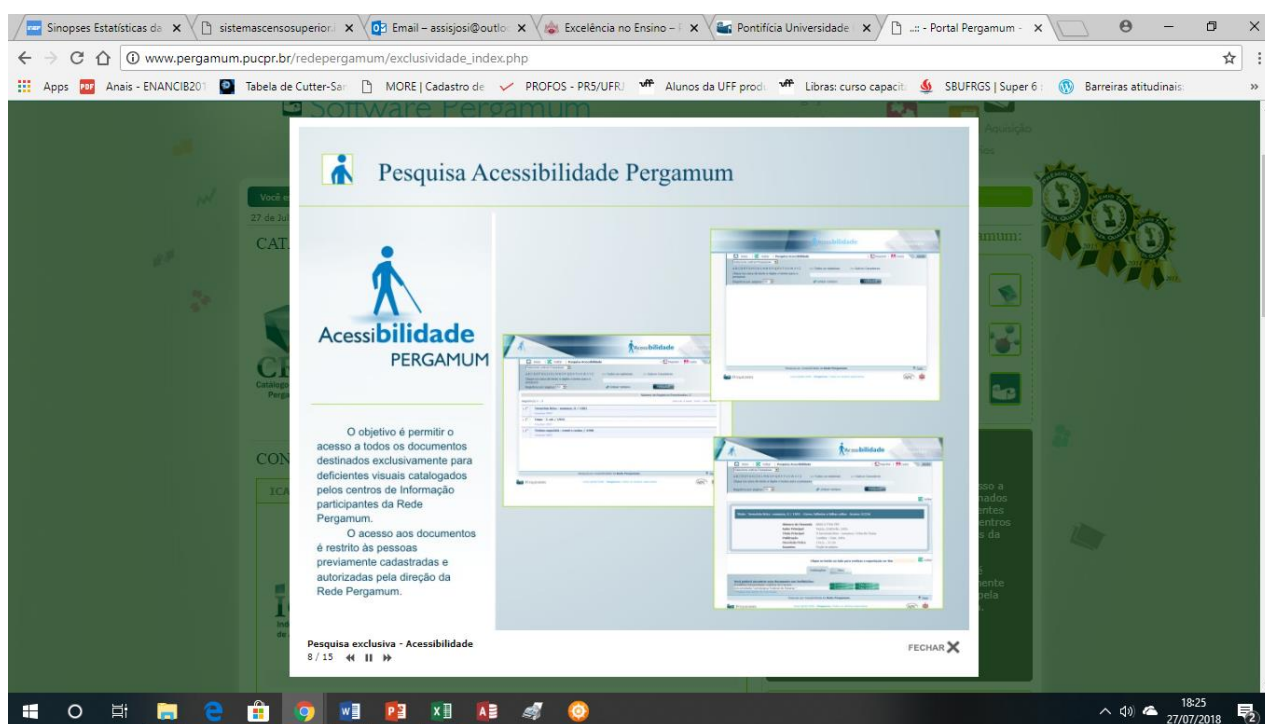
A Biblioteca da Faculdade de Direito, que no primeiro semestre de 2017 recebeu o primeiro aluno cego no curso, também fez jus a um *scanner* com voz.

Um dos problemas é a manutenção dos equipamentos, que quando apresentam defeito ficam muito tempo indisponíveis ao usuário, já que apenas uma unidade é enviada por empréstimo para a biblioteca solicitante.

O sistema de automação adotado nas bibliotecas que também precisam seguir padrões de acessibilidade. O sistema de bibliotecas da UFF adotou o Sistema Pergamum em suas bibliotecas a partir do final do ano 2013. O Sistema Pergamum foi desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e é comercializado desde 1997. Ele contempla as principais funções de uma biblioteca e é utilizado por mais de 424 instituições no Brasil. Destas 29 são universidades federais. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2018a)

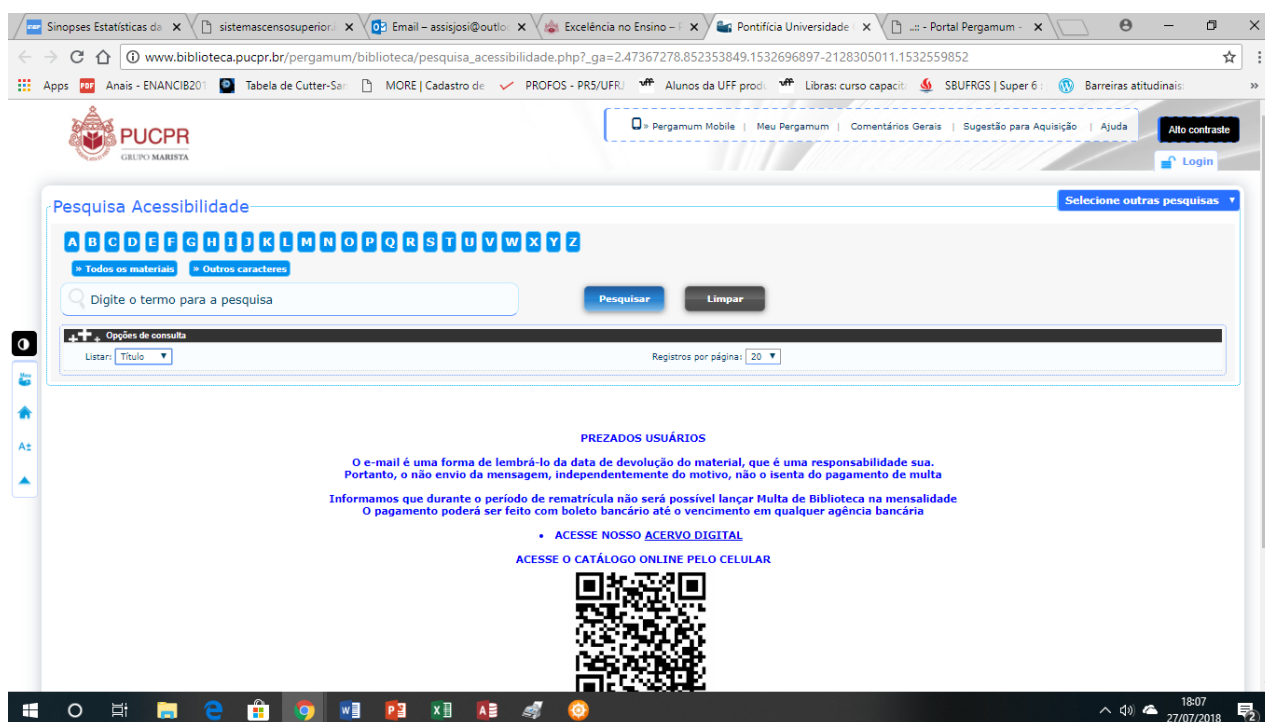
O sistema possui a pesquisa acessibilidade para acesso exclusivo as pessoas com deficiência visual (Figuras 3 e 4). O acesso é restrito a usuários cadastrados no sistema.

Figura 3- Apresentação do Sistema Pergamum



Fonte: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2018b

Figura 4 – Pesquisa Modo Acessibilidade

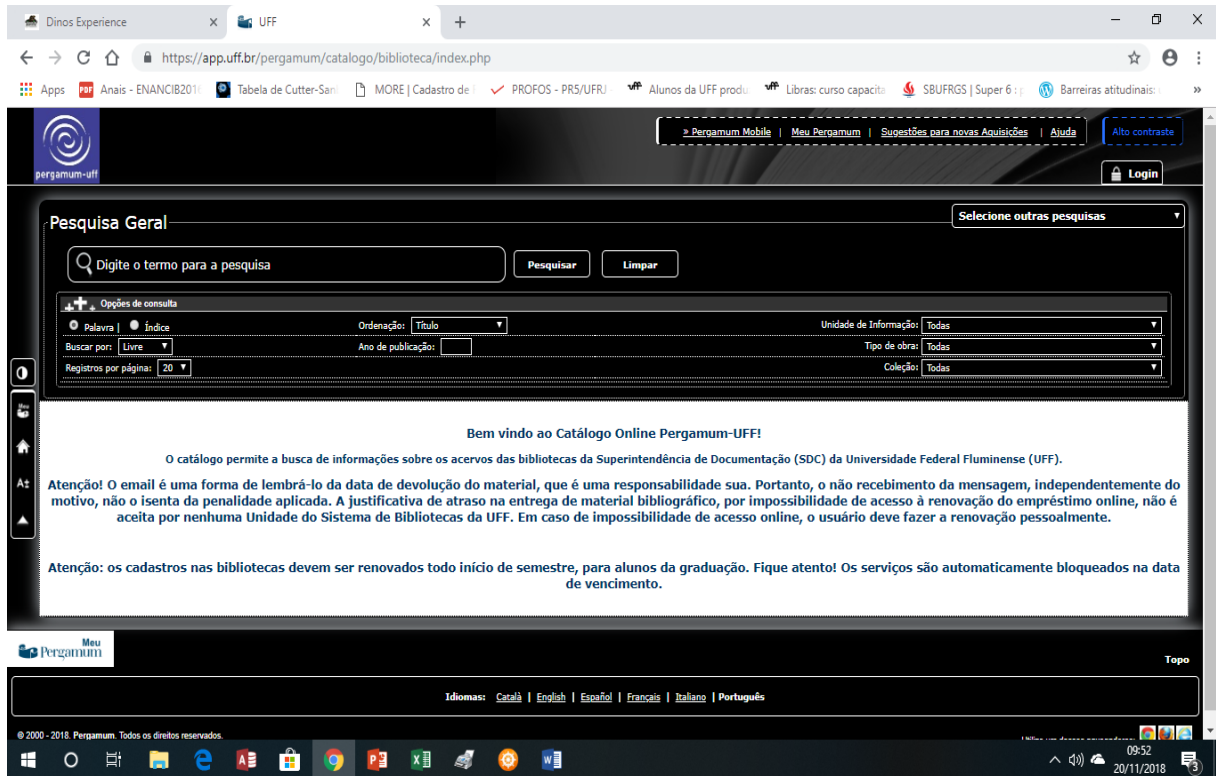


Fonte: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2018c

As bibliotecas da UFF não utilizam todas opções de pesquisa, só o alto contraste (Figura 5) e aumento de fonte (Figura 6”), mas a adoção do sistema com essa possibilidade é mais um passo positivo para uma biblioteca que almeja se tornar acessível em todos os aspectos. Para implementação desse módulo é necessário pensar também a questão acessibilidade na política de desenvolvimento de coleções. Como pode ser visto até aqui, o tema biblioteca acessível engloba vários outros em diferentes áreas.

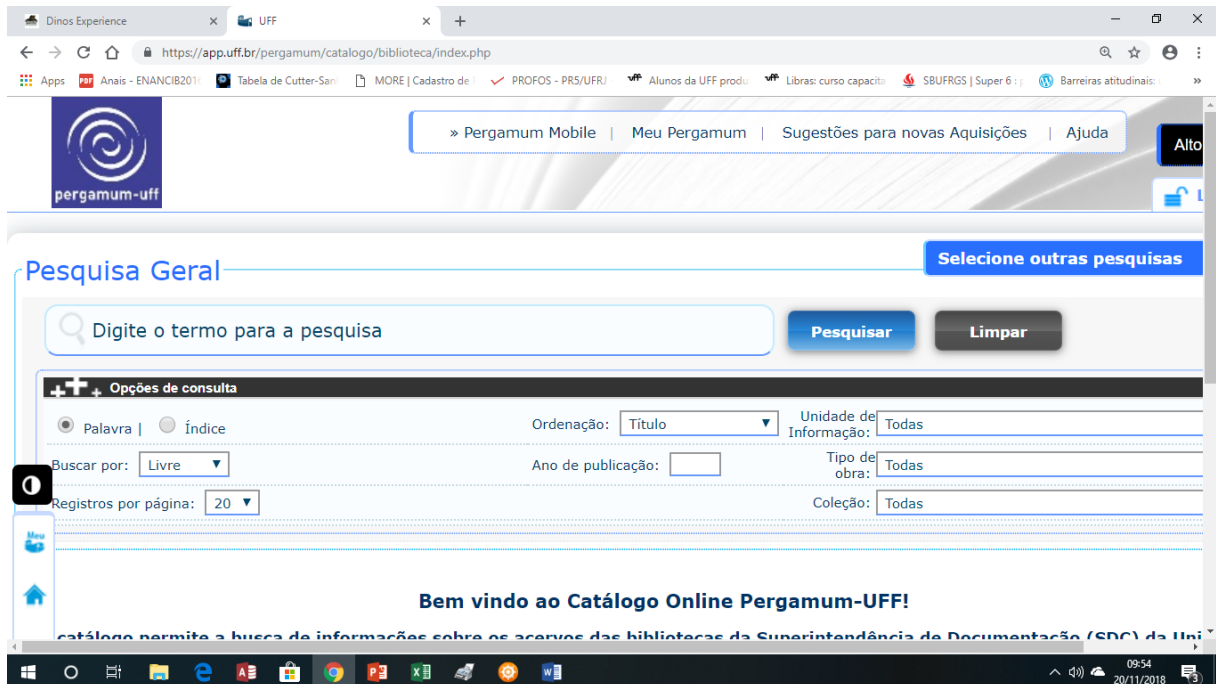
A acessibilidade se dá de forma arquitetônica e atitudinal, mas também engloba o desenvolvimento de coleções realmente acessíveis e com o apoio de tecnologia assistiva. A pesquisa visa proporcionar uma forma de compartilhar informações e apresentar um panorama para a implantação dessa verdadeira biblioteca acessível e inclusiva.

Figura 5 - Consulta no Sistema de Bibliotecas da UFF- Opção Alto contraste



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018b

Figura 6 - Consulta no Sistema de Bibliotecas da UFF - Opção: Aumentar o tamanho da fonte



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018b

Bibliotecários da instituição já demonstraram em suas pesquisas recentes que estão dispostos a colaborar de forma ativa para a política de acessibilidade da UFF. Filgueiras (2017) apresentou a proposta de uma oficina intitulada: “Capacitação em Acessibilidade e Inclusão para Bibliotecários: oficina de boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência em bibliotecas universitárias”, visando a qualidade no atendimento aos usuários com deficiência nas bibliotecas universitárias. Gentil Júnior (2016) analisou a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias, com desenvolvimento de um instrumento para a avaliação qualitativa da acessibilidade com a lista de indicadores de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas. Freire (2015) pesquisou a acessibilidade em 15 bibliotecas da UFF. Gomes (2013) relatou a inclusão do surdo em ambientes virtuais com a temática acessibilidade e usabilidade nos sites dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras. E outros bibliotecários do Sistema de bibliotecas da UFF possuem pesquisas em andamento sobre a temática.

## **6 DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E ORIENTAÇÕES SOBRE AS BARREIRAS ATITUDINAIS NO USO NAS BIBLIOTECAS DA UFF.**

Os documentos disponíveis na literatura especializada e nos *sites* das universidades (cartilhas com dicas de convivência com pessoas com deficiência, regimentos internos dos núcleos, relatório interno de acessibilidade, orientações para docentes, livros em pdf sobre inclusão e acessibilidade, artigos sobre o tema, legislação e outros) foram utilizados para subsidiar as diretrizes que se pautou em ser, no que possível, de fácil entendimento aos funcionários das bibliotecas e objetiva ser um documento aberto a relatos de experiências e observações dos bibliotecários da UFF, finalizando assim a terceira etapa da pesquisa.

### **6.1 Apresentação**

Para nomear o produto final da dissertação pensou-se inicialmente em protocolo, cartilha, manual e finalmente diretrizes. No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra diretriz pode ser definida como: Norma, indicação ou instrução que serve de orientação (DIRETRIZ, 2017). Diante desse significado, optou-se por assim nomear o produto. Apresentar as noções básicas do tema para os bibliotecários da UFF e de outras universidades que desejarem consultá-lo, essa é a intenção do produto final da presente pesquisa.

O objetivo do presente documento é apresentar orientações básicas sobre o atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias, a fim de realizar um atendimento de qualidade em bibliotecas universitárias, em particular as pertencentes ao sistema da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Optou-se por algo que seja de fácil entendimento, orientador das ações. Que se torne objeto de consulta rápida. Um norteador nas tomadas de decisões, que nunca poderão ser pré-definidas ou previstas, pois relacionamentos humanos são construídos a cada instante, e são dependentes de condições diversas.

A convivência possibilita perceber as diferenças entre as pessoas. Lidar com as diferenças exige disponibilidade para compreender os indivíduos como únicos e singulares (FORTALECIMENTO..., 2016). Aqui não apresentaremos regras, apenas indicações baseadas na literatura existente sobre o tema, muitas construídas a partir de relatos de experiências, a fim de futuramente cada um construir seus próprios relatos. São apresentadas orientações de como

atender aos usuários com deficiência visual, não serão tratadas aqui outras deficiências, por acreditar ser necessário um aprofundamento maior em cada tema. Assim iniciaremos por deficiência visual, deixando possibilidades de compartilhamentos de experiências de outros bibliotecários, para num futuro próximo ampliarmos essas diretrizes.

## 6.2. Atendimento aos estudantes com deficiência

Grogan (2001) descreve o processo de referência em oito etapas: problema; necessidade de informação; questão inicial; questão negociada; estratégia de busca; processo de busca; resposta e solução:

Etapas	Processo
Problema	O que atrai a atenção de um usuário potencial da biblioteca
Necessidade de informação	Vaga e imprecisa ainda que não necessariamente.
Questão inicial:	Dar à pergunta uma forma intelectual mais nítida, descrevê-la com palavras, e formulá-la como uma questão.
Questão negociada	A questão inicial, enunciada pelo usuário, é comparada com a maneira como as informações são organizadas na biblioteca.
Estratégia de busca	Como o acervo de informações, seja ele local ou remoto, será consultado? E quais de suas partes serão consultadas e em que ordem?
Processo de busca	Um bibliotecário bem preparado terá estratégias alternativas prontas, caso venham a ser necessárias: de novo, a presença do consulente facilita essas alterações de rumo.
Resposta:	Se a busca tiver sido executada de maneira correta, esse resultado coincidirá, em geral, com o enunciado de busca, modificado taticamente.
Solução:	O bibliotecário e o consulente avaliam juntos o ‘produto’ da pesquisa, e ambos devem aprovar antes de chegar de comum acordo à conclusão de que o processo foi concluído

Fonte: Grogan, 2001

Com o usuário com deficiência o bibliotecário passará pelas etapas do serviço de referência apresentadas adequando-as. Se necessário fazendo uso das tecnologias assistivas. No primeiro contato é muito importante, não superproteger ou ignorar as dificuldades do aluno. Quando se ignora a deficiência, se ignora uma característica. Deficiência é uma dentre muitas outras características (FORTALECIMENTO..., 2016).

Lembrando-se que:



- Quando desejar uma informação, dirija-se diretamente a pessoa com deficiência, não a seus acompanhantes ou intérpretes.
- Sempre que quiser ajudar ofereça sua colaboração, e espere a oferta ser aceita,
- Cada tipo de deficiência possui singularidades e necessidades próprias.
- Pergunte de que forma pode ajudar. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018; MELO, 2008)

O atendimento ao usuário com deficiência, se dará de forma natural se o bibliotecário entender que:

É preciso sairmos de um olhar segregador para um olhar inclusivo, de um olhar homogeneizador para um olhar heterogêneo, de um olhar assistencialista para uma perspectiva de direitos humanos, de uma busca por normalização para uma explicitação das diferenças, tendo como base a igualdade (MAUCH, 2016, p. 29)

A exclusão, segregação, integração e inclusão. São movimentos que coexistem. Pessoas com deficiência vivem práticas segregadoras e excludentes nos dias de hoje. Destacando a distinção entre a inclusão da integração:

Inclusão significa inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular); na integração, a inserção é parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares); na inclusão, a sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS; na integração, as pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes; a inclusão, defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência (MANUAL, 2011, p. 8).

Dois termos são comumente utilizados quando nos referimos a pessoa com deficiência: orientação e mobilidade. Orientação - o indivíduo percebe o ambiente e consegue se localizar nele, através de outros sentidos como o olfato, tato e audição. Já mobilidade é quando o indivíduo se movimenta no ambiente de forma eficaz (ORIENTAÇÃO..., 2018). A bengala e o cão guia são exemplos de formas de mobilidade.

A permanência do cão guia, é direito da pessoa com deficiência visual e garantido pela Lei n.º 11.126/2015. A lei assegura o direito da pessoa com deficiência de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

O conhecimento das leis sobre os direitos da pessoa com deficiência auxiliará o bibliotecário sobre o entendimento do tema. A Lei n.º. 13.146/2015 instituiu o Estatuto da

Pessoa com Deficiência (Lei brasileira de inclusão), que tem por base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo.

A NBR 15.599/2008 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, trata da Acessibilidade- Comunicação na prestação de serviços, e destaca que bibliotecas e centros de informática devem ter pessoal capacitado para atendimento da pessoa com deficiência (ASSOCIAÇÃO, 2008).

A norma detalha que o espaço público deve possuir sintetizadores de voz, *scanner*, ampliadores de tela, etc. Além disso o espaço deve ser construído e sinalizado de acordo com as especificações da NBR 9050/2015- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Portanto, a leitura das leis e normas sobre acessibilidade são indispensáveis.

A nova versão da NBR 9050/2015, ampliou o conceito de Desenho Universal para: “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 4.

Esse é um exercício que demonstra a possibilidade de aplicação de uma norma em uma biblioteca, possibilitando um bom atendimento ao usuário com deficiência. A sociedade inclusiva se faz principalmente a partir das atitudes.

### **6.3. Como se dirigir a pessoa com deficiência visual**

As barreiras atitudinais, podem surgir até de modo involuntário através da fala e/ou gestos, motivados por desconhecimento do alcance que podem ter. A seguir apresenta-se orientações para interagir com pessoas com deficiência visual:

- Ao chegar ao ambiente com pessoa cega anuncie a sua presença e identifique-se.
- Ao guiar a pessoa cega deixe que segure o seu braço, seu movimento irá orientá-la.
- Dê direções do modo mais claro possível. Diga direita ou esquerda, de acordo com o caminho. Nunca use termos como “ali” ou “lá”; não faça de conta que a deficiência não existe, pois vai estar ignorando uma característica importante da pessoa.

- Se a passagem for estreita, vá à frente e deixe segui-lo com a mão em seu ombro.
- Coloque a mão da pessoa cega sobre o braço ou encosto da cadeira e ela será capaz de sentar-se facilmente;
- Informe se a cadeira tem braços ou não;
- Ao conversar com uma pessoa cega, fale sempre diretamente com ela, e nunca por intermédio de outra pessoa.
- Use-as palavras “ver” e “cego” sem receio;
- Não acaricie um cão guia. Ele não pode ser distraído.
- Avise sempre quando for afastar-se da pessoa cega. (ORIENTAÇÕES..., 2018; FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2018; MELO, 2008)

#### 6.4 Tecnologia assistiva

Na Universidade Federal Fluminense as tecnologias assistivas em bibliotecas mais utilizadas e disponibilizadas para a comunidade acadêmica são as voltadas para a pessoa com deficiência visual. A seguir a descrição de cada uma delas:

Figura 7 - *Scanner com voz*



imprimir e pausar leitura.

Indicado para pessoa cega ou com baixa visão. O *scanner* digitaliza e reproduz em áudio documentos em formato físico, como livros, ou até mesmo arquivos já no formato digital. Também reconhece livros DAISY (Digital Accessible Information System). As funções podem ser solicitadas diretamente nos botões do scanner são elas: abrir documento, digitalizar e gravar, digitalizar e ler documento, copiar e

Fonte: <http://www.tecassistiva.com.br/produtos/cegueira-2/amplificadores-e-leitores-para-pc/sara-pc-detail>

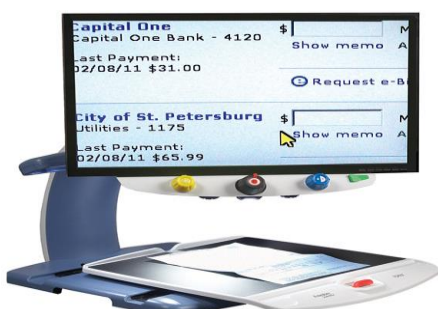
Figura 8 - Impressora em braile



Permite a impressão de braile e tinta simultaneamente, assim pessoas com deficiência visual e videntes tem acesso ao documento de forma simultânea. Atende também as pessoas com baixa visão com a impressão a tinta ampliada.

Fonte: <http://www.tecassistiva.com.br/produtos/cegueira-2/impressoras-braille-braille-e-tinta/emprint-spotdot-detail>

Figura 9 - Lupa eletrônica de mesa



A lupa eletrônica de mesa oferece imagens em alta qualidade, e recursos de leitura avançados para pessoas com baixa visão.

Fonte: <http://www.tecassistiva.com.br/produtos/baixa-visao/amplidores-de-mesa/topaz-full-hd-detail>

Figura 10 - Mesa tátil



Possibilita o aprendizado através do toque, do áudio e da visão, permite ao usuário criar falas em diagramas para que o usuário cego ou deficiente intelectual possa ter a resposta em áudio de cada espaço do desenho que está sendo explorado. A mesa tátil é sensível ao toque no reconhecimento de formas em relevo com respostas em áudio;

<http://www.tecassistiva.com.br/produtos/cegueira-2/mesa-tatil/iveo-detail>

A partir da pesquisa em outras bibliotecas universitárias brasileiras percebe-se que outros produtos e ou serviços podem ser oferecidos tais como: assinadores, lupas portáteis, folheador de página, reglete, *handmouse*, impressora de relevo tátil e outros. O folheador é um exemplo de tecnologia assistiva que pode ser utilizado por pessoas com deficiência, idosos e outras que não consigam temporariamente folhear um livro.

## 6.5 Softwares

Os softwares mais conhecidos e com desempenho considerado excelente são o *OpenBook* e o *Jaws*. Porém apresentam um alto custo para aquisição, sendo comercializados por empresas de tecnologia. A alternativa é utilizar softwares gratuitos. O NVDA, o *MecDaisy* e o *Dosvox* são alguns dos softwares gratuitos disponíveis para download.

Além destes softwares, o *Braille Fácil*, que assim como o *MecDaisy* e o *Dosvox*, foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também é gratuito. O programa permite transcrever documentos em texto para o braille e a impressão do documento em impressora braille.

## 6.6 Como organizar eventos

As bibliotecas universitárias realizam periodicamente treinamentos em bases de dados, palestras, cursos de curta duração e semestralmente recebem novos alunos da instituição através das iniciativas de acolhimento.

Desse modo, é de extrema importância organizar de forma adequada todas as etapas dos eventos e/ou cursos promovidos pela biblioteca. Portanto se houver:

Reprodução de vídeos - Imprescindível que seja com áudio em português.

Apresentação com slides -. Deve ser lido integralmente com descrição de todo conteúdo. Pode-se inserir audiodescrição (informações sobre o ambiente, efeitos especiais, etc.). Importante salientar que a audiodescrição para ser um método simples, mas “requer estratégia e procedimentos especiais, para que possibilite a pessoa com deficiência visual uma forma de aprender ou conhecer, no mesmo patamar que as pessoas videntes” (MICHELS; SILVA).

Utilizar a nomenclatura correta em todo material de divulgação do evento. O termo utilizado é pessoa com deficiência, definido na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, realizado pela ONU em 2007.

O local do evento deve obedecer, sempre que possível, às normas da ABNT 9050/2015 sobre acessibilidade em espaços públicos.

Material de divulgação e ficha de inscrição no meio digital devem ser em formato acessível, se impresso com fontes ampliadas e em formato braille. Se houver computadores à disposição, que tenham leitores de tela.

A elaboração dos documentos de divulgação da biblioteca como o Regulamento interno, devem ser em texto acessível. Aquele que mescla o conteúdo às descrições das imagens.

Arquivos em Word, PDF e Power point também podem se tornar acessíveis (ANEXOS C, D e E). Esses programas já possuem o verificador de acessibilidade, uma ferramenta de criação acessível em suas versões mais recentes.

Na ficha de inscrição, deve haver local para sinalizar se é pessoa com deficiência e se necessita de alguma ajuda técnica.

Se houver distribuição de material visual de comunicação para participantes, deverá haver também uma versão em audiobook caso houver algum participante e/ou palestrante no evento com deficiência visual.

Para facilitar a autonomia, evite qualquer tipo de piso desnivelado e identifique os sanitários com etiquetas braile próximos à maçaneta.

Toda equipe do evento deve receber treinamento para atender a pessoa com deficiência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 2018; GUIA..., 2018)

Aqui destacamos as pessoas com deficiência visual. Porém vale lembrar que todas as pessoas com deficiência merecem estar num ambiente onde os organizadores se preocupem com seu bem-estar. Assim vale lembrar que também é necessário, um intérprete de libras e legendas nos vídeos, além de banheiros adaptados e rampas de acesso ao palco.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco tanto na questão da nomenclatura quanto na definição das barreiras, esse sim um impeditivo de plena participação da pessoa com deficiência na sociedade.

As discussões sobre como chamar as pessoas com deficiência não foram concluídas mas evoluem ano a ano. O exemplo mais comentado e conhecido é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, abordando as questões acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva e barreiras.

O entendimento atual de que o fator impeditivo são as barreiras presentes na sociedade e não a deficiência, facilitam uma participação maior da pessoa com deficiência na sociedade, mas não resolve tudo.

As principais barreiras atitudinais aparecem em palavras e/ou gestos, muitas vezes involuntários. Por isso, a necessidade de o bibliotecário e demais profissionais de bibliotecas conhecerem sobre o assunto para saber como se deve ou não proceder.

O objetivo geral e os específicos foram alcançados por meio do mapeamento dos *sites* das 63 universidades federais brasileiras. Apesar da constatação que a maior parte delas não possui uma política de acessibilidade consolidada, observou-se que demonstram interesse sobre o tema e disponibilizam relatórios de seus setores de acessibilidade.

Além disso há *cartilhas*, *folders*, regimentos manuais de redação, várias indicações de leitura, legislação, *softwares* para *download* e indicações de outros *sites* relacionados a deficiência, acessibilidade e inclusão. A construção do conjunto de diretrizes se deu através desse material com o intuito de divulgar para os bibliotecários da UFF e demais interessados.

As universidades federais brasileiras demonstram, de um modo geral, que estão cada vez mais atentas as questões relacionadas a acessibilidade e inclusão e que a criação de núcleos de acessibilidade, grupos de estudos, programas de apoio e/ou comissões permitem assegurar o direito dos estudantes, professores e técnicos com deficiência na universidade, integrando toda comunidade acadêmica. Algumas universidades encontram-se em processo mais avançado que outras, mas pôde ser visto que a evolução nas universidades federais está acontecendo de forma gradual.

Observou-se o crescimento anual do número de estudantes matriculados com deficiência na Universidade Federal Fluminense.

Contudo, não é raro ouvirmos relatos de estudantes com deficiência sobre as dificuldades em manter-se na universidade. Seja por causa dos transportes públicos, muitos não equipados da forma adequada, por condições de acessibilidade em alguns prédios da UFF (muito tem arquitetura antiga) ou por condições financeiras.

A UFF apresenta sua política de acessibilidade cada vez mais sólida, incluindo monitores para ajudar na sala de aula. Porém esse é um trabalho que só funcionará plenamente se for realizado em conjunto pelos departamentos de ensino, coordenações dos cursos, professores e demais funcionários da universidade

Os eventos organizados na instituição são uma forma de conscientização e conhecimento de algumas formas de concretizar a acessibilidade e a inclusão.

Torna-se imprescindível que todos os profissionais da instituição, aqui em especial os bibliotecários estejam capacitados para receber um estudante com deficiência.

As recomendações da IFLA, para o desempenho dos bibliotecários são bem específicas e exigem alto nível de preparação. Porém as bibliotecas poderiam contratar profissionais especializados da área, como por exemplo, narradores. A prática exige técnica apurada e muita dedicação para transmitir através da voz, todo o conteúdo de um livro, ou filme.

As bibliotecas necessitam estar equipadas com tecnologia assistiva e possuir bibliotecários preparados. O treinamento constante é uma forma de manter a equipe atualizada para lidar também com a tecnologia assistiva.

Vários recursos estão disponíveis *on line* e para saber quais são realmente eficazes, é importante um bom estudo de usuários para identificar quais são realmente necessárias, acessíveis e possuem bom desempenho.

A política de desenvolvimento de coleções precisa ampliar a exigência na aquisição de materiais acessíveis para as bibliotecas e algumas editoras inclusive se especializaram em produzir seus livros já com versão acessível em áudio e em Libras.

As universidades federais possuem um grande número de bibliotecas que não estão equipadas de modo a serem realmente acessíveis. E os bibliotecários também precisam estar atualizados e familiarizados tanto com as tecnologias quanto com a legislação em vigor e a atual terminologia adotada.

As barreiras atitudinais podem impedir que usuários com deficiência participem plenamente da vida acadêmica. O bibliotecário mais atento não terá problemas no processo de atendimento.



As iniciativas de outras bibliotecas universitárias apresentadas são de certo modo, um impulso para que as bibliotecas da UFF comprovem a viabilidade de se tornarem de fato acessíveis e inclusivas.

A comunidade acadêmica de um modo geral ao participar desses eventos, apresentando ou assistindo apresentações de trabalhos, relatos de experiências, conhecendo bibliotecários de outras instituições, conhecerá a diversidade de iniciativas presentes nas universidades e outras instituições ligadas ao ensino e a pesquisa no Brasil.

O conhecimento prévio dos equipamentos de tecnologia assistiva mais comuns como o scanner com voz e a impressora braile podem agilizar o atendimento ao usuário com deficiência visual, assim um acompanhamento mais próximo do trabalho da Divisão de Acessibilidade pelas bibliotecas da UFF ajudaria a se obter resultados de maneira eficaz.

Não se deve ignorar a deficiência. Cada uma possui sua especificidade que precisa ser considerada no momento do atendimento dos estudantes.

A compilação de diretrizes não está finalizada. É o início de um longo trabalho em conjunto de bibliotecários, professores e estudantes.

Cada experiência que for relatada por um bibliotecário será de grande valia para o outro e assim por diante. Assim como a opinião, ideias, críticas e/ou sugestões de toda comunidade acadêmica também devem ser recebidas.

## 8 RECOMENDAÇÕES

A dissertação é resultado de pesquisa bibliográfica e documental em sites de universidades públicas visando demonstrar as possibilidades de oferecer serviços e produtos de qualidade para os usuários com deficiência nas universidades.

Recomenda-se que ao consultar o presente trabalho, os bibliotecários reflitam suas atitudes frente aos os usuários com deficiência e saiba reconhecer o que é entendido como barreira atitudinal.

Que o material disponível nos sites seja pesquisado pelos bibliotecários e divulgado aos usuários das bibliotecas universitárias.

Espera-se que os serviços destacados sirvam de modelos nas bibliotecas universitárias. Que as bibliotecas vejam uma a realidade da outra e aprendam com seus erros e acertos.

Que as tecnologias assistivas se tornem comuns aos bibliotecários e demais funcionários de bibliotecas.

Que se formem redes de comunicação, para aprimoramento, capacitação e avaliação de produtos e serviços.

E por fim, que os bibliotecários tenham motivação pessoal para aprimorar suas competências e aplicá-las no ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO e CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis, S. C. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/view/1508/1509>> Acesso em 06 de nov. 2018
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2015. 148 p. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field\\_generico\\_imagens-filefield-description\]\\_164.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_164.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016.
- BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010.
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2013. Disponível em: < [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). > Acesso em ;12 nov. .2017
- BRAGA, Ana Nogueira; BAHIA, Sergio Rodrigues. A temática da inclusão na formação acadêmica do bibliotecário: abordagem curricular. In: COLBEDUCA, 4; CIEE, 2, 2018, Braga e paredes de Coura, Portugal. **Anais...**, Portugal, 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/11457/8235>> Acesso em: 05 de nov. 2018
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 07 de jul. 2015a. disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>> Acesso em:12 dez. 2017.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 261/2015. Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.26 de nov. de 2015b. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=26/11/2015>. Acesso em: 14 de jan.2018

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de ago. 2009. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=26/08/2009>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de mar. de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de jul. 2008. Disponível em:< <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/07/2008>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 de dez. 2004. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=03/12/2004>>. Acesso em: 20 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 05 de out. 2018

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009a. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7UUPJY>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n3/1413-6538-rbee-22-03-0413.pdf>> A cesso em: 11 de out. 2017

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. 2015.163 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: < [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SHQ3/michelle\\_karina\\_assun\\_o\\_costa.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SHQ3/michelle_karina_assun_o_costa.pdf?sequence=1)> Acesso em: 13 de dez. 2017.

CUNHA, Maria Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 15, p.41-46, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2003v8n15p41/5234>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

DINIZ, Cládice Nóbile; ASSIS, Josiane. Braz de; ALVES, Leon Diniz. Perspectivas da acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nas universidades federais brasileiras da ótica de seus sítios e bibliotecas. In: DICKMANN, I. (Org.). DNA Educação. Veranópolis, RS: Dialogar, 2018. [No prelo].

\_\_\_\_\_. O desafio da competência ser parâmetro de adequação curricular de cursos superiores tecnológicos. **EDU.TEC - Revista Científica Digital da Faetec**, Rio de Janeiro, Ano I, v.1, n.1.2008

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 79 p.

\_\_\_\_\_. BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Revista internacional de direitos humanos**. São Paulo, v. 6, n. 11, 2009. p.64-77. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. > Acesso em: 24 jan. 2017

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; SOARES, Jean da Silva. Competências dos bibliotecários de referência em bibliotecas universitárias. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n.4, p.57-72, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/31556/17584>> Acesso em: 18 de mar.2017

FILGUEIRAS, Sandra do Amparo Silva. **Bibliotecas universitárias federais brasileiras no século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência**. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia, Niterói, 2017.

FORTALECIMENTO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS: (manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p. Disponível em: < <http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br/2017/03/15/baixe-o-manual-orientador-para-fortalecimento-de-bibliotecas-acessiveis-e-inclusivas/>>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**. São Paulo. v. 17, n. 31, p. 59-73, jul.- dez. 2013. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>> Acesso em: 05 de jan. 2017

FREIRE, Hebe de Deus. **Acessibilidade física nas bibliotecas da UFF: mapeamento das condições reais das unidades da Superintendência de Documentação (SDC)**. Niterói, 2015 Trabalho de conclusão de curso. Especialização em gestão pública do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[http://www.ichs.uff.br/wp-content/uploads/2016/01/TFC\\_HEBE-DE-DEUS-FREIRE.pdf](http://www.ichs.uff.br/wp-content/uploads/2016/01/TFC_HEBE-DE-DEUS-FREIRE.pdf). > Acesso em 10 jun. 2018

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGO. Disponível em: <<https://www.ufgd.edu.br>> Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA. Disponível em: <<https://www.ufcspa.edu.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR. Disponível em: <<https://www.unir.br/>> Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC. Disponível em: <<https://www.ufabc.edu.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. Disponível em: <<https://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem[Livro eletrônico]. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2012. 175 p. Disponível em: <[http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf)> Acesso em: 15 de set. 2017

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3061.pdf>> Acesso em: 20 de agosto 2017

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade**: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015

GOMES, Claudiana Almeida de Souza. **Direito à informação do surdo: usabilidade e acessibilidade nos espaços virtuais de bibliotecas universitárias federais brasileiras** 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2013

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Bibliotecas para cegos na era da informação**: diretrizes de desenvolvimento. Editado por Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Sköld. São Paulo:

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. 99 p. (Relatório Profissional, 86). Disponível em:

< <http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2014/02/Bibliotecas-para-cegos-na-era-da-informa%C3%A7%C3%A3o-diretrizes-de-desenvolvimento-IFLA.pdf> > Acesso em: 14 de abr. de 2017

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em:

<<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório consolidado da IES: Censo 2017**, Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: < <http://www.uff.br/sites/default/files/informes/consolidadouff2017.pdf> > Acesso em 23 maio 2018

\_\_\_\_\_. **Relatório consolidado da IES: Censo 2016**, Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <[http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/consolidado\\_uff\\_2016.pdf](http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/consolidado_uff_2016.pdf)> Acesso em: 05 de maio 2018

\_\_\_\_\_. **Relatório consolidado da IES: Censo 2015**, Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: < [http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/consolidado\\_uff\\_2015.pdf](http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/consolidado_uff_2015.pdf) > Acesso em 10 set. 2016

LIMA, Francisco José; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: Ubra; Porto Alegre: AGE, 2008. p. 23-32.

MACHADO, Edileine Vieira. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. In: Souza, Olga Solange Herval (Org.). **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: Ubra; Porto Alegre: AGE, 2008. p. 42-53

MAGALHAES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 139, p. 45-61, abr.2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a03.pdf> >. Acesso em: 29 de maio 2018:

MARTINS, Diléia Aparecida; Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. [Online]. Rio de Janeiro, v.23, n.89, 2015. p.984-1014 Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000400008>>. Acesso em: 03 de fev. 2017

MAUCH, Carla Simone da Silveira (Coord.). **Guia de mediação de leitura acessível e inclusiva**. São Paulo: Mais Diferenças, 2016.128 p. Disponível em :<<http://www.maisdiferencas.org.br/site/educacao-inclusiva/>> Acesso em: 19 jul.2018

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. **A nova maneira de se entender a deficiência e envelhecimento**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD\\_1040.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD_1040.pdf). Acesso em: 27 ago. 2017.

MILANESI, Luis. A formação do informador. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 7-40, jul. 2002. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1694>. Acesso em: 10 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2002v7n1p7>.

MOTA, Francisca Rosalina Leite; OLIVEIRA, Marlene de. Formação e atuação profissional. In: OLIVEIRA, Marlene (Org.) **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

NOZU, Washington César Shoiti; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Os outsiders da escola: alunos com deficiência, estigma e figurações de poder. In: **Revista Panorâmica**, Mato Grosso, v. 18, p. 48–57, 2015.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli de; BORGES, José Antonio. Deficiência, tecnologia assistiva e sociedade: um estudo inconcluso. In: **Scientiarum Historia**, Congresso em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia 9, 2016, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ), 2016. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh9/SH/trabalhos%20orais%20completos/DEFICIENCIA-TECNOLOGIA-ASSISTIVA.pdf> Acesso em: 21 jan.2017

PLETSCH, Marcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610-1627, jul. /set. 2017. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354/6733> Acesso em: 20 set. 2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ- PUCPR. **Pergamum**. 2018a. Disponível em: [http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/pergamum\\_informacoes\\_gerais.php?ind=1](http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/pergamum_informacoes_gerais.php?ind=1) >. Acesso em: 27 jun.2018

\_\_\_\_\_. **Acessibilidade Pergamum**. 2018b. Disponível em: [http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/exclusividade\\_index.php](http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/exclusividade_index.php) >. Acesso em: 27jun.2018

\_\_\_\_\_. **Pesquisa acessibilidade**. 2018c. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/pesquisa\\_acessibilidade.php?\\_ga=2.207940955.852353849.1532696897-2128305011.1532559852](http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/pesquisa_acessibilidade.php?_ga=2.207940955.852353849.1532696897-2128305011.1532559852) Acesso em: 27 jun. 2018

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.



RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luís; PAIVA, Fábio da Silva. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. In: **Olhares**. Guarulhos, v. 5, n. 2, nov. 2017. p.210-226. Disponível em: <http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/669/252> Acesso em: 25 de jun.2018

SANTOS, Jussara Pereira. O perfil do profissional bibliotecário. In. VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 107-117.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Rio de Janeiro. 2016, v. 21, n. 10, p. 3007-3015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3007.pdf>> Acesso em: 30 de jan.2018

SARAIVA, L. L. O. **Núcleos de Acessibilidade e o atendimento de alunos com necessidades especiais nas Universidades Federais do Nordeste Brasileiro**.2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva**. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 10 de dez.2017

SASSAKI, Romeu Kazumi. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Reação**: Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo, v. 96, n.17, p.10-12, 2014. Disponível em <http://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>. Acesso em: 06 de mar.2018

\_\_\_\_\_. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2005a. Disponível em: < <https://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2011/09/terminologia-sobre-deficic3aancia-na-era-da-inclusc3a3o.pdf> >. Acesso em: 10 de abr. 2017

\_\_\_\_\_. **Qual a grafia correta**: Braille, braille ou braile? Depende, 2005b. Disponível em: <http://www.diversidadeemcena.net/braile04.htm>. Acesso em: 03 de jun. 2017

\_\_\_\_\_. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Vida independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, p. 12-16, 2003. Disponível em: <<http://www.saberes.com.br/congressoSalto/oficinas/of-3-e-9-/Terminologia-de-deficienciaII-Romeu-sasaki.pdf>> Acesso em: 15de maio de 2017

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **Educação não inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife, 2012. 595 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12854?mode=full>> Acesso em: 21 de jan. 2018

SILVA, Rubens Alves da; COSTA, Michelle Assunção; CRIVELLARI, Helena Maria A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 15, 2014, Belo Horizonte, MG. Anais..., Belo

Horizonte: ECI, UFMG, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>>. Acesso em: 17 de jun.2017

STROPARO, Eliane Maria **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2014.263f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014

TARGINO, M. das G. Ranganathan continua em cena. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p.122-124, jan. / abr. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a08.pdf> > Acesso em 20 de mar.2017

UNESCO. (Org.). **Relatório Global UNESCO** [livro eletrônico]: abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <<Http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002283/228320por.pdf> > Acesso em: 10 de ago. 2017

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB. Disponível em: <<https://www.unilab.edu.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. Disponível em: <<https://www.unb.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UNB. Disponível em: <<https://www.ufba.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL. Disponível em: <<https://www.ufal.edu.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG. Disponível em: <<https://www.ufcg.edu.br/index1.php>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG. Disponível em: <<https://www.ufg.br/>> Acesso em: 25 set. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI. Disponível em: <<https://unifei.edu.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. Disponível em:  
<<https://www.ufjf.br/ufjf/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA. Disponível em:  
<<https://www.ufla.br/portal/>> Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT. Disponível em:  
<<http://www.ufmt.br/ufmt/site/>> Acesso em: 25 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS. Disponível em:  
<<https://www.ufms.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. Disponível em:  
<<https://ufmg.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP. Disponível em:  
<<https://www.ufop.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL. Disponível em:  
<<https://portal.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. Disponível em:  
<<https://www.ufpe.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. Disponível em: <<https://ufrr.br/>>.  
Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC. Disponível em:  
<<https://ufsc.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. Disponível em:  
<<https://site.ufsm.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR. Disponível em:  
<<https://www2.ufscar.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ. Disponível em:  
<<https://www.ufsj.edu.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS. Disponível em: <<https://www.ufs.br/>>.  
Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU. Disponível em:  
<<https://www.ufu.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Disponível em: <<https://www.ufv.br/>>.  
Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC. Disponível em: <<https://www.ufac.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP. Disponível em: <<https://www.unifap.br/public/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM. Disponível em: <<https://www.ufam.edu.br/>> Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI- UFCA. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC. Disponível em: <<https://www.ufc.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. Disponível em: <<https://www.ufes.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO. Disponível em: <<https://www.unirio.br>> Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - UFOB. Disponível em: <<https://www.ufob.edu.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. Disponível em: <<https://www.portal.ufpr.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. Disponível em: <<https://www.ufpi.br/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. Disponível em: <<https://ufrj.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG. Disponível em: <<https://www.furg.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN. Disponível em: <<https://www.ufrn.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Disponível em:  
<<https://www.ufrgs.br/ufrgs/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA. Disponível em:  
<<https://www.unifesspa.edu.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. Disponível em: <http://www.ufsb.edu.br/>  
Acesso em: 25 jun. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM. Disponível em:  
<<https://www.uftm.edu.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM.  
Disponível em: <<https://www.ufvjm.edu.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. Superintendência de Documentação.

**Relatório de gestão 2017**. Niterói, 2018. 127 p. Disponível em:

<<http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/RELATORIO%20GESTAO%20SDC%202017%20VERS%C3%83O%20FINAL-%2029%20JAN%202018.pdf>> Acesso em; 23 de mar.2018

\_\_\_\_\_. **Pesquisa geral**. 2018b. Disponível em:

<<https://app.uff.br/pergamum/catalogo/biblioteca/index.php>>. Acesso em: 25 mar.2018

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.uff.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 59.085 de 12 de junho de 2017. Constitui Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense.

**Boletim de Serviço**. Niterói. Ano LI, n.º 104. Seção 2, p. 16. 13 de junho de 2017. Disponível em: < <http://uffacessivel.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/240/2017/09/Institui%C3%A7%C3%A3o-do-GT-Acessibilidade.pdf>.

Acesso em: 10 de nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Sensibiliza UFF** completou seis anos com muitos avanços, novos projetos e boas histórias para contar, 2015. [Online] Disponível em: < <http://www.uff.br/?q=sensibiliza-uff-completou-seis-anos-com-muitos-avancos-novos-projetos-e-boas-historias-para-contar>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 49.388 de 10 de maio de 2013. Rerratifica e aprova a reestruturação administrativa relativa à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAES. **Boletim de Serviço**. Niterói. Ano XLIII, n.º 066. Seção 2, p. 5. 10 de maio de 2013. Disponível em: < <http://www.noticias.uff.br/bs/2013/05/066-2013.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA. Disponível em:  
<<https://novo.ufra.edu.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE. Disponível em:  
<<https://www.ufrpe.br/>> Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. Disponível em:  
<<https://portal.ufrj.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA. Disponível em: <<https://ufersa.edu.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR. Disponível em: <<https://portal.utfpr.edu.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022011000400012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de jul. 2017.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de psicologia**. Campinas, v. 23, n. 1, p.29-37, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2018

## REFERÊNCIAS (DIRETRIZES)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, 2015. 148 p. Disponível em:

<[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field\\_generico\\_imagens-filefield-description\]\\_164.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_164.pdf)> Acesso em: 15 de jul 2018.

\_\_\_\_\_. **NBR 15599**. Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 07 de jul. 2015a. disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>> Acesso em: 12 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de jun. de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm) Acesso em: 13 de jul. 2018

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de ago. 2009. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=26/08/2009>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DIRETRIZES. In: **Dicionário Aurélio**. Disponível em:

<https://dicionariodoaurelio.com/dirertizes>. Acesso em: 15 dez.2017

MANUAL de redação- Mídia inclusiva. Rio Grande do Sul: Assembleia Legislativa, 2011. 10 p. Disponível em: Acesso em 27 de jul. 2018

FORTALECIMENTO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS: (manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p. Disponível em:

<<https://drive.google.com/drive/folders/0BwxDO9IuWG-tekJWNEJWemlZLWs>>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **O que fazer quando encontrar uma pessoa cega?**

Disponível em: < <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>> Acesso em: 13 de jul.2018

GUIA de acessibilidade em eventos. Disponível em:

[https://www.portal.ufpr.br/guia\\_acessibilidade\\_eventos.pdf](https://www.portal.ufpr.br/guia_acessibilidade_eventos.pdf). > Acesso em: 21 de jul. 2018

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001

MICHELS, Lísia Regina Ferreira Carpes; SILVA, Mara Cristina Fortuna da. A audiodescrição na escola. In: Daiana Stockey. (Org.). **Audiodescrição: práticas e reflexões**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.165 p (E-book). Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/livro-audiodescricao-praticas-e-reflexoes.pdf/view>> Acesso em: 02 de jun. 2018

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Pessoas com deficiência na universidade: como devemos nos comportar e ajudá-las. **Revista Bibliocanto**, Natal, v.5, n.1, jan. /jun. 2008. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 16 de jul.2018

ORIENTAÇÕES para Apoiadores Deficiência Visual – Cegueira. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/orientacoes-para-apoiadores-deficiencia-visual-cegueira.pdf/view> Acesso em: 13 jul.2018

TECASSISTIVA. Disponível em :<<http://www.tecassistiva.com.br/produtos>>. Acesso em: 20 jul.2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC. **Acessibilidade na UFC**. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/ acessibilidade/cartilha\\_ acessibilidade\\_ ufc.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/ acessibilidade/cartilha_ acessibilidade_ ufc.pdf) > Acesso em: 12 de jun.2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. **Orientação para criação de documento acessível no Word**. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/documentos-acessiveis-word/>. Acesso em: 14 de ago. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. **Recomendações para criar um documento em PDF acessível**. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.ufc.br/documentos-acessiveis-pdf/> >

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF. Núcleo De Práticas Sociais Inclusivas. **Orientações para eventos acadêmicos inclusivos e acessíveis às pessoas com deficiência**. Disponível em :< <http://portais.univasf.edu.br/npsi/cartilha-para-eventos-acessiveis/cartilha-de-eventos-acessiveis.pdf>>Acesso em: 10 de ago.2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. Sensibiliza UFF. **Cadernos de acessibilidade**: Sensibiliza UFF. Niterói: EdUFF, 2008. 95 p. (Cadernos de acessibilidade 1).



**ANEXO A - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:** Dispõe sobre a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense e o Plano de Acessibilidade e Inclusão – UFF Acessível.



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

Dispõe sobre a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense e o Plano de Acessibilidade e Inclusão – UFF Acessível.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO a legislação federal sobre os direitos das pessoas com deficiência e os deveres do Estado com a educação inclusiva, listadas a seguir, sem prejuízo das demais leis e normas correlatas:

- Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 23-II; 24-XIV; 37-VIII; 208-III; 227-§§1º e 2º; e art. 244;

- Lei 7.853, 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e dá outras providências;

- Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

- Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, entre elas as pessoas com deficiência;

- Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000;

- Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

- Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO a Portaria MEC 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e descredenciamento de instituições;



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

CONSIDERANDO o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) do Governo Federal, vigente desde 2005, que tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação;

CONSIDERANDO a Nota Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC, que apresenta esclarecimentos sobre o tema e conclui que a acessibilidade é uma obrigação legal das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa MEC 9, de 5 de maio de 2017, que altera a Portaria Normativa MEC 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC 21, de 5 de novembro de 2012, referentes à reserva de vagas nas universidades federais por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO as metas e objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF, em especial o Plano de Acessibilidade nele estabelecido, nos termos do Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 (art. 16, inciso VII, alínea c);

CONSIDERANDO as Políticas de Acessibilidade e Inclusão implementadas por outras instituições públicas,

CONSIDERANDO as diversas ações em desenvolvimento nesta Universidade na área de acessibilidade e inclusão e as análises realizadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 59.085, de 12 de junho de 2017, para elaboração do Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, orientada pelo princípio fundamental da preservação de direitos mediante equiparação de oportunidades para plena manifestação do potencial das pessoas, no que se refere a autonomia, desempenho acadêmico e/ou desempenho profissional.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, são consideradas pessoas com deficiência ou com necessidades diferenciadas aquelas que possuem deficiência



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno de aprendizagem, superdotação/altas habilidades ou com dificuldades/limitações no âmbito do desempenho acadêmico ou profissional, que demandem procedimentos e apoios especializados por parte da instituição, nos termos da legislação específica.

Art. 2º A Política de Acessibilidade e Inclusão da UFF baseia-se nas seguintes diretrizes:

I - a acessibilidade é um conceito em evolução, resultante da interação entre pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas e as barreiras atitudinais, ambientais e de comunicação que impedem sua plena e efetiva participação e inclusão na vida em sociedade;

II - a autonomia, a independência e a segurança das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas são dimensões que devem ser consideradas na elaboração e implementação de todos os regulamentos, planos, projetos e ações desenvolvidos na universidade;

III - a acessibilidade das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas é princípio, direito e garantia para o pleno e efetivo exercício da vida em sociedade, da cidadania e dos demais direitos;

IV - as Instituições deverão assegurar que as pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas:

a) sejam respeitadas e reconhecidas perante a lei e gozar de igualdade de direitos, condições e oportunidades em relação às demais pessoas em todos os aspectos da vida, considerando suas especificidades;

b) tenham a liberdade de fazer as próprias escolhas e de participar de decisões relativas a programas e políticas, em especial aquelas que lhes dizem respeito diretamente, respeitando sempre a legislação vigente e as normas institucionais;

c) tenham o pleno exercício de seus direitos garantidos pelo Poder Público e seus órgãos, os quais devem dispensar-lhes, no âmbito de sua competência e finalidade, atendimento prioritário e tratamento adequado que viabilizem seu acesso a ambientes, produtos, serviços, educação e informações;

V - a Administração Pública tem papel preponderante na criação de novos padrões de consumo e produção e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, razão pela qual detém a capacidade e o dever de potencializar, estimular e multiplicar a promoção e a implementação de recursos, projetos e ações que garantam a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas;



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

VI - a efetiva prestação de serviços públicos e de interesse público depende da adoção de medidas que assegurem às pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas a ampla e irrestrita acessibilidade ambiental, comunicacional e atitudinal.

Parágrafo único. A Política de que trata este artigo será implementada pelo Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFF – UFF-Acessível, que comporá o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade.

Art. 3º O Plano UFF-Acessível tem como objetivos:

I - zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes, nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pelos órgãos da Universidade;

II - incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações, projetos, processos de trabalhos e aquisições realizados na UFF, para atendimento das demandas internas e da sociedade;

III - implementar e divulgar ações continuadas realizadas pela UFF para promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da UFF;

IV - permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos ambientes, serviços e recursos materiais disponíveis na instituição, eliminando barreiras físicas e arquitetônicas, com base no conceito de Desenho Universal, e priorizando soluções passivas, inclusivas e sustentáveis que respeitem a integridade do Patrimônio Histórico Arquitetônico da UFF, quando for o caso;

V - facilitar o acesso das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, buscando eliminar barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação e compreensão daqueles meios;

VI - promover ações de capacitação de servidores, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas;

VII - realizar ações de sensibilização do corpo acadêmico e funcional, difundindo *uma cultura de inclusão na Universidade e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais;*

VIII - incentivar a participação de pessoas com e sem deficiência no planejamento, execução e avaliação de ações inclusivas na UFF;



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

IX - avaliar periodicamente o desempenho das ações inclusivas implementadas na UFF, adotando, se necessário, as medidas preventivas e corretivas cabíveis;

X - contribuir para o acesso das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas a vagas nos concursos públicos na universidade bem como sua permanência na UFF, promovendo uma política de boa convivência que favoreça a integração e a formação de cidadãos plenos;

XI - estabelecer parcerias com outras instituições, sobretudo entes governamentais, para promover a cooperação técnica e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, bem como:

- a) disseminar e compartilhar as melhores práticas em acessibilidade;
- b) estimular e apoiar a implementação de ações voltadas à acessibilidade e à inclusão social das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas; e
- c) acompanhar e propor o desenvolvimento de tecnologias e normas referentes à acessibilidade;

XII - propiciar e garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico e profissional das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas;

XIII - articular, junto com as Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e de Extensão e as unidades de ensino da UFF, a formação de profissionais especializados em educação especial, o apoio ao desenvolvimento de projetos, pesquisas e trabalhos acadêmicos nessa área;

XIV - orientar e apoiar os colegiados dos cursos e programas na adequação curricular para atender às especificidades das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas.

Art. 4º A Política Institucional de Acessibilidade Inclusão e, por consequência, o Plano UFF-Acessível destinam-se a estudantes de graduação e pós-graduação, servidores docentes, servidores técnico-administrativos, e aos participantes de programas, projetos e ações da Instituição, que possuam deficiência ou necessidades diferenciadas.

Art. 5º Para obterem concessão dos benefícios e serviços previstos na legislação, os interessados deverão ter sua deficiência ou incapacidade diagnosticada e caracterizada por equipe multidisciplinar de saúde, homologada por Perícia Oficial em Saúde e/ou parecer de equipe designada pelo Comitê UFF-Acessível, conforme o caso.



**Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal Fluminense**

Art. 6º Para o acompanhamento da Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão e do Plano UFF-Acessível deverá ser constituído o Comitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão – Comitê UFF-Acessível, com representação das diferentes áreas de gestão da Universidade e dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e comunidade, assegurada a participação de representantes do público-alvo deste Plano.

§ 1º O modelo de gestão e os percentuais de representação no Comitê UFF-Acessível serão estabelecidos em regulamento próprio, observadas as regras gerais da Universidade, devendo seus integrantes ser designados em Portaria do Reitor.

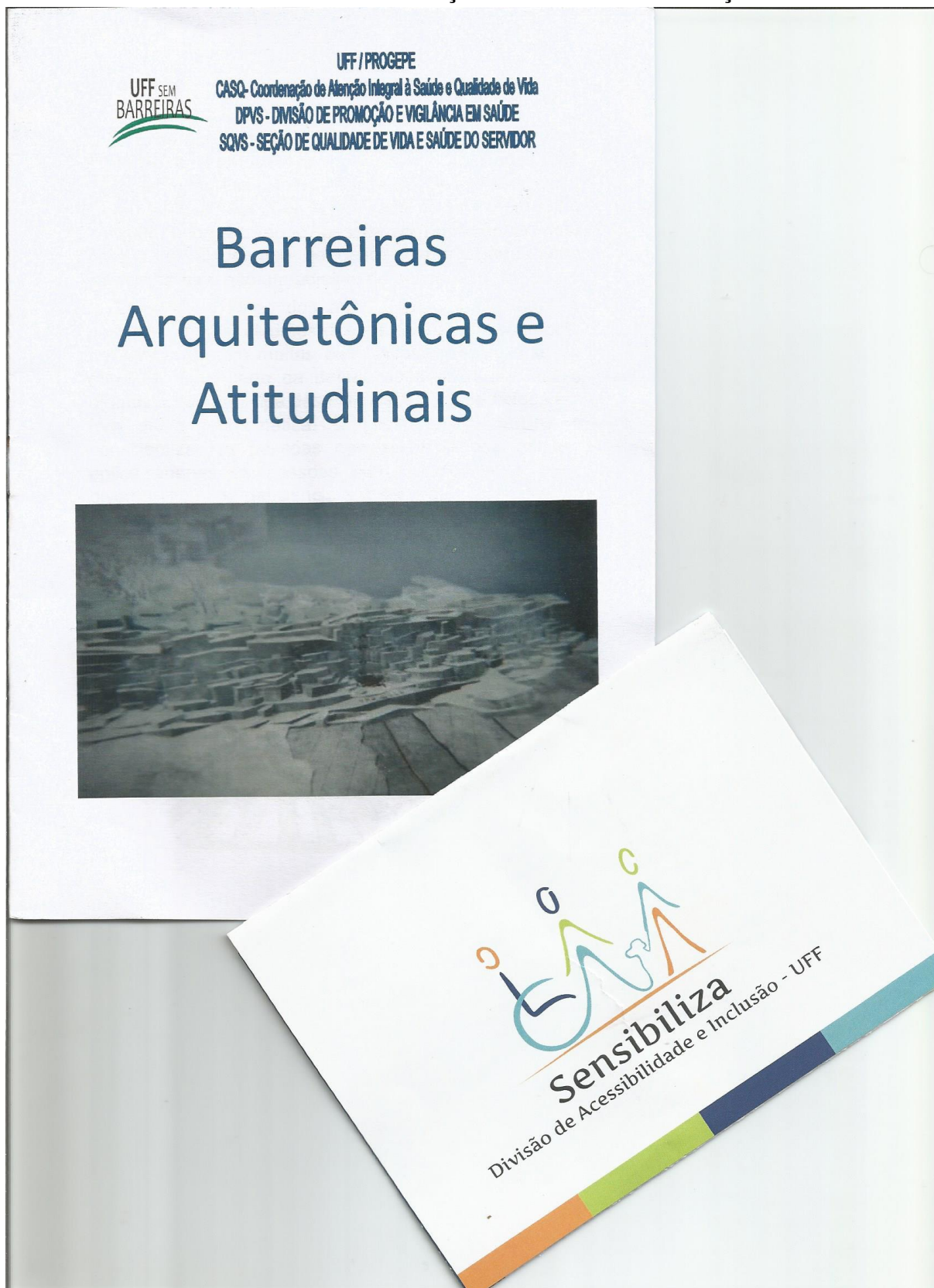
§ 2º O Comitê UFF-Acessível terá como finalidades:

- a) promover, monitorar e assessorar as ações de acessibilidade das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas, de forma integrada com diversos setores da Universidade e sem prejuízo de outras iniciativas de responsabilidade social já existentes ou a serem coordenadas por outros órgãos da UFF;
- b) elaborar e acompanhar o Plano UFF-Acessível;
- c) subsidiar a elaboração, execução e relatórios do Plano de Desenvolvimento Institucional, no que se refere ao Plano de Acessibilidade.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 13 de agosto de 2017

## ANEXO B – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO





## ANEXO C – ORIENTAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE DOCUMENTO ACESSÍVEL NO WORD

Disponível no site da Universidade Federal do Ceará (Secretaria de Acessibilidade)

### **Orientações para tornar seus documentos do Word acessíveis**

O Word tem muitos recursos internos que ajudam as pessoas com diferentes capacidades a ler e criar documentos. Ele também oferece o Verificador de Acessibilidade, que localiza elementos que podem causar problemas para pessoas com deficiência.

Para saber mais sobre como o Verificador de Acessibilidade funciona, confira usar as regras do Verificador de Acessibilidade para ajudar a garantir que seus documentos, planilhas e apresentações do Office sejam acessíveis.

Abaixo elencaremos as principais práticas recomendadas para a criação de documentos do Word acessíveis para pessoas com deficiência:

- Evite usar texto em imagens como único método de transmitir informações importantes. Se você tiver que usar uma imagem que contenha texto, repita esse texto no documento. No texto alternativo (texto Alt), descreva de forma breve a imagem e mencione a existência do texto e sua finalidade. Um texto Alt ajuda as pessoas que não conseguem ver a tela a entender o que é importante em imagens e outros elementos visuais. Para encontrar um texto alternativo ausente, use o Verificador de Acessibilidade. E para adicionar texto Alt a elementos visuais e tabelas, siga os procedimentos que descrevem o passo a passo de como realizá-lo
- No que concerne à implementação de link em textos, vale lembrar que as pessoas que usam leitores de tela às vezes passam por uma lista de links. Os links devem transmitir informações claras e precisas sobre o destino. Por exemplo, em vez de vincular ao texto **Clique aqui**, inclua o título completo da página de destino. Para determinar se o texto do hiperlink faz sentido como uma informação isolada e fornece aos leitores informações precisas sobre o destino, examine visualmente o documento. Adicione texto de hiperlink significativo e Dicas de Tela

- Para preservar a ordem de tabulação e facilitar a leitura dos seus documentos por leitores de tela, use uma ordem lógica de títulos e as ferramentas de formatação internas do Word. Por exemplo, organize os títulos na ordem lógica indicada. Use Título 1, Título 2 e Título 3, em vez de Título 3, Título 1 e Título 2, e organize as informações no seu documento em pequenos blocos. O ideal é que cada título inclua apenas alguns parágrafos. Para localizar títulos que não estão em ordem lógica, use o Verificador de Acessibilidade. Para aplicar estilos de títulos internos

Fonte da Microsoft

### **Práticas Web acessíveis - Documentos para download**

Assim como o conteúdo de um site deve ser acessível, o material disponibilizado para download também precisa ser. Um dos formatos mais acessíveis é o próprio HTML e, por isso, sempre que possível, disponibilize documentos neste formato. Também podem ser utilizados arquivos para download no formato ODF - Open Document Format, tomando-se os cuidados para que sejam acessíveis. Se um arquivo for disponibilizado em PDF - Portable Document Format, deverá ser fornecida uma alternativa em HTML ou ODF. É necessário, também, informar a extensão e o tamanho do arquivo no próprio texto do link.

Confira abaixo alguns exemplos:

Para baixar o Manual clique aqui   
 Baixar Manual do Aluno   
 Baixar Manual do Aluno (formato .odt, tamanho 150Kb) 

Fonte do emag

#### **REFERÊNCIA**

Microsoft. Disponível em: <https://support.office.com/pt-br/article/Tornar-seus-documentos-do-Word-acess%C3%ADveis-d9bf3683-87ac-47ea-b91a-78dcacb3c66d>. Acesso em 13 de junho de 2017; Práticas Web acessíveis. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/cursoconteudista/desenvolvimento-web/praticas-web-acessivel-documentos-para-download.html> . Acesso em 13 de junho de 2017;  
 FORTES, Renata Pontin de Mattos; FACCO, Frederico Quini; MONTEIRO, Daniel Salvador; ANTONELLI, Humberto Lidio. **Um guia prático para tornar documentos acessíveis – Parte**

I, São Carlos: USP, 2015. Disponível em:  
[http://conteudo.icmc.usp.br/CMS/Arquivos/arquivos\\_enviados/BIBLIOTECA\\_158\\_ND\\_95.p](http://conteudo.icmc.usp.br/CMS/Arquivos/arquivos_enviados/BIBLIOTECA_158_ND_95.pdf)  
df Acesso em 13 de junho de 2017.

## **ANEXO D – RECOMENDAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE UM DOCUMENTO EM PDF ACESSÍVEL**

Disponível no site da Universidade Federal do Ceará (Secretaria de Acessibilidade)

### **PDF acessível**

O documento que iremos discutir é o Portable Document Format, mais conhecido como PDF. Ele foi criado pela empresa Adobe Systems e tem como objetivo dar a possibilidade de qualquer documento ser lido, independente de qual programa tenha sido originalmente criado. Por exemplo, um documento feito no Word pode ser convertido em PDF e lido em outro computador que não tenha o Word instalado. Outra prática comum é a conversão de slides feitos no PowerPoint em PDF.

Como salvar documentos do Word em PDF acessível?

1. Certifique-se de que o documento do Word já está acessível.
2. Para converter o arquivo para PDF clique em Arquivo, depois Salvar Como. Ao abrir a janela, selecione em Tipo a opção PDF. Depois clique em Opções e marque a opção Marcas Estruturais do Documento para acessibilidade. Depois clique OK.
3. Para ler o PDF acessível, utilize o programa Adobe Reader.

Criando o PDF

É possível criar um PDF do zero, e criá-los de forma acessível. Para isso é usado o programa Adobe Acrobat.

Após concluir seu texto, siga as seguintes regras:

1. Vá em Ferramentas, depois Assistente de ação. Aparecerá uma lista de ações, clique em Tornar Acessível. Esse comando vai verificar e alertar alguns elementos que podem não estar acessíveis, como texto digitalizado, campos de formulário, tabelas e imagens. A ação não está disponível para formulários dinâmicos (documentos XFA) e portfólios.
2. Caso haja necessidade de verificar individualmente se cada elemento está acessível, utilize o recurso Full Check. Vá em Ferramentas, depois Acessibilidade. Aparecerá uma barra secundária com um conjunto de ferramentas, clique em Verificação Completa. Logo após, aparecerá a caixa Opções do verificador de acessibilidade. Em Opções de relatório, selecione as opções para ver os resultados. O programa dará um relatório e haverá um status para cada regra verificada. Entre elas, podem ser:
  - Aprovado: O item está acessível.

- Ignorado pelo usuário: a regra não foi verificada, pois não estava marcada na caixa de diálogo Opções do verificador de acessibilidade.
- Precisa de verificação manual: o recurso Verificação completa não pôde verificar automaticamente. Verifique o item manualmente.
- Falha: o item não foi aprovado na verificação de acessibilidade.

Você pode contar com outros recursos além da Verificação de Leitura para revisar seu texto em PDF. Por exemplo:

1. O modo de exibição Refluxo serve para verificar rapidamente a ordem de leitura.
2. A ferramenta Leitura em voz alta, permite ter uma noção de como será feita a leitura por leitores de tela. Ela está disponível clicando em Exibir, depois em Leitura em Voz Alta, e depois em Ativar Leitura em Voz Alta.
3. A ferramenta Retocar ordem de leitura e os painéis Ordem, Tags e Conteúdo servem para analisar a estrutura, a ordem de leitura e o conteúdo do documento. Ele é importante para tornar o PDF mais organizado e acessível.

Fonte: <https://helpx.adobe.com/br/acrobat/using/create-verify-pdf-accessibility.html>

## **ANEXO E – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE APRESENTAÇÕES COM POWER POINT EM FORMATO ACESSÍVEL**

Disponível no site da Universidade Federal do Ceará (Secretaria de Acessibilidade)

### **Orientações para elaboração de apresentações com PowerPoint em formato acessível**

1. Utilize os layouts já prontos do PowerPoint. Evite adicionar outros elementos como caixas de texto. Isso porque o leitor de tela pode confundir a ordem de leitura e as ideias do slide não irão fazer sentido;
2. Não use a cor como única ou principal forma de comunicação, se possível adicione sublinhado e considere o negrito como forma de destaque. Tais recursos podem ajudar pessoas com baixa-visão e/ou daltônicos.
3. Garanta que o texto da frente esteja bem destacado do plano de fundo, ou seja, em forte contraste. Slides em preto e branco são boas saídas para facilitar a leitura por pessoas daltônicas, por exemplo;
4. É recomendado que a fonte do texto seja grande (18pt ou mais), não-serifada (sans serif) e utilize os espaços em branco de forma “moderada”, nem excessivamente, nem palavras muito agrupadas, pois isso dificulta a leitura de pessoas com dislexia ou baixa-visão;
5. Dê um título exclusivo para cada slide. Dessa forma, fica mais fácil a navegação, com leitores de tela, por pessoas com deficiência visual, porque assim ela tem mais autonomia de ir para o slide que desejar.
6. Use tabelas com estruturas simples (evitando células divididas ou mescladas, tabelas dentro de tabelas e linhas ou colunas vazias) e sempre “especifique as informações de cabeçalho de coluna”;
7. Coloque legendas em vídeos e faça uma breve descrição precedente do que irá ser transmitido. Também descrever e transcrever áudios, efeitos sonoros e demais elementos audiovisuais (audiodescrição)